



Serviço Nacional de
Aprendizagem Rural

SÉRIE METODOLÓGICA

Processo da PROMOÇÃO SOCIAL

4



SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL

SÉRIE METODOLÓGICA

O Processo da PROMOÇÃO SOCIAL

4

Brasília
2016

SÉRIE METODOLÓGICA

O Processo da PROMOÇÃO SOCIAL

Volume 4

Coordenação

Fabiana Márcia de Rezende Yehia – DEPPS / Administração Central

Equipe Técnica

Deimiluce Lopes Fontes Coaracy – DEPPS / Administração Central

Priscila Costa Santos - DEPPS / Administração Central

Marcelo Rebello Mendonça – DEPPS / Administração Central

Larissa Arêa Sousa – DEPPS / Administração Central

Patrícia Machado Gomes - DEPPS / Administração Central

Regionais Participantes

Administração Regional de Minas Gerais

Administração Regional do Paraná

Administração Regional de Pernambuco

Administração Regional de Santa Catarina

Administração Regional do Mato Grosso Do Sul

Administração Regional da Bahia

Consultores Externos

Maria Evangelina Ramos da Silva

Paulo Fernando da Glória Leal

Fotografia

Igo Estrela

Marcelo Botelho

Valéria Gedanken

Wenderson Araújo

Brasil. Serviço Nacional de Aprendizagem Rural.
/ — 3. ed. -- Brasília: SENAR, 2016.
112p. ; – (Série Metodológica; processo da promoção social)

ISSN 0104-3226

1. Promoção Social - Zona rural – Brasil – Terminologia. 2. Aprendizagem rural – Terminologia. 3. Promoção social. I. Yehia, Fabiana de Rezende, coord. II. Título. III. Série.

CDU 316.614.3(81-22)

SUMÁRIO

Prefácio	5
Introdução	9
I - Contexto da Promoção Social no meio rural	13
II - Conceito de Promoção Social	15
III - Princípios	17
IV - Diretrizes	19
V - Programação das atividades da Promoção Social	21
VI - Tipos de Programação	25
VII - Áreas de Atividades	27
VIII - Certificação	49
IX - Processo da Promoção Social	53
X - Perfil recomendado aos agentes da PS: mobilizadores, instrutores e supervisores	75
XI - Supervisão	79
XII - Elaboração de Conteúdos Programáticos para a PS	93
XIII - Programas Especiais da PS	103
XIV - Manual de Orientação à Entidade Parceira com relação aos procedimentos de mobilização	105
Referências	109





Prefácio

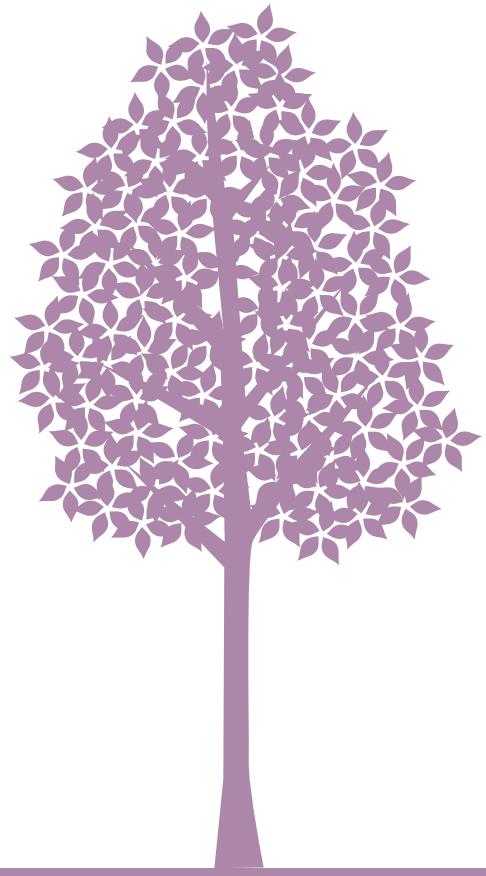
Com o propósito de levantar subsídios para a análise da atuação institucional do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, inúmeras reuniões, envolvendo técnicos de Administrações Regionais diversas, resultaram na elaboração desta edição da Série Metodológica do SENAR. Além de uma avaliação crítica desde a sua criação, foi procedida ainda uma ampla revisão dos conceitos que embasam o trabalho em médio e longo prazo. Foram observadas também as experiências regionais e o cenário da educação profissional e dos avanços sociais recentes, o qual vem determinando mudanças na missão e nos princípios e diretrizes da instituição.

Importantes temas geradores como a filosofia institucional, o insumo conceitual e a legislação que regem a ação educativa do SENAR, a desejável sistematização de procedimentos e a capacitação dos agentes que os realizam, bem como os aspectos relacionados ao trabalho e à Promoção Social no meio rural, foram expandidos e delineados nos registros da nova edição da série. Mais do que conhecer esses temas, adotá-los como norteadores em cada estado, com as necessárias adaptações e a consequente confecção de documentos de execução das programações específicas ofertadas, é o que confere a padronização necessária ao trabalho de qualidade em nível nacional.

Outra referência a ser considerada é a experiência adquirida pelos técnicos da Administração Central que recorrem à Série Metodológica em treinamentos ministrados para instrutores, mobilizadores e supervisores, ao longo dos anos.

Merece destaque ainda a participação de consultoria constituída por profissionais de universidades e de outras entidades nacionais que realizam a educação profissional e que forneceram apoio conceitual e metodológico a este trabalho.





A educação provoca atitudes que transformam hábitos,
que abrem portas e redefinem vidas.

Para o SENAR, melhorar vidas é compromisso e missão.

Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR





Introdução

Criado com a finalidade de organizar, administrar e executar a Formação Profissional Rural - FPR e a Promoção Social - PS para jovens e adultos em todo o território nacional¹, o SENAR desenvolve suas ações e atividades com foco no desenvolvimento profissional e social de pessoas que vivem ou trabalham no campo.

Para isso, dispõe de estrutura composta por uma Administração Central, em Brasília, e 27 Administrações Regionais, presentes no Distrito Federal e em todos os estados do país. Conta com um contingente de profissionais que desempenham atividades de gestão, supervisão, análise técnico-pedagógica, mobilização e instrutoria, entre outras.

Este documento, que integra a Série Metodológica do SENAR, focaliza o Processo da Promoção Social e apresenta subsídios para a sua realização tendo em vista as recentes transformações sociais, culturais e educativas.

Observa-se que essa edição é fruto de estudos e intensos debates promovidos no decorrer de 2010 e de 2011, por um grupo de trabalho constituído para esse fim, composto por técnicos e gerentes de diversas Administrações Regionais e da Administração Central. Esse grupo, assessorado por consultoria externa, foi coordenado pelo Departamento de Educação Profissional e Promoção Social da Administração Central.

Espera-se que este novo documento sobre o Processo da Promoção Social embase o desenvolvimento dos cursos e programas em todas as Administrações Regionais, contribuindo para a desejável unidade na ação institucional.

Frentes de trabalho do SENAR

Para cumprir a sua missão institucional, o SENAR estabelece três vertentes prioritárias de trabalho, a Formação Profissional Rural - FPR, a Promoção Social - PS e mais recentemente a Assistência Técnica e Gerencial - ATeG.

Semelhanças e diferenças entre Promoção Social e Formação Profissional Rural

Em primeiro lugar, é importante ressaltar que a PS e a FPR são vertentes de trabalho do SENAR que, apesar de terem objetivos diferenciados, podem apresentar tanto aspectos semelhantes quanto divergentes.

São aspectos comuns à FPR e à PS:

- Ambas têm caráter educativo;
- Ambas são realizadas de forma sistematizada, organizada e intencional, o que as difere da educação informal;

1 Lei nº 8.315, de 23 de dezembro de 1991, regulamentado pelo Decreto nº 566, de 10/06/1992

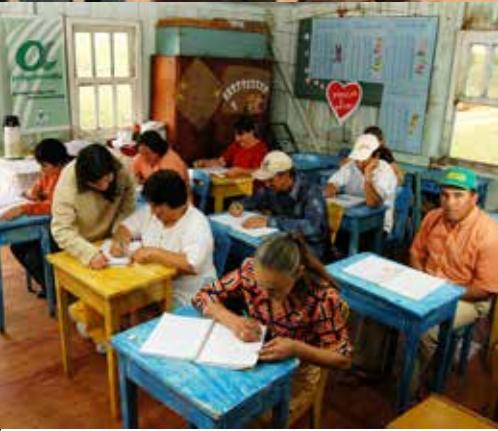


- Entende-se que tanto a PS quanto a FPR, quando bem programadas e executadas, devem necessariamente promover socialmente a clientela, considerando-se os ganhos econômicos e sociais advindos dos processos educativos;
- Devem contemplar informações concernentes à cidadania do trabalhador, à segurança e à saúde no trabalho, princípios de qualidade e produtividade, além de aspectos ambientais, o que assegurará, ainda mais, o ganho social;
- Ambas apresentam requisitos para o ingresso nos eventos e cenário educativos preparados de acordo com cada uma.

Em relação às diferenças, destaca-se especialmente o fato de que a FPR orienta-se pelo enfoque profissionalizante, no sentido de preparar o indivíduo para sua inserção no mercado de trabalho ou de melhorar, de alguma maneira, o seu desempenho em uma ocupação. A PS não age com o intuito de profissionalizar, mas de desenvolver disposições inatas, competências e habilidades individuais e/ou coletivas.

A questão torna-se simples quando se visualiza o objetivo final com que o evento será executado, se profissionalizante ou não. Essa análise proporcionará a definição da vertente de trabalho em que se encontra o evento, se FPR ou PS.

Neste documento apresentaremos as informações concernentes ao Planejamento, Operacionalização e Avaliação da **Promoção Social**.





Contexto da Promoção Social no meio rural

É preciso inicialmente definir o que é Promoção Social. Considerando isoladamente os termos e a partir da consulta ao Dicionário do Aurélio, notamos que:

- **Promoção** – ato ou efeito de promover; elevação de um grau, uma dignidade, posto ou função, a outro superior; conjunto de atividades que visam a fortalecer a imagem de uma pessoa.
- **Social** – pode ser referido a aquele que vive em sociedade.

Promoção social é, portanto, o ato de elevação de grau ou dignidade de um indivíduo que vive em sociedade, fortalecendo a sua imagem.

Promoção Social Rural no Brasil

O Brasil apresenta diversidades tão extensas como seu território, refletidas de forma cotidiana na vida da população. As condições sociais e econômicas dos brasileiros variam de acordo com a raça, o gênero, as regiões geográficas e os setores da economia onde estão inseridos, e ainda pelo fato de residirem nos setores rural ou urbano.

Para falarmos de promoção e desenvolvimento social no meio rural, é importante lembrar que convivemos atualmente com o resultado de anos de ausência de aparatos que oferecessem de forma sistemática, específica e irrestrita serviços de saúde, educação, infraestrutura, cultura, esporte e lazer às populações. Percebe-se que políticas públicas eficientes, implementadas ao longo dos anos, dispensariam as atuais políticas sociais compensatórias, recomendadas para situações emergenciais e de risco ou de superação de legados, como, por exemplo, incluir segmentos não contemplados historicamente pelas políticas de desenvolvimento. Tais situações assistidas deveriam ser transitórias, com cronograma definido, e substituídas por iniciativas estruturantes assentadas no social. Esta, contudo, não tem sido a prática recorrente em nosso país. O que se observa é que, apesar do desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida pelo menos nos últimos 20 anos, ainda hoje são encontrados bolsões de pobreza, em especial no campo.

Para analisar esse quadro de pobreza, é importante verificar os Índices de Desenvolvimento Social (IDS) encontrados nas regiões do país. Os últimos resultados mostram que houve melhora nos índices, mas também que a diversidade entre as regiões do país persiste. Criado pela Secretaria de Assuntos Econômicos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o IDS é formado a partir de dados de saúde, educação e renda da série da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O IDS vai de zero, a pior possibilidade, a 1, a melhor. Tem como objetivo declarado acompanhar, anualmente, as condições de vida da população do país e reúne, em um único indicador, três diferentes dimensões do desenvolvimento social: renda, saúde e educação. O IDS-Renda avalia o rendimento médio mensal domiciliar per capita. Já o IDS-Saúde é composto pela média de três variáveis: a esperança de vida ao nascer, o percentual de domicílios com canalização interna de água, e o percentual de domicílios com rede coletora ou fossa séptica ligada à rede. Já o IDS-Educação é obtido através da média de duas variáveis, taxa de alfabetização e média de anos de estudo da população ocupada. As pesquisas apontam que o cenário brasileiro recente apresentou, não só uma melhora social

expressiva, mas que esse desempenho foi acompanhado por um processo de convergência entre os indicadores parciais. No caso do IDS-Saúde, houve o aumento da esperança de vida em 3,6 anos e a expansão da cobertura das redes de água de 80,5% para 90,1%; e de esgoto de 48,4% para 56,8%. Já o IDS-Renda mostrou que houve crescimento de R\$ 493, em 1999, para R\$ 531 em 2005. No entanto, enquanto as condições de vida no Centro-Oeste se aproximaram das do Sul e Sudeste de 1995 a 2005, as do Norte e Nordeste ainda estão distantes.

O Relatório da Organização das Nações Unidas - ONU, de julho de 2010, coloca o Brasil como o terceiro pior índice de desigualdade do mundo. Quanto à distância entre pobres e ricos, nosso país empata com o Equador, ficando só atrás da Bolívia, Haiti, Madagascar, Camarões, Tailândia e África do Sul. A ONU aponta como as principais causas da disparidade social a falta de acesso à educação, política fiscal injusta, os baixos salários e a dificuldade de dispor de serviços básicos como saúde, saneamento e transporte. É verdade que nos últimos 10 anos o governo brasileiro investiu na redução da miséria. Nem por isso, conseguiu evitar que a desigualdade se propagasse entre as futuras gerações. Ainda segundo a ONU, o que permite a redução da desigualdade é, em especial, o acesso à educação de qualidade.

Segundo Polan Lacki, no artigo "A educação e o subdesenvolvimento rural: Jardins Suspensos da Babilônia ou hortas caseiras? Ensinar o exótico ou o ÚTIL e APLICÁVEL?" a educação se constitui a chave para a grande maioria dos problemas encontrados no setor rural. Segundo o estudo, é necessário "agriculturalizar", "ruralizar" e tornar mais realistas, instrumentais e pragmáticos os conteúdos educativos das escolas no campo. Também se faz necessário eliminar, dos sobrecarregados currículos, os conteúdos excessivamente teóricos, abstratos e com baixa probabilidade de serem utilizados na vida e no trabalho rural. Em seu lugar, deveriam ser incluídos ou ampliados conteúdos mais práticos, utilitários e aplicáveis pelos educandos na solução dos problemas mais frequentes que enfrentam e continuarão enfrentando no cotidiano das suas propriedades, bem como dos seus lares, comunidades e mercados rurais.

Na área da saúde, os programas devem combinar experiências de aprendizagem delineadas para promover ações individuais e comunitárias conducentes à saúde e que repercutam em médio e longo prazo, além não só das medidas emergenciais de solução de problemas pontuais. Isso significa que garantir o saneamento básico e incentivar a utilização de preparação de cardápios com alimentos frescos, locais e alternativos, angariam o mesmo status de importância, impactando positivamente na condição global de vida das pessoas.

Por isso, é tão importante realizar diagnósticos e pesquisas constantes nas áreas rurais para expor, quantificar, qualificar os problemas e orientar as propostas de solução. Analisando os principais indicadores de qualidade de vida e desenvolvimento humano, é possível desenhar iniciativas voltadas para mitigar situações e fomentar boas práticas orientadas às áreas de educação, saúde, renda, cultura, esporte e lazer que resultem em melhorias de curto e médio prazo e que repercutam, efetivamente, nas gerações futuras. É nessa perspectiva que o SENAR planeja e realiza as atividades de Promoção Social junto ao seu público, atento às necessidades locais e tentando articular a sua atuação com parceiros municipais, estaduais e federais, de forma a levar ao maior número possível de cidadãos do meio rural possibilidades de transformação da condição social em que estão inseridos.

II Conceito de Promoção Social

A Promoção Social é um conjunto de atividades com enfoque educativo, que possibilita ao trabalhador, ao produtor rural e às suas famílias a aquisição de conhecimentos, o desenvolvimento de habilidades pessoais e sociais e mudanças de atitudes, favorecendo, assim, uma melhor qualidade de vida e participação na comunidade rural.

Propicia também espaços de reflexão e desenvolvimento social das pessoas que promovem o meio rural, sejam elas: agentes e líderes comunitários, professores e diretores de escolas, profissionais da saúde, representantes municipais, estaduais e federais, entre outros.





III Princípios

1 - A Promoção Social tem um caráter educativo.

As atividades de Promoção Social constituem-se em um processo educativo, não formal, participativo e sistematizado, vinculado à realidade do meio rural. Contribuem para o desenvolvimento da pessoa, como cidadão, em uma perspectiva de crescimento e bem-estar social.

2 - As atividades de Promoção Social deverão ser de caráter preventivo.

Considerando-se o conteúdo educativo das atividades de Promoção Social, as atuações do SENAR, nas atividades de saúde, alimentação e educação ambiental deverão ser de caráter preventivo.

Não cabe ao SENAR executar ações tipicamente assistencialistas.

3 - A Promoção Social é um processo democrático.

A Promoção Social é desenvolvida em bases democráticas, propiciando igualdade de oportunidades, sem distinção de gênero, raça, crença religiosa e convicção filosófica ou política. Além disso, efetua a inclusão de pessoas com necessidades especiais, no sentido de promover a sua participação na vida da comunidade.

As atividades são planejadas de forma participativa, considerando as necessidades e as aspirações da pessoa como cidadã e respeitando as experiências vivenciadas.

4 - A Promoção Social considera o mundo em permanente processo de mudança.

A Promoção Social leva em conta as mudanças, de todas as ordens, que ocorrem no mundo contemporâneo, adequando a estrutura e os requisitos de suas atividades.

5 - A Promoção Social vincula-se à melhoria da qualidade de vida.

As atividades da Promoção Social estão diretamente associadas à melhoria da qualidade de vida da comunidade rural, nos aspectos da saúde, alimentação, educação, cultura, esporte e lazer.

6 - A Promoção Social resulta em ganhos para o trabalhador, produtor rural e suas famílias.

As atividades de Promoção Social podem proporcionar ganhos sociais e econômicos, pela possibilidade de aumento da renda ou redução de despesas familiares.

7 - A Promoção Social contempla conteúdos relativos à saúde, segurança no trabalho e à preservação e conservação do meio ambiente.

As atividades da Promoção Social deverão contemplar em seus conteúdos temas relativos à saúde, à segurança no trabalho e à preservação e conservação do meio ambiente, visando ao bem-estar pessoal e à proteção de terceiros, assim como proporcionando uma maior consciência ecológica do trabalhador, do produtor e de suas famílias.



IV Diretrizes

1 - As atividades de Promoção Social serão centradas na família do trabalhador e do produtor rural.

Ao centrar as atividades de Promoção Social na família do trabalhador e do produtor rural, o SENAR abrange homens, mulheres, idosos, jovens e crianças. Essa opção irá refletir-se em atividades de natureza cultural, educacional, esportiva, trabalhista, ambiental, sanitária e econômica, entre outras, observando o caráter educativo e preventivo que elas devem conter.

2 - As atividades de Promoção Social observarão a complementaridade com as ações da Formação Profissional Rural.

As atividades de Promoção Social são, também, propulsoras da profissionalização dos trabalhadores, por buscar mudanças relativas aos aspectos de qualidade de vida do indivíduo referentes a saúde, educação, higiene, etc. A partir deste trabalho educativo e estruturante realizado em atividades de PS, o participante transferirá para o ambiente social as atitudes e boas práticas necessárias ao desempenho considerado integralmente competente.

3 - As atividades de Promoção Social serão planejadas com base nas necessidades da família rural, indicadores socioeconômicos e considerando políticas públicas.

Na elaboração do planejamento participativo, deverá ser realizado um trabalho minucioso quanto à identificação de reais necessidades da família rural, voltadas para questões que venham a desenvolver as habilidades pessoais e sociais, em uma perspectiva de melhoria da qualidade de vida, baseando-se em indicadores socioeconômicos e considerando as políticas públicas.

O planejamento deverá ser realimentado por eficiente sistema de acompanhamento, controle e avaliação.

4 - As atividades da Promoção Social serão desenvolvidas pelo SENAR, de forma descentralizada, respeitando-se as características regionais e locais.

O SENAR desenvolverá as atividades de Promoção Social, de modo descentralizado, considerando as especificidades naturais, econômicas, histórico-culturais e sociais de cada região.

Deverão ser observadas as recomendações relativas aos procedimentos administrativos, financeiros, orçamentários e jurídicos.

5 - O SENAR utilizará diferentes estratégias para o desenvolvimento das atividades da Promoção Social.

No desenvolvimento das atividades da Promoção Social, o SENAR utilizará diferentes estratégias de ensino, com uma ação didática centrada nos princípios da educação, no referencial metodológico estabelecido e nas peculiaridades das atividades.

6 - O SENAR assistirá as entidades empregadoras na elaboração e na execução de programas de Promoção Social.

Por intermédio de técnicos especializados, o SENAR, mediante demanda das entidades empregadoras, orientará a elaboração de programas e atividades da Promoção Social.

7 - As atividades de Promoção Social deverão ser realizadas nas comunidades rurais.

As atividades de Promoção Social deverão ser realizadas, preferencialmente, onde habitam os trabalhadores, produtores rurais e suas famílias, visando à conveniência para os participantes e possibilitando uma valorização do ambiente em que vivem.

8 - O SENAR deverá aplicar até 30% dos recursos destinados à atividade fim nas atividades de Promoção Social.

Conforme a Resolução 007/95 do Conselho Deliberativo do SENAR registrado no Regimento Interno, as Administrações Regionais deverão utilizar até 30% dos seus recursos em atividades de Promoção Social. Contudo, deve-se ter o cuidado na aplicação desses recursos, utilizando critérios que realmente venham ao encontro das reais necessidades dos trabalhadores, produtores rurais e suas famílias.

Quando se tratar de programas de cunho nacional que contenham recursos decorrentes de outras fontes, esse percentual não será aplicado.

9 - As atividades relacionadas ao artesanato devem contribuir para preservar e propagar as características e as expressões culturais regionais.

As atividades relacionadas ao artesanato deverão utilizar, preferencialmente, matéria prima disponível na região, de forma a contribuir para preservar e propagar as características e expressões culturais regionais, com ou sem fim comercial.

10 - As atividades relacionadas à educação e saúde deverão ser consideradas prioritárias.

Por terem caráter estruturante para as comunidades rurais, o SENAR priorizará a oferta de programações voltadas às áreas de saúde e educação, de forma a prevenir e melhorar as situações locais encontradas.

Promover socialmente o indivíduo significa propiciar o acesso a conhecimentos que possibilitem o desenvolvimento de habilidades e atitudes com relação a si mesmo e à sociedade em que vive. Tais habilidades, de ordem motora, cognitiva e afetiva são elementos que, ao serem desenvolvidos pelo indivíduo, terão reflexo na sua trajetória pessoal e, consequentemente, na vida social.

Em função da carência de serviços públicos relativos à educação e saúde para as populações rurais e do limite orçamentário estabelecido pelo Conselho Deliberativo do SENAR de até 30% dos recursos destinados à atividade fim para a PS, as Administrações Regionais deverão ser criteriosas na definição das atividades a serem oferecidas, de modo que possam atender às necessidades prioritárias do público-alvo.

Na programação das atividades da PS devem ser observados os aspectos educativo, preventivo, de complementaridade com as ações da FPR, ganho econômico, ganho sociocultural e o local das atividades, que deve ser, preferencialmente, onde habitam os trabalhadores, produtores rurais e suas famílias.

O planejamento das atividades deve responder às seguintes indagações:

- A atividade está voltada para o trabalhador e o produtor rural e suas famílias, bem como para as pessoas que atuam no meio rural?
- A atividade possui caráter educativo?
- A atividade possui caráter preventivo?
- A atividade irá contribuir para o incremento da renda familiar?
- A atividade está dentro do contexto sociocultural dos participantes?

A identificação de necessidades deve ser conduzida pelo SENAR, utilizando a experiência de entidades sediadas nos municípios atendidos e que conheçam a realidade local. Alguns fatores, de caráter geral, deverão ser levados em conta para a identificação dessas necessidades:

Estarem voltadas para o trabalhador e produtor rural e sua família, bem como para as pessoas que atuam no meio rural

O SENAR deverá analisar com rigor as necessidades de seu público prioritário, a família rural (quer sejam crianças, adultos e pessoas com necessidades especiais - gestantes, idosos, pessoas com deficiência e outras) e as pessoas que atuam no setor, de forma a ofertar a programação de acordo com as suas necessidades – devidamente formatadas para atendê-los adequadamente. É importante lembrar que a instituição, além de utilizar os recursos próprios, pode estabelecer parcerias para oferecer oportunidades de aprendizado e atendimento que cheguem a mais pessoas.

Possuírem caráter educativo

O SENAR, por ser uma instituição de educação por excelência, deve balizar suas atividades da Promoção Social pelo enfoque educativo, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida, em uma perspectiva de crescimento do ser humano como cidadão, no meio em que vive.

Possuírem caráter preventivo

Considerando-se o conteúdo educativo das atividades de PS, as atuações do SENAR devem ser de caráter preventivo. Prevenção é a ação antecipada para evitar que algo não desejável ocorra. Isso se cumpre no SENAR, quando se desenvolvem atividades como prevenção de doenças, desnutrição, desperdício, preservação e conservação ambiental. Mesmo considerando-se que o assistencialismo por vezes se faz necessário, não cabe ao SENAR executá-lo.

Estarem dentro do contexto sociocultural

Quando se fala em cultura, faz-se alusão a todo o conhecimento, à arte, às crenças, à lei, à moral, aos costumes e aos hábitos e aptidões adquiridos pelo homem tanto em seu seio familiar, como na sociedade da qual faz parte. Desse modo, o contexto sociocultural designa um grupo de variáveis com influência no desempenho de atividades, reflete os valores, costumes e tradições da sociedade e influencia os significados e as maneiras de ver uma comunidade.

São exemplos de variáveis do **contexto sociocultural**:

- **Estilo de vida:** Representa a forma pela qual uma pessoa ou um grupo de pessoas vivenciam o mundo e, em consequência, se comportam e fazem suas escolhas. Sofre alterações ao longo dos anos, em função das transformações nos modos de produção, da utilização de equipamentos, implementos e insumos. É alterado também como resultado do crescente acesso à energia elétrica nas residências e a utilização do telefone celular por grande parte da população rural, o que tem levado a um aumento do acesso a informações e à comunicação.
- **Valores sociais:** Os valores sociais são concepções gerais – princípios, crenças e conhecimentos coletivos – que mantêm a harmonia social na medida em que são compartilhados por todos os elementos do grupo ou sociedade. São exemplos o respeito, a responsabilidade, a cooperação, a justiça, entre outros. A crescente preocupação com a proteção do meio ambiente, por exemplo, tem sido bem aproveitada por algumas empresas através da produção de bens tolerados pelo ambiente, como é o caso das embalagens reutilizáveis. O consumo consciente da água e outros recursos naturais esgotáveis também.
- **Fatores demográficos:** São tratados como variável externa, que engloba características de toda uma sociedade ou um grupo específico definido por critérios como taxa de natalidade/mortalidade, estrutura etária, escolaridade, entre outros. A evolução desse tipo de fator assume uma importância acrescida para as organizações que desenvolvem bens ou serviços destinados a determinadas faixas etárias (ou seja, que fazem segmentação do mercado utilizando variáveis demográficas).

O contexto sociocultural inclui ainda outros fatores que podem influenciar no desenvolvimento das atividades da Promoção Social, como a taxa de analfabetismo, a distribuição geográfica, o nível educacional e a composição étnica da população.

Priorizarem a realização no local ou nas imediações onde vive o público alvo

As atividades da PS devem ser realizadas preferencialmente onde habitam os trabalhadores, produtores rurais e suas famílias, de forma a propiciar o acesso seguro e conveniente, diminuir a evasão e fomentar núcleos associativos que possam dar continuidade aos trabalhos realizados.

Priorizarem o uso de matéria prima disponível

A programação das áreas de atividades de artesanato e alimentação devem, ainda, priorizar a utilização da matéria prima existente no município ou região, propiciando a redução de custos, a preservação do meio ambiente, a valorização da cultura local e possibilitando que os participantes possam dar continuidade à produção após os eventos de Promoção Social.

Buscarem a complementaridade com as ações da Formação Profissional Rural (FPR)

Entende-se que nas condições do meio rural brasileiro os benefícios relativos à melhoria da qualidade de vida do trabalhador, do produtor rural e de suas famílias, principalmente em relação à educação, saúde, alimentação, nutrição, cultura, esporte e lazer, ainda estão muito aquém do desejável. Por isso espera-se que as atividades da PS sejam propulsoras da profissionalização dos trabalhadores. Exemplo típico desse aspecto são as iniciativas de alfabetização de jovens e adultos no meio rural e a promoção de Dia Especial com atendimentos oftalmológicos.

Favorecerem possível ganho econômico

As atividades da PS devem permitir basicamente a melhoria da qualidade de vida do trabalhador, do produtor rural e de suas famílias. Embora não tenham cunho profissionalizante, é desejável que venham a contribuir também com ganhos econômicos, pela possibilidade de aumento da receita ou redução de despesas familiares. Pode-se citar o ganho com a venda de produtos artesanais que venham a ser produzidos com a finalidade de uso próprio ou venda, pelos egressos da área de atividade do artesanato e da produção artesanal de alimentos, sempre respeitando a legislação.





VI Tipos de Programação

Tipo da programação é a estratégia educacional utilizada para alcançar os objetivos definidos para as atividades de PS ou a forma recorrida para a disseminação de conhecimentos de acordo com as necessidades específicas de determinados grupos: homens, mulheres, jovens, crianças e idosos.

Na Promoção Social, são estes os tipos da programação:

- **Curso** – Conjunto de conteúdos agrupados de acordo com um programa traçado. Pode representar uma série de aulas, conferências, palestras, etc. sobre um tema ou vários, intercalados de forma conexa, compondo um currículo. Exemplo de curso de PS do SENAR: Alfabetização de jovens e adultos.
- **Treinamento** – De acordo com Chiavenato (1990), o treinamento é o processo educacional aplicado de maneira sistêmica, através do qual as pessoas aprendem conhecimentos, atitudes e habilidades em função de objetivos definidos. No SENAR, representa o tipo da programação utilizado quando atividade de PS foca a integralização de habilidades, conhecimentos e atitudes.

Estratégias educativas para dinamizar a oferta (a serem conjugadas dentro do Tipo de Programação selecionado)

Palestra – É a apresentação oral que pretende informar ou ensinar pessoas a respeito de um assunto. A palestra estabelece uma comunicação em apenas uma direção (palestrante —> audiência), cabendo aos ouvintes uma participação reflexiva.

Encontro – Uma reunião organizada para discussão de temas de interesse coletivo.

Torneio – Chama-se torneio qualquer série estruturada de jogos entre duas ou mais equipes, envolvendo um regulamento e uma contagem de pontos, de forma a se estabelecer o vencedor. Campeonato é o nome dado ao mais importante (e, em geral, mais longo) torneio anual entre equipes de uma mesma região geográfica, ou pertencentes a uma mesma liga ou federação.

Oficina – Ambiente destinado ao desenvolvimento das aptidões e habilidades, mediante atividades laborativas em grupo, orientadas por educadores capacitados, em que estão disponíveis diferentes tipos de equipamentos e materiais para o desenvolvimento do ensino e da aprendizagem nas áreas de atividades da Promoção Social. Esse dispositivo pedagógico dinamiza e estimula o engajamento criativo de seus integrantes, uma vez que permite um espaço de diálogo. Sua metodologia é caracterizada pela construção coletiva de um saber, de análise da realidade, de confrontação e intercâmbio de experiências, e no processo de construção do conhecimento como finalidade prioritária.

Seminário – Consiste em uma exposição oral para participantes que possuam algum conhecimento prévio do assunto a ser debatido. A dinâmica do seminário divide-se em três momentos: a fase de exposição, a de discussão e a de conclusão. Trata-se de um produto informativo mais focado, porém parcial. A informação tem normalmente uma única fonte - o orador ou expositor - e, por consequência, pode apresentar certo viés. Usualmente, o orador é um especialista no assunto que está sendo exposto.



VII Áreas de Atividades

A missão do SENAR, os princípios e diretrizes institucionais e da PS estabelecem que esta seja um processo educativo, vinculado à realidade do meio rural, contribuindo para o desenvolvimento das pessoas, como cidadãs e trabalhadoras, em uma perspectiva de crescimento e bem-estar social. Por ser um processo democrático, propicia a igualdade de oportunidades e enfatiza o planejamento participativo.

Cada uma das áreas da Promoção Social tem as suas características específicas, subdividindo-se em diversas atividades que poderão ser trabalhadas após criteriosa identificação de necessidades e estabelecimento de prioridades que beneficiem o trabalhador, o produtor rural e suas famílias.

As atividades da PS do SENAR foram agrupadas em sete grandes áreas, assim definidas:

1. Alimentação e Nutrição
2. Apoio às Comunidades Rurais
3. Artesanato
4. Cultura
5. Educação
6. Esporte e Lazer
7. Saúde

1 - ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

As atividades relacionadas a esta área devem ter caráter educativo e preventivo, com informações básicas sobre educação alimentar, nutrição, higiene dos alimentos e segurança alimentar.

Atividades de Alimentação e Nutrição oferecidas pelo SENAR

1.1 - ALIMENTAÇÃO MATERNO - INFANTIL

Atividades que proporcionam noções de alimentação saudável às gestantes e às mães, e também de aleitamento e alimentação que garantam o crescimento e o bom desenvolvimento das crianças.

São temas desta atividade:

- Alimentação da gestante;
- Aleitamento materno – importância para a mãe e para o bebê;
- Aleitamento artificial em situações especiais (alergia, falta de leite materno);
- Técnicas de preparo de fórmulas lácteas e não lácteas – suprimento das necessidades nutricionais do bebê impossibilitado de receber o aleitamento materno;
- Higiene na amamentação e no preparo de fórmulas lácteas e não lácteas para a alimentação do recém-nascido;
- Alimentação no primeiro ano de vida.

1.2 - PLANEJAMENTO DE CARDÁPIOS COM APROVEITAMENTO DE ALIMENTOS SEGUROS

Atividades que visam a orientar a família rural em como planejar uma alimentação saudável, aproveitando as potencialidades regionais, estimulando a utilização de todas as partes nutritivas do alimento, com técnicas adequadas.

São temas desta atividade:

- Avaliação crítica dos hábitos e dos costumes da população rural, resgatando os que são saudáveis à luz da ciência dos alimentos;
- Higiene dos alimentos;
- Higiene do ambiente;
- Higiene de utensílios e equipamentos;
- Higiene pessoal;
- Noções sobre os nutrientes que compõem os alimentos;
- Alimentação equilibrada / balanceada;
- Obtenção de uma alimentação equilibrada usando a "pirâmide de alimentos" como modelo;
- Noções sobre as necessidades nutricionais dos indivíduos com diferentes níveis de atividades e em diferentes etapas da vida;
- Técnicas de seleção e preparo de alimentos;
- Elaboração de cardápios平衡ados para a família, observando as peculiaridades dos seus membros, nas diferentes etapas da vida (infante, pré-escolar, escolar, adolescente, adulto e idoso) e sob condições específicas de atividade (o trabalhador);
- Técnicas de conservação de alimentos em nível doméstico;
- Resfriamento, congelamento de alimentos preparados e *in natura*, salga e secagem;
- Técnicas de armazenamento adequadas para alimentos perecíveis, semiperecíveis e não perecíveis.

1.3 - PRODUÇÃO ARTESANAL DE ALIMENTOS

Inclui a utilização de técnicas adequadas ao preparo de produtos derivados de frutas, legumes, leite, carne, cana-de-açúcar, mandioca, milho, peixe, e outros, orientando a produção de bolos, biscoitos, salgados, pães, geleias, compotas, farinhas e conservas com qualidade para o consumo caseiro.

Na produção artesanal de alimentos, as atividades devem valorizar a cultura, com resgate de hábitos alimentares saudáveis locais, possibilitando melhoria da saúde e qualidade de vida, além de ganhos econômicos diretos e indiretos.

1.4 - SAÚDE E ALIMENTAÇÃO

As atividades educativas e preventivas relacionadas à saúde e à alimentação abrangem os seguintes temas:

- Noções básicas de alimentação e nutrição;
- Doenças de caráter nutricional, como obesidade, desnutrição infantil e de adultos, anemia, alergias e intolerância alimentar; suas causas, consequências e prevenção.

PRÉ-REQUISITOS DAS ATIVIDADES DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO		
ATIVIDADE	IDADE MÍNIMA	ORIENTAÇÕES PARA A CLIENTELA
Alimentação Materno-Infantil	14	O participante não poderá apresentar feridas infectadas, infecções cutâneas, chagas ou diarréias para qualquer área de manipulação de alimentos, conforme estabelece o item 7.3 e 7.4 da Portaria 326-1997/SVS/MS.
Planejamento de Cardápios com Aproveitamento de Alimentos Seguros	16	
Produção Artesanal de Alimentos	16	
Saúde e Alimentação	14	Neste curso não será necessária a verificação de isenção de doenças, pois não haverá o preparo de alimentos por parte do participante

ATENÇÃO:

Considerando critérios de boas práticas na fabricação de alimentos, deve ser proporcionada aos eventos de alimentação uma infraestrutura adequada, conforme Portaria 326-1997/SVS/MS:

- Cozinha de tamanho suficiente para as pessoas desenvolverem as atividades, longe de insetos e animais domésticos;
- Mesa para manipulação de alimentos (de acordo com os critérios especificados para a atividade);
- Água encanada e de boa qualidade (potável);
- Pia de uso exclusivo da cozinha, em bom estado de conservação e de funcionamento (livre de sujidades);
- Piso e paredes laváveis (revestidos com cerâmica ou tinta lavável);
- Instalação segura de gás;
- Presença de extintores de incêndio;
- Equipamentos de proteção individual, como máscaras, avental, calçado adequado, luvas, etc;
- Recomenda-se que o participante apresente atestado médico, comprovando estar apto a exercer função com manuseio de alimentos.



2 - APOIO ÀS COMUNIDADES RURAIS

Atividade de Apoio às Comunidades Rurais oferecida pelo SENAR

A atividade relacionada à área Apoio às Comunidades Rurais visam a despertar, no indivíduo, o exercício da cidadania, levando-o a maior integração no trabalho, na família, na comunidade e na sociedade, como cidadão produtivo e responsável.

SERVIÇOS COMUNITÁRIOS

Consiste em atividades desenvolvidas em dias especiais, voltadas às comunidades rurais, nas áreas de cidadania, saúde, educação, alimentação e nutrição, cultura, esporte e lazer e outras, considerando-se os aspectos educativos e preventivos.

3 - ARTESANATO

As atividades relacionadas à área de artesanato objetivam estimular a produção de objetos úteis, artísticos e decorativos, feitos à mão, com ou sem ajuda de ferramentas e mecanismos caseiros, utilizando matéria-prima disponível na região.

O produto artesanal normalmente reflete a relação do artesão com o meio onde vive e a sua cultura, portanto, as atividades propostas devem contribuir para preservar e propagar as características e as expressões culturais regionais, com ou sem fim comercial, estimulando a prática do associativismo e a sua permanência no local de origem.

As demandas devem ser priorizadas de acordo com o levantamento de necessidades feito pela Administração Regional.

Atividades de Artesanato oferecidas pelo SENAR

3.1 - ARTESANATO DE BORDADOS

Bordado é uma forma de criar a mão desenhos e figuras ornamentais em um tecido, utilizando para este fim diversos tipos de ferramentas como agulhas, fios de algodão, de seda, de lã, de linho, de metal etc., de maneira que os fios utilizados formem o desenho desejado. Leva-se em consideração o traço cultural de cada região do país.

3.2 - ARTESANATO DE CHIFRES, OSSOS E CARTILAGENS

É a atividade que consiste na confecção de objetos utilitários e decorativos, a partir do aproveitamento de matérias-primas de origem animal. Tem como produtos: objetos de adorno, abajures, cabos de talheres, facas, canivetes, berrantes e outros.

3.3 - ARTESANATO DE CROCHÊ

O crochê é uma espécie de artesanato feito com uma agulha especial que possui um gancho e que produz um trançado semelhante ao da malha ou da renda. Pode ser desenvolvida em linhas, fios ou lã.

3.4 - ARTESANATO DE FIBRAS NATURAIS

Caracterizam-se pela utilização de fibras naturais: sisal, carnaúba, ouricuri, ariri, tucum, buriti, piaçava, milho, bananeira, tiririca, coco, capim, cipós, vime, junco, imbé, bucha vegetal e outros.

Para esta atividade, estão previstas normas ambientais de extração, saúde e segurança no trabalho.

3.5 - ARTESANATO DE MATERIAIS RECICLÁVEIS

É a atividade que consiste na confecção de objetos utilitários e decorativos, a partir do aproveitamento de material reciclável (vidro, plástico, papel, papelão, ferro, aço e alumínio, etc.), assim como de resíduos naturais (fibras da cana-de-açúcar, café, bananeira e outros).

3.6 - ARTESANATO DE METAIS

É a atividade que empreende a confecção de objetos utilitários e decorativos:

- **Ferraria, ferramentaria, cutelaria, funilaria:** farraduras, freios, formões, alicates, tesouras, foices, enxadas, facas, canivetes, peixeiras, bacias, regadores, baldes, lamparinas, bules, canecas, raladores, candeeiros e outros;
- **Bijuterias:** colares, brincos, pulseiras, anéis e outros;
- **Objetos de arte e decoração:** vasos, molduras, abajures, máscaras, peças de decoração artística e outros.

3.7 - ARTESANATO DE PEDRAS

É a atividade associada à confecção de peças ornamentais e utilitárias, esculpidas ou entalhadas em pedra. Tem como produtos: panelas, peças decorativas, imagens e outros.

3.8 - ARTESANATO DE PRODUTOS AQUÁTICOS

É a atividade ligada à confecção de objetos utilitários e decorativos, a partir do aproveitamento de matérias-primas de origem marítima ou fluvial.

3.9 - ARTESANATO DE RENDAS

Esta atividade consiste na confecção manual de renda e sua transformação em peças utilitárias e decorativas, a partir da aplicação da renda (bilro, labirinto, filé, renascença, irlandesa, redendê, etc.)

A renda é um tecido transparente de malha aberta, fina e delicada, que forma desenhos variados com entrelaçamentos de fios de linho, seda, algodão.

Na sua maioria, as rendas compõem-se de dois elementos:

- O desenho ou motivo;
- O fundo, que mantém o desenho unido.

3.10 - ARTESANATO DE SEMENTES, CASCAS, FOLHAS E FLORES

É a atividade que consiste na utilização de várias partes da planta. Destacam-se como produtos: pulseiras, tiaras, cintos, colares, arranjos decorativos e outros.

Para esta atividade preveem-se normas ambientais de colheita e coleta de partes da planta, assim como resíduos encontrados na natureza.

3.11 - ARTESANATO DE TRICÔ

O tricô é uma técnica para entrelaçar o fio (de lã ou outra fibra têxtil) de forma organizada, criando-se assim um pano que, por suas características de textura e elasticidade, é chamado de malha de tricô ou simplesmente tricô.

É a atividade que pode ser feita manualmente, com duas agulhas, ou só com uma que, além de proporcionar o entrelaçamento do fio (criando cada ponto), abrigam a malha de tricô já tecida.

3.12 - ARTESANATO EM ARGILA E CONGÊNERES

É a atividade de produção de artefatos a partir de argilas, que abrange uma variedade de utensílios de uso comum:

- **louças de barro em geral:** moringas, potes, talhas, tigelas, vasos, jarras, filtros, pratos, copos, garrafas, cinzeiros, alguidares e outras peças de natureza decorativa ou utilitária e de função mista;
- **modelagem:** bonecos, animais, representações de cenas e personagens típicos, figurativa, ornamental, lúdica e de imagens;
- **cerâmica artística:** objetos diversos de caráter artístico artesanal, produzidos sem emprego de fôrmas.

3.13 - ARTESANATO EM COURO E PELE

É a atividade voltada à confecção de artigos de vestuário, calçados, artefatos decorativos e mobiliários, além de curtumes artesanais.

3.14 - ARTESANATO EM MADEIRA

É a atividade que consiste na confecção de objetos utilitários e decorativos, com a utilização de vários tipos de madeira.

Entre eles, destacam-se: gamelas, pilões, cochos, cangalhas, cangas, pás, colheres, máscaras, talhas, ídolos, imagens, carrancas, figuras ornamentais e outros.

3.15 - ARTESANATO EM PAPEL E PAPELÃO

É a atividade vinculada à confecção de objetos utilitários e decorativos, utilizando papel e papelão.

3.16 - ARTESANATO EM TECIDOS

É a atividade que engloba o artesanato doméstico de "Corte e Costura", dirigido à confecção de peças do vestuário e artigos de cama e mesa, além do aproveitamento de retalhos, em geral para confecção de peças utilitárias e decorativas.

3.17 - DECOUPAGE

É a atividade que consiste na aplicação de gravuras em diversos objetos, tais como: tecidos, vidros, madeiras, etc. com o objetivo de preservar e propagar a cultura local.

3.18 - MACRAMÊ

É a atividade voltada à confecção de objetos utilitários e decorativos, com a utilização de vários tipos de fios.

O Macramê é uma técnica de tecer fios que não se vale de nenhum tipo de maquinário ou ferramenta. Utiliza somente as mãos. Trabalhando com os dedos, os fios vão se cruzando e ficam presos por nós, formando cruzamentos geométricos, franjas e uma infinidade de formas decorativas.

3.19 - PINTURA

É a atividade que consiste na aplicação da pintura em diversos objetos, tais como: tecidos, vidros, madeiras, cerâmicas etc., com o objetivo de preservar e propagar a cultura local.

A atividade de pintura baseia-se na criatividade e aplicação de elementos plásticos, de técnicas e princípios da arte, levando em consideração a harmonia das cores e seus variados esquemas e matizes.

3.20 - TAPEÇARIA

É a atividade associada, basicamente, à confecção artesanal de um tecido, geralmente encorpado, formado pelo cruzamento de duas estruturas de fios obtidos de fibras flexíveis, como lã ou algodão. O uso de fios coloridos e de técnicas diversas de entrelaçamento permite que figuras sejam compostas durante o processo de execução.

3.21 - TECELAGEM

É uma atividade artesanal que utiliza uma ferramenta simples, o tear, que permite o entrelaçamento de uma maneira ordenada de dois conjuntos de fios, denominados trama e urdidura, formando como resultado uma malha denominada tecido.

Vários são os tipos de teares existentes, cada um com uma finalidade específica. A escolha do tear a ser utilizado depende da proposta de trabalho e do que se quer executar: seja fazer um tapete, uma tapeçaria para enfeitar a casa, ou ainda confeccionar alguma peça de vestuário, como casacos, coletes ou utilitários, a exemplo de bolsas e cintos.



3.22 - ARTESANATO EM CERA E CONGÊNERES

Refere-se a um tipo de artesanato caracterizado pela variedade de objetos utilitários e decorativos, com a utilização de ceras e congêneres. E entre eles, destacam-se velas, moldes e outros.

PRÉ-REQUISITOS DAS ATIVIDADES DE ARTESANATO		
ATIVIDADE	IDADE MÍNIMA	ORIENTAÇÕES PARA A CLIENTELA
Artesanato de bordados	14	
Artesanato de chifres, ossos e cartilagens	18	
Artesanato de crochê	14	
Artesanato de fibras naturais	16/18	
Artesanato de materiais recicláveis	16/18	
Artesanato de metais	16	
Artesanato de pedras	16	
Artesanato de produtos aquáticos	16	
Artesanato de rendas	14	
Artesanato de sementes, cascas, folhas e flores	16/18	
Artesanato de tricô	14	
Artesanato em argila e congêneres	16/18	
Artesanato em cera e congêneres	16/18	
Artesanato em couro e pele	18	
Artesanato em madeira	18	
Artesanato em papel e papelão	16	
Artesanato em tecidos	14/18	
Decoupage	14	
Macramê	14	
Pintura	14	
Tapeçaria	14	
Tecelagem	14/18	

As atividades relacionadas visam a estimular a produção de objetos úteis, artísticos e decorativos, feitos à mão, com ou sem ajuda de ferramentas e mecanismos caseiros, utilizando matéria-prima disponível na região.

4 - CULTURA

Os programas de políticas públicas de cultura têm estado em pauta nos últimos anos, buscando atender a uma demanda social crescente, que é a necessidade de atividades de lazer para o tempo livre da população de nossas cidades. Esse "espaço do ócio" é resultado de uma nova configuração do trabalho na reestruturação do capitalismo, onde cada vez mais o tempo é controlado pelas necessidades do mercado, o que vem gerando mudanças culturais na população. Como consequência, os eventos de cultura e lazer vêm ganhando um novo papel na organização da sociedade, relacionado ao bem-estar das populações.

A Constituição refere-se à cultura, no artigo 216, nos seguintes termos: "Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira".

Há ainda o conceito de patrimônio cultural imaterial que, segundo a Unesco, compreende "as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados e que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural".

Transmitido de geração em geração, esse patrimônio é mantido e permanentemente recriado pelas comunidades e grupos em função de sua interação com o meio em que vivem e com a sociedade mais ampla.

Uma vez que a Carta Magna promulga o direito à cultura para todos os cidadãos sem exceção, faz-se necessário, portanto, estender e incentivar tais direitos também à sociedade do meio rural, uma vez que esse grupo ainda traz fortes laços históricos culturais arraigados em seu estilo de vida.

Entre as principais manifestações do meio rural que permitem o desenvolvimento das atividades ligadas à cultura, encontram-se:

- Dança;
- Música;
- Literatura;
- Artes.

"As artes auxiliam na formação do cidadão ao:

- Mobilizar a expressão e a comunicação pessoal;
- Intensificar as relações dos indivíduos tanto com seu mundo interior como com o exterior;
- Auxiliá-lo a compreender a diversidade de valores que orientam tanto seus modos de pensar e agir como os da sociedade;
- Favorecer o entendimento da riqueza e diversidade da imaginação humana;
- Torná-lo capaz de perceber sua realidade cotidiana mais vivamente, reconhecendo e decodificando formas, sons, gestos e movimentos que estão à sua volta" ².



2 ARAÚJO, S. A. Possibilidades pedagógicas do cinema em sala de aula. Revista Espaço Acadêmico – N° 79 – Ano III. Dezembro. 2007. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/079/79araujo.htm>

5 - EDUCAÇÃO

Os cursos de Promoção Social do SENAR da área de educação devem proporcionar, em primeiro lugar, espaço para a reflexão e mudança atitudinal, necessárias a melhorias sociais dos indivíduos inseridos no meio rural, pois se sabe que processos educativos comportam forte interface com questões capazes de melhorar a qualidade de vida local e mundial, com o estabelecimento de processos solidários de produção e convivência, prevenção de doenças e até a erradicação da fome.

As iniciativas na área de educação ofertadas pela instituição visam a contribuir para mitigar os resultados de lacunas estruturais e, pelo conhecimento do meio rural, funcionarem como pilotos a serem replicados em ampla escala, com a articulação de forças com outros parceiros.

O SENAR, pela sua capacidade orçamentária e operativa, entende que tais atividades devem ser complementos aos processos de educação formal e outros realizados pelo Poder Público nos âmbitos municipais, estaduais e federais.

Devem ser trabalhadas na perspectiva de um conceito ampliado, visando à mudança, evolução e adaptação da pessoa no contexto sociocultural, econômico e político.

Devem, ainda, representarem oportunidades de prática social desenvolvendo, no indivíduo, habilidades do pensar, interpretar, inferir, criticar, compreender, construir, vinculadas à pessoa em seu ambiente de vida e de trabalho.

Atividades de educação oferecidas pelo SENAR

5.1 - ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Atividades que visam a alfabetizar jovens e adultos do meio rural, possibilitando a leitura, a escrita e a compreensão do texto e do contexto, bem como a realização de operações matemáticas básicas. As iniciativas voltadas para a Alfabetização de Jovens e Adultos³ podem ter como objetivo proporcionar a elevação de escolaridade e a apreensão das competências necessárias ao ingresso dos participantes nos cursos e treinamentos de Formação Profissional Rural - FPR, além de proporcionar-lhes melhor qualidade de vida e melhoria da autoestima. O Brasil tem demonstrado avanços nessa área, com planos nacionais que institucionalizam a educação de jovens e adultos e garantem fundos para o financiamento. Mas está provado que a alfabetização, um dos alicerces da educação, precisa ser realizada com o acesso a bibliotecas e outras fontes de leitura, que favoreçam a continuidade da aprendizagem. Esse desafio, no Brasil e no mundo, precisa ser enfrentado não apenas pelo poder público, mas também por toda a sociedade. Em vista disso, o SENAR concebe e desenvolve iniciativas de alfabetização de jovens e adultos inseridos no processo produtivo agropecuário, formatando a programação de acordo com as características e necessidades desse público.

5.2 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL

As atividades de educação ambiental devem estar focadas na conscientização do indivíduo e da população e voltadas à valorização, à preservação e à recuperação do meio ambiente. A educação ambiental favorece a sustentabilidade, que preconiza a satisfação das necessidades atuais do trabalhador, do produtor rural e de suas famílias, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades.

³ Paulo Freire (2007) comprehende o ser humano como um ser histórico, social, inconcluso, que compara, valoriza, intervém, escolhe, decide, fazendo-se ser ético. Tal afirmação deve ser associada aos jovens e adultos analfabetos para que as intervenções de alfabetização propiciem o desenvolvimento de suas potencialidades.

Deve-se procurar incorporar, ativamente, ao programa, crianças e jovens, de forma que eles contribuam para o desenvolvimento de melhores condições do ambiente em que vivem, adquirindo conhecimentos e criando hábitos adequados a essa evolução. Temas como a coleta, destinação e reciclagem do lixo, uso correto de agrotóxicos e produtos biodegradáveis podem ser trabalhados de forma contextualizada e atual, bem como o uso de embalagens descartáveis, o uso adequado das águas, o destino de dejetos e preservação da flora e fauna, entre tantos outros identificados como necessários.

5.3 - EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO

As atividades realizadas para promoção da educação para o trabalho devem ter como premissa a percepção das aptidões do indivíduo para a sua inserção no mercado de trabalho, nas formas mais amplas, inclusive de acordo com as premissas da economia solidária, e o trabalho das competências básicas como as ligadas ao relacionamento interpessoal, ética, oratória, princípios da gestão de economia individual e coletiva.

Consistem em informações relacionadas à nova dimensão do mercado de trabalho:

- Trabalho e sua importância;
- Mercado formal e informal;
- Relação de trabalho / direitos e deveres do trabalhador;
- Higiene e segurança no trabalho;
- Informações sobre profissões e possibilidades.

5.4 - EDUCAÇÃO PARA O CONSUMO

As atividades de educação para o consumo consistem em orientar o indivíduo e sua família em como utilizar melhor bens e serviços, de acordo com seus valores, necessidades, objetivos e renda familiar. Incluem:

- Bens e serviços;
- Necessidades e desejos;
- Sistema de compras;
- Guia para compras;
- Escolha e seleção de produtos e serviços;
- Economia familiar;
- Direitos e deveres do consumidor;
- Mercado consumidor e tendências.

5.5 - EDUCAÇÃO PARA A INCLUSÃO

Consiste em informar e orientar as famílias rurais sobre a importância de aceitar as diferenças, bem como as dificuldades individuais, visando à consciência crítica e à convivência digna e respeitosa em uma sociedade complexa e diversificada, favorecendo o desenvolvimento afetivo e social. Refere-se à divulgação de temas como:

- Pessoas com necessidades especiais e/ou com deficiência (PNEs): conceituação, classificação e procedimentos de inclusão social no meio rural;
- Normas e legislações direcionadas à empregabilidade das PNEs e/ou com deficiência;
- Aspectos importantes para acessibilidade das PNEs e/ou com deficiência;
- PNEs e/ou com deficiência e sua convivência familiar.

5.6 - EDUCAÇÃO PARA A ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

As atividades de educação para a organização comunitária estão voltadas a informar o indivíduo e sua família sobre a importância da coletividade para resolver problemas e satisfazer necessidades comuns, introduzindo conceitos e aplicabilidades do Associativismo e do Cooperativismo. Estimulam e orientam o desenvolvimento comunitário.



6 - ESPORTE E LAZER

No Brasil, as políticas públicas e sociais têm sido garantidas por lei e atendido direitos à saúde, educação, habitação, entre outras. Entretanto, quando se refere ao esporte e lazer, embora se constate que tais políticas tenham sido estabelecidas em diferentes períodos da história política brasileira, foi somente a partir de Constituição de 1988, em seu artigo 217, que esses campos foram contemplados como direitos sociais.

Uma vez assegurados esses direitos, a prática dessas atividades favorece maior integração e vem despertando, na sociedade, a necessidade da aplicação de princípios como espírito de equipe e disciplina, e ainda propiciando o lazer. No que diz respeito aos aspectos individuais, proporciona a quebra de timidez, a elevação da autoestima, o desenvolvimento físico e motor, além de estimular a manifestação de lideranças.

As atividades de esporte e lazer oferecidas pelo SENAR devem ter caráter educativo, preventivo, participativo e recreativo, voltadas às expectativas da comunidade e às condições que esta oferece.

Principais atividades de esporte e lazer oferecidas pelo SENAR:

- Ginástica cooperativa / recreativa
- Iniciação esportiva (jogos coletivos)
- Modalidades esportivas
- Caminhada
- Cavalgada
- Passeio ciclístico
- Atividades físicas para a terceira idade



7 - SAÚDE

PERCEPÇÃO SOCIAL DE SAÚDE

A forma como se percebe a saúde, bem como as práticas que a promovem, evoluíram nas diferentes fases que a humanidade passou. Também as políticas públicas, concebidas e aplicadas, fizeram parte desse processo evolutivo.

A clientela do SENAR é composta por pessoas inseridas em uma estrutura social e cultural revestida de particularidades, que possuem um ideário sobre saúde e doença fruto de suas vivências no ambiente onde vivem e trabalham. Por vezes, não reconhecem adequadamente o potencial do papel individual na promoção e proteção da saúde, tem escasso conhecimento sobre seus direitos e deveres quanto ao tema ou sobre as instituições provedoras. Falta-lhes a percepção de que a participação em atividades educativas em saúde pode contribuir para o acervo de conhecimento, com desdobramentos em suas práticas e atitudes, contribuindo para uma consciência sanitária, para um senso crítico, resultando em mudanças comportamentais significativas quanto ao processo saúde/doença.

Por isso, quando se trata do tema saúde em comunidades rurais, torna-se importante entender o conceito "empoderamento" (LEFÈVRE e LEFÈVRE, 2004; GOHN, 2004), que modernamente vem sendo utilizado para traduzir a aquisição de conhecimentos que resultem em novas habilidades e atitudes críticas por parte dos indivíduos. Central nessa discussão é o poder das comunidades, bem como a posse e o controle dos seus próprios esforços e destino, em assuntos relacionados à saúde. Um dos fatores do empoderamento é o acesso à informação e às oportunidades de aprendizado para o assunto. Para isso, supõe-se, entre outras iniciativas, a oferta de uma educação que trabalhe conteúdos de cidadania e de consciência ecológica, além da socialização de informações éticas - portanto, isentas de interesses de grupos que engendram estratégias de banalização da saúde, vinculando-a ao consumo de bens e serviços - e a participação da comunidade na tomada de decisões, planejamento e diagnóstico das ações de saúde (LEFÈVRE e LEFÈVRE, 2004; COSTA, 1999).

Para GOHN (2004), o empoderamento da comunidade serve para que ela seja protagonista da sua própria história, devendo contribuir para a capacidade de gerar processos de desenvolvimento autosustentável. Para essa autora, o empoderamento "tanto pode referir-se ao processo de mobilizações e práticas destinadas a promover e impulsionar grupos e comunidades – no sentido de seu crescimento, autonomia, melhoria gradual e progressiva de suas vidas (material e como seres humanos dotados de uma visão crítica da realidade social) – como as ações destinadas a promover simplesmente a pura integração dos excluídos, carentes e demandantes de bens elementares à sobrevivência (...)" . A autora considera que vários fatores determinam a diferenciação dos dois tipos de processos e seus resultados, mas o "principal deles é a natureza, o caráter e o sentido do projeto social da instituição que promove a intervenção social".

Uma alternativa para somar esforços na tarefa empoderadora de que fala LEFÈVRE e LEFÈVRE (2004) pode ser a participação de instituições de ensino, como o SENAR, que atuando no meio rural em treinamentos no campo da saúde, trabalham conteúdos passíveis de gerar o empoderamento nessa área, ao desenvolver o conteúdo formativo de forma integral, trazendo, além dos aspectos biológicos, relativos às doenças, uma leitura crítica do mundo, da vida e seus problemas e do papel individual no processo saúde/doença. Após essa intervenção, a transformação gerada na pessoa deve revelar-se em mudança de interesses e atitudes em ações concretas, que contribuam para a transformação da sociedade onde se insere. Parafraseando GOHN (2004), não se muda a sociedade apenas com a participação no plano local, micro, ainda mais em se pensando apenas em indivíduos, mas seguramente é a partir de indivíduos - da ampliação da sua consciência crítica, do seu empoderamento, portanto - e do plano micro, que se dá o processo de mudança e transformação na sociedade.

EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO DA SAÚDE

Outra questão a ser respondida refere-se à educação como promotora de saúde. É possível que atividades educativas em saúde, aí incluídas aquelas propiciadas pelo SENAR, contribuam para a apropriação de conhecimento na área, construção de consciência sanitária e para uma mudança comportamental significativa no que concerne ao processo saúde e doença?

Muitos são os princípios e os conceitos que fundamentam a prática da educação em saúde e da promoção em saúde. Sem cair em armadilhas reducionistas, a educação em saúde procura desencadear mudanças de *comportamento individual*, enquanto que a promoção em saúde, muito embora inclua sempre a educação em saúde, visa a provocar mudanças de *comportamento organizacional*, capazes de beneficiar a saúde de camadas mais amplas da população, porém não exclusivamente, por meio da legislação. Para

iniciar essa reflexão, faz-se necessário responder a algumas questões provocadoras: a educação promove a saúde? Aliás, o que é educação em saúde? E promoção em saúde?

Para dirimir dúvidas, pode-se recorrer a definições operacionais, amplamente aceitas por especialistas que atuam nessas áreas, como aquelas propostas por *Green e Kreuter* (cit. In CANDEIAS, 1997):

Por educação em saúde entendem-se quaisquer combinações de experiências de aprendizagem delineadas com vistas a facilitar ações voluntárias conducentes à saúde. Os autores explicitam os termos utilizados:

A palavra combinação enfatiza a importância de combinar múltiplos determinantes do comportamento humano com múltiplas experiências de aprendizagem e de intervenções educativas. A palavra delineada distingue o processo de educação em saúde de quaisquer outros processos que contenham experiências accidentais de aprendizagem, apresentando-o como uma atividade sistematicamente planejada. Facilitar significa predispor, possibilitar e reforçar. Voluntariedade significa sem coerção e com plena compreensão e aceitação dos objetivos educativos implícitos e explícitos nas ações desenvolvidas e recomendadas. Ação diz respeito a medidas comportamentais adotadas por uma pessoa, grupo ou comunidade para alcançar um efeito intencional sobre a própria saúde.

Já promoção em saúde é definida como uma combinação de apoios educacionais e ambientais que visam a atingir ações e condições de vida conducentes à saúde. Explicitando que:

Combinação refere-se à necessidade de mesclar os múltiplos determinantes da saúde (fatores genéticos, ambiente, serviços de saúde e estilo de vida) com múltiplas intervenções ou fontes de apoio. **Educacional** refere-se à educação em saúde tal como acima definida. **Ambiental** refere-se a circunstâncias sociais, políticas, econômicas, organizacionais e reguladoras, relacionadas ao comportamento humano, assim como a todas as políticas de ação mais diretamente relacionadas à saúde. Utiliza-se aqui para fazer referência àquelas forças da dinâmica social, que incidem sobre uma situação específica e que vão muito além do estudo do ambiente físico ou dos serviços médicos destinados à população e, também, aos fatores ambientais que precisam ser considerados no planejamento de atividades de promoção em saúde. Note-se que essa se diferencia dos outros dois maiores componentes da saúde pública por fixar a engenharia do meio ambiente à proteção em saúde e a administração no ambiente médico aos serviços de prevenção para a saúde.

Na prática, a educação em saúde constitui apenas uma fração das atividades técnicas voltadas para a saúde, prendendo-se especificamente à habilidade de organizar logicamente o componente educativo de programas que se desenvolvem em quatro diferentes ambientes: a escola, o local de trabalho, o ambiente clínico, em seus diferentes níveis de atuação, e a comunidade, compreendida aqui como contendo populações-alvo que não se encontram normalmente nas três outras dimensões. Por constituir apenas uma parte de um conjunto de atividades, a educação em saúde é uma atividade meio. Uma coisa que não pode ser esquecida é que a ênfase deve ser na saúde e não na doença.

Conclui-se, então, respondendo às questões iniciais, que a educação intercede pela saúde ao ofertar suas tecnologias construtivistas e de ensino-aprendizagem, que geram novos conhecimentos, habilidades e atitudes.

A informação é essencial quando se apregoa a participação da comunidade e o exercício do controle social sobre as políticas públicas. A educação para a saúde é, assim, espaço para construção da consciência sanitária como instrumento de defesa dos cidadãos.

Ainda, uma questão a ser respondida refere-se à educação ofertada às pessoas do meio rural, que dependem economicamente do processo produtivo agrossilvipastoril e extrativista animal e vegetal. Há peculiaridades a serem consideradas quanto se pensa em educação deste segmento populacional? Sim, e elas devem ser diagnosticadas e usadas como subsídio para se traçar as estratégias utilizadas pela PS do SENAR.

Atividades de saúde ofertadas pelo SENAR

As atividades relacionadas à área de saúde devem ter enfoque educativo e preventivo, objetivando mudanças de comportamento individual e coletivo, em adequação às condições ambientais e perspectiva de melhoria da qualidade de vida da população rural.

Devem ser ofertados, aos trabalhadores, aos produtores rurais e às suas famílias, conhecimentos básicos na área de saúde, de forma que eles se conscientizem da responsabilidade de cada indivíduo e da comunidade como um todo, em busca de suas satisfações físicas, mentais e sociais.

7.1 - EQUOTERAPIA

A Equoterapia é um método terapêutico e educacional, com abordagem interdisciplinar, nas áreas de saúde, educação e equitação, que utiliza o cavalo visando o desenvolvimento biopsicossocial de pessoas com necessidades especiais e/ou pessoas com deficiência.

Tem indicação, especialmente, para os seguintes quadros clínicos:

- Doenças genéticas, neurológicas, ortopédicas, musculares e clínico metabólicas;
- Sequelas de traumas e cirurgias;
- Doenças mentais, distúrbios psicológicos e comportamentais;
- Distúrbios de aprendizagem e linguagem e outros.

Pode constituir-se em importante atividade de Promoção Social por atender um público que está distante dos programas de reabilitação das grandes cidades e representar significativa iniciativa de responsabilidade social do SENAR e dos Sindicatos envolvidos.

O programa de equoterapia divide-se em quatro programas básicos:

Hipoterapia – reabilitação para pessoas com necessidades especiais e/ou com deficiência, que não têm condições de se manterem sozinhas no cavalo e, portanto, necessitam de auxílio lateral, guia e auxiliar, que ficam juntos e ao lado do praticante acompanhados pelo terapeuta, que conduz a execução dos exercícios programados.

Reeducação equestre – Para as pessoas que necessitam trabalho educativo ou de reabilitação e conseguem exercer alguma atuação sobre o cavalo e conduzi-lo.

Pré-esportivo – Para as pessoas que necessitam trabalho educativo ou de reabilitação e que apresentam boas condições para atuar e conduzir o cavalo. O praticante pode participar de alguns exercícios de hipismo.

Esportivo – Para as pessoas que necessitam trabalho educativo ou de reabilitação e apresentam boas condições para andarem a cavalo, podendo participar de competições hípicas.

Agentes

A prática da equoterapia envolve os seguintes agentes: praticante, cavalo e equipe multiprofissional.

Praticante – é o termo utilizado para designar a pessoa com necessidades especiais e/ou pessoas com deficiência e os todos os demais que se encontram em atividades equoterápicas. Nesta atividade, o sujeito do processo participa de sua reabilitação, na medida em que interage com o cavalo.

Cavalo – recurso instrucional intermediador entre o praticante e o terapeuta. O contato com o cavalo propicia a melhoria na autonomia e independência. Além disso, promove a organização e a consciência do corpo, estimula a força muscular, melhora o equilíbrio, a postura e desenvolve a coordenação motora, entre outros. A interação com o cavalo, incluindo os primeiros contatos, o ato de montar e o manuseio final, desenvolve novas formas de socialização, autoconfiança e autoestima.

Equipe multiprofissional – é a composição de uma equipe com vários profissionais e atuação interdisciplinar, ou seja, interdependente, em um centro de equoterapia. Dentre esses profissionais estão: o fisioterapeuta, o psicólogo e o profissional de equitação. Eles ajudam a revelar as necessidades, os limites e potencialidades do praticante contribuindo para que sejam alcançados resultados positivos.

7.2 - DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS

As atividades educativas e preventivas, relacionadas a doenças crônicas não transmissíveis, englobam os seguintes temas:

- Noções sobre diabetes;
- Alterações lipídicas;
- Obesidade;
- Hipertensão arterial;
- Doenças cardiovasculares;
- Cânceres, entre outras, enfatizando aspectos da patogenia e a prevenção.

7.3 - DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS (Infecto-parasitárias, contagiosas, infecciosas, infecto-contagiosas e doenças tropicais)

As atividades educativas e preventivas relacionadas a doenças transmissíveis, englobam os seguintes temas:

- Noções sobre o processo saúde-doença;
- Doenças transmitidas pela água, alimentos e mãos; pelo solo, pelo ar; pelo contato pessoal, fluídos e secreções; por animais e vetores, enfatizando as formas de aquisição, patogenia e prevenção;
- Informações sobre as formas de aquisição, patogenicidade e prevenção de:
 - Doenças causadas por protozoários, vírus, bactérias, fungos, helmintos e artrópodes;
 - Doenças transmitidas por insetos;
 - Doenças transmitidas por animais domésticos e peridomiciliares (zoonoses).

7.4 - SAÚDE REPRODUTIVA

As atividades educativas e preventivas relacionadas à saúde reprodutiva englobam os seguintes temas:

- **Sexualidade/doenças sexualmente transmissíveis** – Informações básicas sobre sexualidade, orientação e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis.
- **Gravidez na adolescência** – Medidas para prevenção da gravidez na adolescência e, quando ocorrer, como conduzi-la.
- **Planejamento familiar** – Informações sobre os diversos métodos ligados à fertilidade humana e técnicas de uso de métodos contraceptivos, apresentando as vantagens e as desvantagens de cada um deles.
- **Prevenção de malformações fetais** – Informações, à população rural, sobre a ação de drogas, de produtos químicos e da consanguinidade na formação fetal.
- **Saúde reprodutiva na terceira idade** – Medidas preventivas que visam a atenuar e orientar o bioenvelhecimento reprodutivo.
- **Prevenção do câncer ginecológico e do aparelho reprodutor masculino** – Informações sobre os diferentes tipos de câncer, incluindo as medidas preventivas, o diagnóstico precoce e a busca do tratamento.

7.5 - SAÚDE MATERNO-INFANTIL (Na infância e na adolescência)

As atividades educativas e preventivas, relacionadas à saúde na infância e adolescência, englobam os seguintes temas:

- **Saúde materno-infantil** – Orientações referentes ao pré-natal, ao parto e ao puerpério.
- **Aleitamento materno** – Informações sobre aleitamento materno, no que concerne aos laços afetivos entre mãe e filho, aspectos imunológicos e nutricionais, técnicas adequadas e período de desmame.
- **Medidas preventivas destinadas à redução da mortalidade infantil precoce e tardia** – Informações à família sobre a importância da higiene no trato com a criança e ainda sobre doenças comuns na infância e risco de óbito.
- **Prevenção de doenças infectocontagiosas na infância e na adolescência** – Informações sobre vacinações e outras medidas de prevenção.

7.6 - SAÚDE NA TERCEIRA IDADE

As atividades educativas e preventivas relacionadas à saúde na terceira idade compreendem os seguintes temas:

Alternativas para o bioenvelhecimento saudável

Propiciam o bem-estar e a participação dos idosos no seu convívio social, conservando sua independência física, mental e social, estabelecendo, como prioridade, a educação, a cidadania, a sexualidade, o lazer e os exercícios.

Prevenção de doenças

Informações sobre doenças cardiovasculares, arteriosclerose, hipertensão, diabetes, osteoporose, câncer (masculino e feminino) e alterações psíquicas.

7.7 - PREVENÇÃO DE ACIDENTES

Informações que conscientizem o trabalhador, o produtor rural e suas famílias da necessidade de utilizar medidas preventivas, de forma a reduzir as causas de acidentes, as sequelas e a incapacitação, abrangendo os três níveis de prevenção: primária, secundária e terciária.

Prevenção primária

Informações sobre medidas para evitar que a doença ou outros agravos ocorram.

- Prevenção de doenças ocupacionais;
- Prevenção de acidentes no trabalho rural;
- Prevenção de acidentes com animais peçonhentos (cobra, aranha, escorpião e outros);
- Prevenção de acidentes com produtos químicos, plantas venenosas e outros agentes.

Prevenção secundária

Destina-se ao indivíduo já acometido pela doença, prevenindo seu agravamento. Consiste em informações sobre medidas para evitar o estabelecimento de sequelas graves ou óbito.

Primeiros socorros nas afecções médicas de natureza aguda, tais como:

- Choques elétricos (descarga elétrica convencional ou de outra natureza);
- Queimaduras;
- Traumatismos;
- Paradas respiratórias e cardíacas;
- Reações alérgicas agudas;
- Afogamentos;
- Ingestão e inoculação de produtos químicos; ingestão de corpos estranhos;
- Hemorragias.

Prevenção terciária

É realizada no indivíduo com sequelas, na intenção de evitar sua incapacitação permanente e de promover sua reintegração social.

Exemplos:

- Procedimentos nas doenças incapacitantes e passíveis de reabilitação, provenientes da atividade profissional;
- Procedimentos nas doenças incapacitantes, provenientes de outras origens.

7.8 - SAÚDE BUCAL

As atividades direcionadas à prevenção de doenças bucais abrangem os seguintes temas:

- Saúde bucal do conceito - aspectos preventivos relacionados à gestação;
- Saúde bucal nos primeiros seis meses de vida;
- Saúde bucal na infância e adolescência;
- Saúde bucal na dentição permanente;
- Saúde bucal na terceira idade;
- Condutas direcionadas a pacientes com necessidades especiais;
- Prevenção do câncer bucal.

7.9 - SANEAMENTO BÁSICO NO MEIO RURAL

Saneamento é o conjunto de medidas que visam a preservar ou a modificar as condições do meio ambiente, com a finalidade de prevenir doenças e promover a saúde no meio rural.

Desenvolvem-se atividades básicas de saneamento visando a promover a educação do indivíduo, da comunidade e um padrão de vida adequado à manutenção da saúde no meio rural.

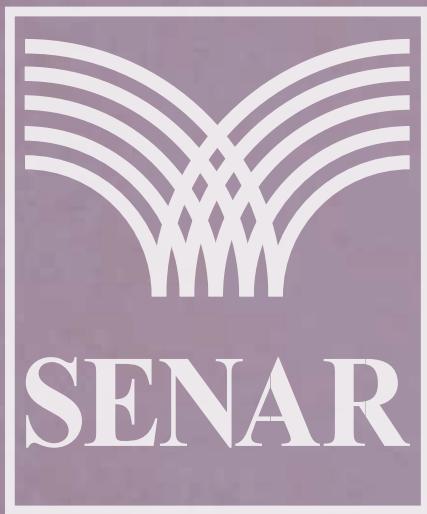
Identificam-se meios de autoproteção e realização de campanhas de educação pública sobre diversos temas, tais como:

- Abastecimento de água;
- Deposição de dejetos e águas servidas (esgotos);
- Deposição de lixos;
- Controle de animais e vetores de doenças;
- Saneamento de habitação (condições adequadas de moradia);
- Saneamento de locais de trabalho;
- Saneamento de escolas;
- Saneamento de locais de lazer (parques, piscinas, lagos, rios, represas, dentre outros).

PRÉ-REQUISITOS DAS ATIVIDADES DE SAÚDE		
ATIVIDADE	IDADE MÍNIMA	ORIENTAÇÕES PARA A CLIENTELA
Equoterapia	Não tem	Indicação médica terapêutica de acordo com cada uma das quatro modalidades básicas.
Doenças crônicas não transmissíveis	14	Produtores, trabalhadores e seus familiares; agentes comunitários de saúde que atendem a área rural. A turma poderá ser mista: formada por pessoas da comunidade e agentes.
Doenças transmissíveis		
Prevenção de acidentes		
Saneamento básico no meio rural		
Saúde materno-infantil		
Saúde na terceira idade		
Saúde reprodutiva	12	Produtores, trabalhadores e seus familiares; agentes comunitários de saúde que atendem a área rural. A turma poderá ser mista: formada por pessoas da comunidade e agentes.
Saúde bucal		



QUADRO RESUMO DAS ÁREAS DE ATIVIDADES DA PROMOÇÃO SOCIAL			
ÁREAS E ATIVIDADES	ATIVIDADES	TIPO DE PROGRAMAÇÃO E ESTRATÉGIAS EDUCATIVAS	CARÁTER
Alimentação e Nutrição	<ul style="list-style-type: none"> • Alimentação materno-infantil • Planejamento de cardápios com aproveitamento de alimentos seguros • Produção artesanal de alimentos • Saúde e alimentação 	<ul style="list-style-type: none"> • Curso • Seminário • Palestra • Encontro 	Educativo Preventivo
Apoio às Comunidades Rurais	<ul style="list-style-type: none"> • Serviços comunitários 	<ul style="list-style-type: none"> • Dia Especial • Encontro • Palestra 	Educativo Preventivo Atendimento
Artesanato	<ul style="list-style-type: none"> • Artesanato de bordados • Artesanato de chifres, ossos e cartilagens • Artesanato de crochê • Artesanato de fibras naturais • Artesanato de materiais recicláveis • Artesanato de metais • Artesanato de pedras • Artesanato de produtos aquáticos • Artesanato de rendas • Artesanato de sementes, cascas, folhas e flores • Artesanato de tricô • Artesanato em argila e congêneres • Artesanato em cera e congêneres • Artesanato em couro e pele • Artesanato em madeira • Artesanato em papel e papelão • Artesanato em tecidos • Decoupage • Macramê • Pintura • Tapeçaria • Tecelagem 	<ul style="list-style-type: none"> • Treinamento • Oficina 	Educativo Cultural Econômico
Cultura	<ul style="list-style-type: none"> • Dança • Música • Literatura • Artes 	<ul style="list-style-type: none"> • Dia Especial • Encontro • Oficina 	Cultural Educativo Recreativo
Educação	<ul style="list-style-type: none"> • Alfabetização de jovens e adultos • Educação ambiental • Educação para o trabalho • Educação para o consumo • Educação para a inclusão • Educação para a organização comunitária 	<ul style="list-style-type: none"> • Curso • Encontro • Palestra • Programa • Seminário • Oficina 	Educativo Participativo Preventivo
Esporte e Lazer	<ul style="list-style-type: none"> • Ginástica cooperativa /recreativa; • Iniciação esportiva (jogos coletivos); • Modalidades esportivas; • Caminhada; • Cavalgada; • Passeio ciclístico; • Atividades físicas para a terceira idade 	<ul style="list-style-type: none"> • Atividades físicas • Encontro • Torneio 	Educativo Participativo Recreativo
Saúde	<ul style="list-style-type: none"> • Equoterapia • Doenças crônicas não transmissíveis • Doenças transmissíveis • Prevenção de acidentes • Saneamento básico no meio rural • Saúde materno-infantil • Saúde na terceira Idade • Saúde reprodutiva • Saúde bucal 	<ul style="list-style-type: none"> • Curso • Campanha • Encontro • Palestra • Seminário • Programa 	Educativo Preventivo Atendimento



VIII Certificação

O SENAR, instituição integrante do Sistema "S" de Formação Profissional e Promoção Social tem, por determinação de seu mandato legal, a responsabilidade de fornecer documentos comprobatórios às pessoas que, voluntariamente, participarem de eventos por ele coordenados, executados e/ou patrocinados.

O processo de certificação no ensino formal possui legislação que o regulamenta e especifica os instrumentos necessários à sua exata execução. Já no ensino não formal, fica como responsabilidade das instituições (incluindo o SENAR) a normatização da certificação de seus eventos.

Qualquer procedimento que ateste, por escrito, que uma pessoa participou de uma ação educativa de Formação Profissional Rural, Promoção Social ou Desenvolvimento de Talentos Humanos, submetida, ou não, a mecanismos de avaliação, é um ato de certificação. Os certificados relativos às atividades de Promoção Social devem ser emitidos somente após a entrega do relatório de ação concluída, elaborado pelo instrutor, à área técnica da Administração Regional. Nesse relatório, deverão constar informações referentes à frequência e aos critérios de participação de cada componente do grupo, no sentido de orientar o agente responsável quanto à expedição dos certificados.

Recomenda-se, contudo, a avaliação da pertinência da certificação para todos os tipos de programação de todas as atividades de Promoção Social. Eventos como Dias Especiais, Encontros, Torneios e outros, podem não necessariamente conferir certificado ou declarações de participação. Deve-se, ainda, refletir sobre a vertente na qual o evento será ofertado, se de PS ou, em função do objetivo final focar o mercado de trabalho mais diretamente, ser transferido para a FPR. Essa análise deve ser feita com base em vários aspectos ligados à demanda e oferta da programação, às características do público e pela identificação dos títulos e sinônimos das ocupações listadas no Catálogo Brasileiro de Ocupações – CBO. Um exemplo dessa migração para a FPR diz respeito aos cursos voltados para formar Merendeiras, cuja classificação na CBO, 5132-05 Cozinheiro geral - Cozinheiro de restaurante, merendeiro, e aqueles ligados à produção de produtos de higiene, conservação e armazenamento de alimentos, abre espaço para a formação necessária ao profissional.

O tipo de certificado para as atividades de Promoção Social é o **Certificado de Participação**, que atesta a participação/frequência de uma pessoa nos eventos de:

- Promoção Social;
- Desenvolvimento de Talentos Humanos.

O Certificado de Participação deve ser conferido aos concluintes de cada evento, mediante análise de pertinência. Deve-se também levar em consideração os critérios estabelecidos pela Regional e divulgados pelo instrutor(a) no início do evento. Tais critérios dizem respeito à avaliação do processo educativo e da frequência, que deverá ser de no mínimo 80%.

Importante ressaltar que os participantes dos eventos de Promoção Social são trabalhadores, produtores rurais e membros de suas famílias. No que tange às ações de Desenvolvimento de Talentos Humanos tem-se como sua clientela os agentes da PS, sendo eles instrutores, mobilizadores, supervisores, técnicos em geral e dirigentes da organização.

Os certificados deverão ser registrados em livros próprios: "Livro de Registro de Certificados de Participação". Este livro de registro pode ser substituído por programa específico de computador, desenvolvido para este fim.

Tais procedimentos deverão ser adotados tendo em vista a necessidade do registro da participação, da clientela do SENAR, nas diferentes atividades realizadas, possibilitando, ainda, se for o caso, a emissão de 2^a ou 3^a vias.

MODELO DE CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO

Frente

	CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO
Administração Regional	
O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR, confere o certificado ao(a) Sr.(a) _____ (1) por sua participação no(a) _____ (2) realizado(a) em _____ (3) no período de _____ (4) com carga horária de _____ (5) horas.	
_____, ____ de _____. (6)	
_____(7) Superintendente	_____(8) Presidente do Conselho Administrativo

1 - Nome completo, e por extenso, do participante / 2 - Registrar o título da atividade de Promoção Social ou de Desenvolvimento de Talentos Humanos. Ex.: Seminário sobre Saúde Materno-Infantil / 3 - Registrar o local, o município e o estado onde a atividade foi realizada. Ex.: Centro Comunitário Alegre/Londrina/Paraná / 4 - Registrar o período de realização da atividade. Ex.: 10/05 a 14/05/2013 / 5 - Registrar a duração da atividade/carga horária total. Ex.: 40 horas / 6 - Registrar o nome da cidade, dia, mês e ano, respectivamente / 7 - Assinatura do superintendente, quando em evento realizado pela Administração Regional; no caso de o evento ter sido promovido pela Administração Central, a assinatura do Secretário Executivo / 8 - Assinatura do presidente do conselho administrativo, quando em evento promovido pela Administração Regional, ou do presidente do conselho deliberativo, caso o evento seja realizado pela Administração Central.

Verso

Colaboradores (9)			
Tipo de programação (10)			
Conteúdo (11)	Carga Horária (12)	Instrutores (13)	
Nº Registro (14)	Nº Livro (15)	Nº Página (16)	Nome e assinatura dos responsáveis pelo registro (17)

9 - Entidades colaboradoras. Ex.: Sindicato Rural de Londrina/Secretaria de Agricultura / 10 - Registrar a estratégia adotada para desenvolver a atividade. Ex.: Seminário sobre Saúde Materno-Infantil / 11, 12 e 13 - Registrar o conteúdo programático desenvolvido, com a sua respectiva carga horária e o(s) instrutor(es) responsável(eis) / 14, 15, 16 e 17 - Lançar número do registro, número do livro, número da página e nome e assinatura do responsável pelo registro, dados extraídos do livro de registro de certificados, aberto em cada Administração Regional.





Segundo o *Dicionário Aurélio* (2013) processo é o ato de proceder e de ir por diante; é também seguimento, curso ou marcha; maneira pela qual se realiza uma operação, segundo determinadas normas. O processo consta de uma sequência lógica de procedimentos.

Em um processo tem-se a ideia de algo que nunca termina, que está em processamento, em andamento. Isso se dá por conta da “ciclicidade” a que está sujeito – consequência do que está sempre acontecendo e que nunca termina. Processo é, portanto, algo que se dá mediante etapas, fases e atividades, visando ao alcance de um produto desejável. (LEAL, 2003 pp. 41-42).

Para o SENAR, processo é um conjunto de procedimentos ordenados, alimentados como “entrada” por informações de ordem social, cultural e econômica que cercam o meio rural e as informações sobre as experiências já vivenciadas pela organização e que merecem ser consideradas em ações futuras.

Assim, o desenvolvimento do processo da Promoção Social leva em consideração:

- Missão, princípios e diretrizes do SENAR;
- Políticas nacionais de desenvolvimento de ações sociais nas áreas de saúde, educação, esporte, cultura e lazer;
- Políticas nacionais de desenvolvimento econômico;
- Políticas estaduais e municipais;
- Políticas institucionais;
- Recursos financeiros e materiais;
- Contingente humano disponível;
- Experiências vivenciadas pela organização.

No intuito de apresentar o processo de maneira mais didática, conferiu-se sua disposição em etapas, subdivididas em fases e atividades. No que tange às etapas, o processo divide-se em:

- Planejamento;
- Operacionalização; e
- Avaliação.

Todos os agentes do SENAR atuam em uma ou todas as etapas que o compõe, sendo mais ou menos ativos em determinadas fases. Mobilizadores, instrutores, supervisores e equipe técnica desempenham funções específicas e interligadas que se complementam para gerar o resultado final.

Por ser um roteiro de trabalho da organização, o processo da PS permite uma visão ampla das atividades desenvolvidas em todas as suas etapas e fases, a seguir descritas. Para que seja bem-sucedido, é importante que todos os seus agentes conheçam onde e como atuarão, além das formas como devem interagir uns com os outros. Destaca-se que o aperfeiçoamento de todos os procedimentos, seja de mobilização, instrutoria, supervisão e apoio técnico, devem ser constantemente realinhados, de forma a garantir o seu sucesso.

Cita-se que a ação dos parceiros que realizam a mobilização dos eventos deve ser continuamente orientada e retificada pelas Administrações Regionais do SENAR, uma vez que uma mobilização frágil desestabiliza e desestrutura o processo, comprometendo a atuação do instrutor, da equipe técnica, incluindo o supervisor, e, consequentemente, o resultado da programação de PS.

No que diz respeito ao instrutor, deve-se focar na sua seleção criteriosa, na preparação metodológica e em constante supervisão formativa, de forma a garantir que sua ação docente propicie reais mudanças de comportamento e avanços tecnológicos no desempenho do aluno.

Quanto à supervisão, por constituir-se em elo fundamental entre todos os envolvidos, deve-se também investir na constituição de equipe constantemente preparada para atuar de forma proativa, metodologicamente amparada e voltada para a permanente retificação e ratificação do processo.

1 - Planejamento das atividades de Promoção Social

É importante, por ocasião da elaboração do planejamento, profundo conhecimento prévio das situações sociais e econômicas do público alvo e um trabalho exaustivo quanto à identificação de necessidades, evitando-se programar atividades que não culminem no impacto desejado.

A identificação de necessidades deve ser conduzida pelo SENAR, utilizando a experiência de entidades sediadas nos municípios atendidos e que conheçam a realidade local, os observatórios de cada Regional e estudos sobre as necessidades sociais no meio rural, bem como o que foi exposto no item V deste documento: "Programação das Atividades de PS".

Deve-se, ainda, buscar uma visão bastante ampla dos problemas ou das necessidades identificadas, sempre questionando se a solução para este ou aquele problema levantado não é responsabilidade de outras instituições que também atuam no meio rural.

Algumas estratégias são fundamentais para um planejamento eficaz da Promoção Social, como:

- Planejamento participativo que represente a construção coletiva e atenda às necessidades da comunidade e as potencialidades de cada município;
- Envolvimento de lideranças rurais com aptidão para identificar as necessidades e as aspirações do público alvo;
- Identificação de possíveis parceiros;
- Qualificação dos recursos humanos envolvidos no planejamento, execução e avaliação das atividades da Promoção Social;
- Utilização de todos os recursos disponíveis para divulgação das atividades;
- Integração com instituições e órgãos que tenham atividades correlatas;
- A identificação das necessidades deverá analisar os seguintes aspectos municipais e regionais:
 - Indicadores de saúde por faixa etária;
 - Indicadores de acidentes de trabalho;
 - Incidência de doenças;
 - Taxa de mortalidade infantil;
 - Escolaridade da população x pessoas fora da escola;
 - Incidência de gravidez precoce;

- Matéria prima para artesanato e alimentação; com base na produção agropecuária;
- Tradições culturais (manifestações artísticas, pratos típicos, festas, esporte, artesanato);
- Calendário de eventos;
- Locais para comercialização de produtos artesanais (feiras, etc.);
- Entidades existentes no município/região: Associações, Cooperativas, Sindicatos, Empresas agros-silvipastoris, etc.;
- Identificação das principais atividades desenvolvidas no município e região;
- Atrações turísticas rurais;
- Índices de Desenvolvimento Sociais locais, Índice de Desenvolvimento Social – IDS, relacionados à saúde, renda e educação.

O planejamento bem elaborado é capaz de apresentar um retrato bastante aproximado dos ambientes externo e interno à instituição, além de possibilidades para a proposição de um Plano Anual de Trabalho – PAT condizente com as reais necessidades e interesses da clientela do SENAR. Denomina-se ambiente externo à instituição o retrato das características sociopolíticas e econômicas dos municípios, regiões e do estado. Uma análise criteriosa desses aspectos resulta na obtenção do diagnóstico externo.

Obtido o diagnóstico externo, o SENAR passa a analisar sua capacidade operativa. Nesse caso, a instituição faz um estudo de suas possibilidades e limitações para atendimento às realidades verificadas, compondo, assim, o diagnóstico interno.

A partir da compatibilização dos dois diagnósticos (externo e interno), elabora-se o PAT, o produto final do planejamento. Importante ressaltar que do PAT podem resultar planejamentos semestrais ou trimestrais, a depender da forma de trabalho de cada Administração Regional do SENAR.

A etapa de planejamento apresenta como fases:

- Caracterização do estado/regiões;
- Caracterização dos municípios;
- Determinação da capacidade operativa do SENAR; e
- Compatibilização dos diagnósticos (externo e interno) e elaboração do Plano Anual de Trabalho – PAT.

1.1 Caracterização do Estado/Regiões

A caracterização do estado/regiões é a primeira fase da etapa de planejamento.

Para caracterizar o estado e suas regiões, a Administração Regional deve fazer um levantamento de dados e informações, por meio de fontes secundárias, obtendo, com isso, o conhecimento de sua realidade.

Para tanto, deve utilizar indicadores que retratem a sua situação, os planos, programas e projetos, as instituições públicas e privadas existentes. É importante, também, obter informações sobre as condições de infraestrutura de apoio e identificar as lideranças atuantes.

1.2 Caracterização dos municípios

A caracterização dos municípios é a segunda fase da etapa de planejamento.

Após a caracterização do estado/regiões, a Administração Regional deve proceder à caracterização dos municípios, por meio de dados primários e secundários.

Para tanto, devem ser feitos levantamentos de indicadores que retratem, entre outros, a situação demográfica, políticas sociais para promoção de cultura, esporte, lazer, educação, saúde e saneamento básico, além dos problemas de degradação ambiental e as lideranças locais.

Com base na análise dos dados e informações obtidos por meio da caracterização do estado/regiões e dos municípios obtém-se o **diagnóstico externo**, que retrata a situação do ambiente em que ocorrerá a atuação do SENAR.

1.3 Determinação da capacidade operativa do SENAR

A determinação da capacidade operativa do SENAR é a terceira fase da etapa de planejamento.

Para determinar sua capacidade operativa, é necessário que a Administração Regional identifique e analise a quantidade e a qualidade das instalações que dispõe, bem como dos recursos materiais, financeiros, instrucionais e seu contingente humano. Além disso, a Regional deve buscar parcerias junto a Sindicatos, Prefeituras, Associações, Lideranças, Cooperativas e outras instituições públicas e privadas, como meio de maximizar a capacidade operativa.

Após o tratamento e a análise desses dados e informações obtém-se, como produto, o **diagnóstico interno** que retrata as condições operacionais de atuação da Administração Regional.

1.4 Compatibilizações dos diagnósticos e elaboração do Plano Anual de Trabalho - PAT

Após a obtenção dos diagnósticos externo e interno, deve-se fazer sua compatibilização, a fim de se elaborar o **Plano Anual de Trabalho – PAT** da Administração Regional.

Após o cumprimento de todas as atividades pertinentes às fases que compõem a etapa de planejamento, a Administração Regional tem melhores condições de executar, com eficiência, eficácia e efetividade, atividades da PS, uma vez que detém, a partir daí, o conhecimento detalhado de sua realidade e do ambiente de sua atuação.

Aspectos importantes sobre a etapa de planejamento

Nesta etapa, dentro da fase de caracterização dos municípios, a atuação dos mobilizadores pode contribuir para a elaboração do Plano Anual de Trabalho – (PAT), produto final da etapa do planejamento da Administração Regional, com dados e informações coletadas no seu exercício profissional e social na comunidade em que está inserido. Tais dados auxiliam na identificação de necessidades locais em relação às atividades de PS a serem realizadas, tanto por iniciativa das Administrações Regionais do SENAR quanto pela iniciativa dos clientes. As informações fornecidas pelos mobilizadores à equipe técnica são fundamentais para a definição das necessidades de atividades que contribuirão para o avanço individual e coletivo. Dessa forma, será possível listá-las e ordená-las, estabelecendo prioridades, haja vista a impossibilidade de atendimento a todo o universo de atuação da Administração Regional em face das eventuais limitações impostas pelo seu contingente humano, sua estrutura física e financeira. Também é prevista a supervisão na etapa de planejamento visando garantir a qualidade e exequibilidade do PAT. Essa supervisão verifica:

- Quantidade e qualidade das informações sobre os ambientes externo e interno;
- Qualidade da compatibilização dos diagnósticos externo e interno;
- Qualidade do PAT.

Nessa perspectiva, pode-se mencionar iniciativas consideradas exitosas de Administrações Regionais envolvendo ações como a realização de Oficinas Regionais para o planejamento de eventos, com a parti-

cipação das Entidades Cooperadas, que são tomadas como base para gerar informações e subsídios para o PAT e Planejamentos Estratégicos para períodos estabelecidos institucionalmente; bienais, trienais, etc.

Com a realização das oficinas pode-se superar as visões tecnocráticas de planejamento e valorizar práticas participativas, agregando o conhecimento e a experiência das Entidades Cooperadas. Adicionalmente, inicia-se o processo de Planejamento Estratégico com ênfase na eficiência econômica quanto à aplicação dos recursos financeiros, permitindo construir um PAT que alie o conhecimento das Entidades Cooperadas sobre a realidade da agropecuária municipal e o conhecimento técnico acumulado da equipe gestora.

Sugerem-se temas importantes para se trabalhar nas oficinas de planejamento estratégico:

- Normas para cooperados (prazos, capacitação, documentação, valores);
- Levantamento diagnóstico agropecuário municipal das principais cadeias produtivas;
- Principais dificuldades/necessidades de cada uma das cadeias produtivas do município;
- Explicitação dos objetivos da atuação do SENAR;
- Confronto das dificuldades/necessidades das cadeias produtivas com a oferta formativa do SENAR;
- Delimitação da capacidade de atendimento do cooperado e do SENAR;
- Necessidades de capacitação que contribuirão para minimizar as dificuldades encontradas;
- Organização das capacitações a serem realizadas (no tempo e no espaço);
- Planejamento das metas com foco no conhecimento da realidade regional e expectativa de realização;
- Relevância/Qualidade/Custo/Parceria;
- Aprofundamento do relacionamento com os presidentes de Entidades Cooperadas, no sentido de ampliar a visão estratégica de atuação, buscando acompanhar as mudanças individuais e sociais e priorizar as atividades que gerem impacto e visibilidade.



Informações gerais sobre o Plano Anual de Trabalho – PAT

Para que o PAT reflita as reais expectativas da clientela e da instituição é necessário que todos envolvidos em sua concepção conheçam, em primeiro lugar, a missão, os princípios e diretrizes e os objetivos institucionais. Todo esforço poderá ser perdido no seu próprio nascedouro, caso as necessidades identificadas não venham a ser inseridas neste contexto maior.

Além desses conhecimentos, é importante que todos os agentes do SENAR e, entre eles, estrategicamente, a entidade credenciada para realizar a mobilização e o mobilizador por ela designado, conheçam algumas conceituações no momento da identificação de necessidade, para que seja possível abranger o universo de atuação da instituição. Conceitos como meio rural, emergências sociais, educação de adultos e clientela do SENAR são indispensáveis àqueles que executarão o planejamento das atividades da PS.

É importante, também, considerar como a necessidade de atividade se originou: se por iniciativa do próprio SENAR ou se requerida pelos clientes (entidades representativas de trabalhadores ou produtores rurais ou da comunidade, pois, para cada caso, o processo de identificação de necessidade tem procedimentos específicos. Deve-se também considerar que os dados obtidos pela entidade parceira e/ou mobilizador podem contribuir para esta identificação de necessidades local.

Em ambos os casos, a identificação de necessidades precisa ser bem conduzida, para evitar que os eventos realizados pela instituição se transformem em atendimentos esporádicos e desvinculados do processo produtivo.

É importante salientar que qualquer tentativa de se oferecer atividades de PS em uma região ou município deve sempre estar vinculada à análise da situação social e ter claro que são de promoção e não de assistencialismo.

Adicionalmente, a PS deve ser considerada como complementar às ações de FPR, possibilitando ao trabalhador, produtor rural e membros de sua família a aquisição de conhecimentos, habilidades e atitudes em atividades de saúde, alimentação e nutrição, artesanato, cultura, esporte e lazer, contribuindo para uma melhor qualidade de vida, participação na vida das comunidades e também para o incremento da renda familiar.



De forma sucinta, apresentam-se, a seguir, as atividades desenvolvidas na etapa de PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES DE PROMOÇÃO SOCIAL.

ETAPA DE PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES DE PROMOÇÃO SOCIAL

Caracterização do Estado/Região

1. Levantamento de dados e informações:
 - 1.1 Dados demográficos
 - População Economicamente Ativa (PEA) rural
 - População total rural
 - Densidade demográfica
 - Faixa etária
 - 1.2 Políticas públicas sociais
 - 1.3 Planos, programas e projetos
 - 1.4 Instituições públicas e privadas
 - 1.5 Política agrícola estadual
 - 1.6 Infraestrutura de apoio
 - 1.7 Lideranças atuantes
2. Tratamento e análise dos dados e informações

Caracterização do Município

1. Levantamento de dados e informações:
 - 1.1 Indicadores de saúde por faixa etária;
 - 1.2 Indicadores de acidentes de trabalho;
 - 1.3 Incidência de doenças;
 - 1.4 Taxa de mortalidade infantil;
 - 1.5 Escolaridade da população x pessoas fora da escola;
 - 1.6 Incidência de gravidez precoce;
 - 1.7 Matéria prima para artesanato e alimentação com base na produção agropecuária;
 - 1.8 Tradições culturais (manifestações artísticas, pratos típicos, festas, artesanato local);
 - 1.9 Calendário de eventos
 - 1.10 Locais para comercialização de produtos artesanais (feiras, etc.)
 - 1.11 Entidades existentes no município/ região: Associações, cooperativas, sindicatos, empresas agropecuárias, etc.;
 - 1.12. Identificação das principais atividades desenvolvidas no município e região;
 - 1.13. Identificação de iniciativas de esporte e lazer;
 - 1.14. Incidência de uso de drogas e alcoholismo;
 - 1.15. Atrações turísticas rurais;
 - 1.16. Identificação das principais atividades desenvolvidas no município e região;
 - 1.17. Saúde e saneamento básico;
 - 1.18. Infraestrutura de apoio;
 - 1.19. Problemas de degradação ambiental;
 - 1.20. Aspectos socioeconômicos;
 - 1.21. Lideranças locais.
2. Tratamento e análise dos dados e informações.

Determinação da capacidade operativa do SENAR

1. Identificação e análise quantitativa e qualitativa de:
 - 1.1 Contingente humano
 - 1.2 Recursos materiais
 - 1.3 Recursos financeiros
 - 1.4 Recursos instrucionais
 - 1.5 Instalações
 2. Parcerias a mobilizar
 - 2.1 Sindicatos
 - 2.2 Prefeituras
 - 2.3 Associações
 - 2.4 Lideranças
 - 2.5 Cooperativas
 - 2.6 Outras instituições públicas e Privadas
3. Tratamento e análise dos dados e informações

Compatibilização dos diagnósticos e elaboração do PAT

1. Listagem das necessidades da PS.
2. Ordenação das necessidades, por importância, nos municípios.
3. Compatibilização dos diagnósticos externo e interno
4. Elaboração do Plano Anual de Trabalho
 - 4.1 Justificativa
 - 4.2 Objetivo
 - 4.3 Estratégia de ação
 - 4.4 Programação física
- Área de atuação
 - Quadro demonstrativo de metas / atividades da PS
 - Outras atividades
 - Quadro demonstrativo de metas / desenvolvimento de talentos humanos
 - Recursos instrucionais
- 4.5 Cronograma de execução
- 4.6 Orçamento anual
 - Previsão de receita
 - Previsão de despesa
 - Atividade-méio
 - Atividade-fim

PLANO ANUAL DE TRABALHO

Diagnóstico Interno

Operacionalização

Atão Supervisora Gerencial e Técnica

2 - Operacionalização das atividades de Promoção Social

A operacionalização é a segunda etapa do processo da PS, quando são efetivadas as atividades previamente priorizadas no PAT e os resultados decorrentes da identificação de necessidades de atividades de PS em âmbito local. É composta por duas fases: estruturação das atividades e execução das atividades.

Esta etapa é de grande importância no processo, uma vez que dela constam atividades que determinam a qualidade dos eventos promovidos pelo SENAR, tendo, como papel fundamental, a atuação de mobilizadores e instrutores, devidamente treinados na metodologia da FPR e da PS, com auxílio dos supervisores ou de outros membros da equipe técnica da Administração Regional.

2.1 Estruturação das atividades

Constitui a primeira fase da etapa de operacionalização, em que atuam, prioritariamente, mobilizadores. Esta fase é de suma importância para a garantia da qualidade das atividades da PS, uma vez que, mediante o diagnóstico local, nela se definem o cenário, o tipo de programação e o público que irá participar dos eventos.

A estruturação das ações é constituída por três momentos:

- **Momento 1:** Seleção e a preparação dos instrutores, atualização de instrutores, procedimentos de credenciamento dos instrutores, convite ao instrutor para atuação em evento e repasse de recursos para os parceiros.
- **Momento 2:** Mobilização das atividades, que inclui a divulgação, o recrutamento e a seleção da clientela, a identificação do tipo de programação, a composição de turmas, a escolha e a organização do local, compra e provimento de recursos instrucionais, confirmação do local da atividade, devendo-se ainda deixar claro:
 - Objetivo da atividade
 - Justificativa
 - Área de atividade
 - Atividade
 - Tipo de programação
 - Título da atividade
 - Certificação
 - Carga horária
 - Limite de vagas (mínimo e máximo)
 - Público alvo
 - Estrutura física necessária
 - Requisitos para os participantes

Para formar uma turma para participar de uma atividade da Promoção Social, além dos critérios exigidos pela atividade, já considerados na seleção da clientela, devem ser observados aqueles requeridos pelo processo ensino-aprendizagem, tais como:

- Os participantes dos grupos devem possuir interesses e necessidades comuns;
- O perfil de entrada, ou seja, o nível de conhecimento dos participantes em relação ao conteúdo da atividade deve ser semelhante;
- O grau de escolaridade dos participantes da ação deve ser o mais homogêneo possível;

- O número de participantes por turma deve ser estabelecido em função da disponibilidade dos recursos instrucionais e do local de realização das ações, de modo a permitir que o aproveitamento seja o melhor possível. É recomendável que as turmas tenham de 10 a 15 participantes; e
- a proximidade das moradias, sempre que possível, deve ser observada, já que reunir a vizinhança facilita o deslocamento e, consequentemente, a frequência dos participantes às atividades da PS, possibilitando, ainda, a racionalização dos custos, a integração dos moradores, o reforço, entre eles, da aprendizagem e o acompanhamento dos efeitos da própria atividade.

Outra característica importante é que as atividades de Promoção Social objetivam a participação de todos os integrantes da comunidade: homens, mulheres, idosos, jovens, crianças e pessoas com necessidades especiais ou pessoas com deficiência.

- **Momento 3:** Elaboração do Plano Instrucional e comunicação com o mobilizador.

Elaborado para orientar a ação educativa nas atividades da PS do SENAR, o plano instrucional é o produto do processo de planejamento do instrutor e representa, portanto, o registro de sua reflexão. Ele contém o conjunto de ações educativas previstas para a execução das atividades. No volume “Metodologia de ensino do SENAR”, este tema é amplamente discutido e sistematizado.

2.2 Execução das atividades

A execução das atividades constitui a segunda fase da etapa de operacionalização, que inclui a preparação do local do evento e dos recursos instrucionais a serem utilizados durante o processo educativo.

Além disso, merece destaque o desenvolvimento das atividades, quando o instrutor coloca em prática todo o conteúdo elaborado, as técnicas e recursos instrucionais selecionados, a avaliação proposta e a carga horária programada conforme definição no Plano Instrucional por ele elaborado e aprovado pela área técnica da Administração Regional.

Na **estruturação** e **execução** das atividades de PS, vale apresentar mais informações institucionais sobre a **mobilização** para as atividades de PS do SENAR, definindo o que significa e como deve ser realizada.

Para o SENAR, mobilizar significa:

- **Auxiliar** a equipe técnica da Administração Regional (AR) na identificação das necessidades da PS em âmbito local, contribuindo para a elaboração do Plano Anual de Trabalho (PAT), por meio de informações coletadas pelo mobilizador em sua atuação na comunidade.
- **Realizar** as atividades de estruturação dos eventos de PS, que são:
 - Contribuir para a identificação do tipo da programação com o auxílio da equipe técnica da AR;
 - Divulgar as atividades de PS;
 - Recrutar e selecionar a clientela para os eventos;
 - Compor as turmas;
 - Escolher o local para atividade;
 - Organizar o local da atividade;
 - Providenciar os recursos instrucionais na quantidade e na qualidade necessárias;
 - Dar apoio logístico aos instrutores;
 - Dar apoio logístico, em eventuais necessidades, aos participantes;
 - Registrar informações e preencher formulários sobre os participantes e o evento realizado;
 - Promover a articulação com os parceiros.

A mobilização deve ser realizada de acordo com os parâmetros descritos pela instituição e obedecendo aos requisitos da atividade de PS ofertada, além da legislação vigente no país. Ela é estratégica para o sucesso da ação institucional, daí sua importância no processo da PS.

Ressaltamos que um dos fatores essenciais para a boa mobilização é a escolha de um mobilizador que apresente o perfil adequado para a realização das atividades e uma atuação eficiente, com itens sugeridos no capítulo deste volume que descreve os agentes que realizam a PS.

Além do perfil adequado, o mobilizador deve dispor de — ou desenvolver — competências comportamentais específicas para a boa condução de suas atividades junto à clientela do SENAR e a execução eficaz de seu trabalho. Ele precisa estar devidamente preparado para sensibilizar as pessoas para o processo educativo ofertado e entender as expectativas e necessidades relacionadas a ele, orientando, direcionando e compatibilizando demanda e oferta por esta formação. Para isso, precisa apresentar-se com postura correta, comunicar-se com clareza, aplicar técnicas de aproximação e abordagem de pessoas e usar estratégias adequadas para expor a programação de PS de forma abrangente, criteriosa e equitativa (não excluindo por idade, gênero, raça, ou necessidade especial).

Tais competências comportamentais, aliadas a um perfil adequado, garantem uma melhor chance de uma boa execução do trabalho de mobilização. Elas podem ser averiguadas e aperfeiçoadas durante a seleção do mobilizador e, ao longo do exercício de seu trabalho, ou desenvolvidas em treinamentos com esta finalidade, conduzidos pela Administração Regional ou pela Administração Central.

Parceiros que realizam a mobilização dos eventos do SENAR

A fim de viabilizar a execução dos eventos de PS, o SENAR estabelece parcerias com entidades — Sindicatos Rurais, Associações, Prefeituras, Secretarias Municipais e Estaduais, Cooperativas, Escolas Agrotécnicas, Órgãos de Assistência Técnica e Extensão Rural e outros — que possam auxiliá-lo a alcançar sua clientela de maneira abrangente e efetiva, no maior número possível de municípios no país. Essas entidades, por meio de seu poder de atuação como lideranças locais e junto a seus associados de modo geral, atingem a capilaridade almejada pela instituição.

O processo de escolha de entidades parceiras deve ser criterioso e para que atenda adequadamente às necessidades do SENAR, é fundamental que instrumentos com normas de atuação claramente definidas sejam estabelecidos entre as partes, de forma a garantir a qualidade do serviço prestado e o alcance das expectativas envolvidas. Tais normas possibilitarão o monitoramento e o controle dos trabalhos executados.

Escolhidas as entidades parceiras, deve-se realizar a sensibilização dos funcionários ou colaboradores que serão apontados por elas e envolvidos no processo de mobilização (daqui para frente denominados mobilizadores) e, em especial, seus superiores, quanto às razões e à importância de se realizar uma mobilização adequada, respeitando as características prescritas e descritas pelo SENAR. Isso deve ser feito por meio de encontros e reuniões.

Em seguida, a Administração Regional deverá realizar a capacitação desses mobilizadores ou solicitar que a Administração Central o faça, por meio de treinamentos que trabalharão conteúdos institucionais, programáticos, operacionais e comportamentais.

Tal capacitação é fundamental para que a entidade parceira e seu mobilizador realizem suas atribuições de acordo com o preconizado pelo SENAR.

A atuação do mobilizador está concentrada na etapa de operacionalização. Ele deverá realizar as atividades descritas na fase de estruturação das ações e atividades desta etapa, que são:

1 - Contribuir para a identificação da atividade e do tipo de programação

Como já abordado neste volume, tipo da programação é a estratégia educacional utilizada para alcançar objetivos definidos para as atividades de PS.

Considerando as atividades previstas no PAT, bem como os resultados decorrentes da identificação de necessidades de PS em âmbito local, os mobilizadores, com auxílio dos supervisores ou de outros membros da equipe técnica da AR mediante diagnóstico, chegarão à conclusão dos tipos de programação dos eventos para os quais eles estão mobilizando a clientela. Isso o auxiliará a selecionar e a compor turmas homogêneas para os referidos eventos.

2 - Fazer a divulgação antecipada e ampla das atividades de Promoção Social

Para realizar a divulgação dos eventos, os mobilizadores precisam conhecer as ofertas educativas da PS (nome, clientela, objetivo da atividade, conteúdo programático, número de participantes por turma — em função da amplitude e da complexidade do conteúdo — requisitos quanto ao local da realização dos eventos, carga horária e recursos instrucionais necessários para a sua realização etc.).

Essas informações poderão ser consultadas em “Manual de Orientação à entidade parceira com relação aos procedimentos da mobilização”, que deverá ser elaborado pela Administração Regional com tal finalidade. Segue sugestão de manual no capítulo XIV deste documento.

A divulgação bem feita dos eventos, quase que na sua totalidade gratuitos ao público do meio rural, pode resultar no fortalecimento da representatividade do Sindicato e da Administração Regional.

A divulgação dos eventos do SENAR deverá ser feita utilizando meios de comunicação e locais eficientes que consigam atingir a clientela, como:

- Rádio;
- Jornais locais;
- Cartazes em lugares públicos (Bancos, Correios, Lojas de Produtos Agropecuários, Cooperativas Agropecuárias, Postos de Saúde);
- Carros de som;
- Reuniões comunitárias;
- Igrejas;
- Eventos locais;
- Informativos do Sindicato Rural ou da Cooperativa em mala direta para associados ou afixados em lugares de boa visibilidade;
- Em visitas às pessoas da comunidade;
- Contatos por telefone com produtores rurais associados à sindicatos ou não, que desenvolvam a atividade em consonância com o treinamento ou curso oferecido;
- Faixas em festas rurais, semana do produtor;
- Sites dos sindicatos e das Administrações Regionais na internet;
- Outros.

3 - Realizar o recrutamento e a seleção da clientela

O recrutamento e a seleção da clientela deverão ser feitos de acordo com os requisitos exigidos para os eventos de PS. Além disso, deverá considerar as necessidades identificadas na clientela por Associações, Sindicatos, Secretarias Municipais, Associações etc.

O recrutamento da clientela ocorre concomitantemente ao processo de identificação de necessidades. O processo de seleção ocorre posteriormente ao recrutamento.

O recrutamento é a identificação de pessoas que se interessam em ingressar em determinada atividade de Promoção Social.

Além disso, o mobilizador deve ter conhecimento prévio e básico do programa de inclusão de pessoas com necessidades especiais (PNE) e deficiências do SENAR. Este programa, denominado Apoena, pretende receber e promover a inserção das PNE nos eventos, não apenas fortalecendo posturas inclusivas já previstas por lei, mas também respeitando os princípios da diversidade e o direito à cidadania. Além do Apoena, o mobilizador precisa conhecer as opções e conteúdo de Programas Especiais Regionais e Nacionais, bem como os cursos de EaD do SENAR, de forma a aproximar toda a gama de ofertas da instituição ao público.

Especificamente em relação à seleção dos participantes das atividades da PS, devem ser considerados como indicadores:

- Demandas sociais;
- Capacidade operativa – da Administração Regional para o atendimento à demanda;
- O atendimento aos requisitos exigidos pela Atividade, em anexo a esse documento.
- O mobilizador, ao fazer a convocação dos participantes, deverá fornecer importantes informações sobre o evento, como:
 - Período de duração;
 - Conteúdo;
 - Horários a cumprir;
 - Vestimenta necessária;
 - Obrigatoriedade de frequência e desempenho necessários para a obtenção do certificado;
 - Recomendações restritivas importantes para o bom desenvolvimento do evento. (Ex.: não levar crianças ou dependentes para o local, não desrespeitar regras quanto à manipulação de recursos etc.).

4 - Realizar a composição de turmas

Para compor a turma que irá participar de uma atividade da PS, é necessário ter clareza das distinções e das peculiaridades entre ação de FPR e atividade de PS, objetivos e requisitos das atividades de PS, e devem ser observados aqueles requeridos pelo processo ensino-aprendizagem, tais como:

- Os participantes das turmas devem possuir interesses e necessidades comuns;
- O perfil de entrada, ou seja, o nível de conhecimento dos participantes em relação ao conteúdo da atividade, deve ser semelhante;
- O grau de escolaridade dos participantes da atividade deve ser o mais homogêneo possível;
- O número de participantes por turma deve ser estabelecido em função da amplitude e da complexidade do conteúdo, da disponibilidade dos recursos instrucionais e do local de realização das ações, de modo a permitir que o aproveitamento seja o melhor possível;

- A proximidade das moradias, sempre que possível, deve ser observada, já que reunir a vizinhança facilita o deslocamento e, consequentemente, a frequência dos participantes às atividades da PS, possibilitando, ainda, a racionalização dos custos, a integração dos moradores, o reforço da aprendizagem entre eles, e o acompanhamento dos efeitos da própria atividade.

5 - Escolher o local para a atividade

Os ambientes educacionais sempre representaram um desafio para gestores, mobilizadores e instrutores do SENAR, pois tem o propósito de possibilitar condições propícias ao processo ensino-aprendizagem, a viabilidade dos cursos em termos de investimento financeiro e o aproveitamento de espaço físico.

O local de realização dos eventos promovidos pelo SENAR deve ser o mais próximo possível da realidade em que trabalham e vivem seus participantes. Nesse local, eles aprendem e executam as atividades previamente estabelecidas, orientadas pelo instrutor, utilizando-se de métodos específicos. Dessa forma, a escolha do local adequado se dará sempre em função da atividade a ser desenvolvida e da conveniência para os participantes.

Os critérios para a escolha do local mais adequado para realização dos eventos são os seguintes:

- Possibilitar a execução das operações em uma situação real de trabalho e/ou de vivência dos participantes;
- Ser de fácil acesso para os participantes, contribuindo para o deslocamento de todos;
- Apresentar boa ventilação, controle de sons e ruídos;
- Ser compatível com o conteúdo a ser ministrado, com as técnicas e com os recursos instrucionais que serão utilizados na atividade;
- Prever a segurança ocupacional e patrimonial, ou seja, na concepção do ambiente educacional devem estar implícitas as normas e legislações pertinentes;
- Atender questões pertinentes à vigilância sanitária, normas de engenharia em conformidade com a legislação municipal, estadual e federal;
- Ser concebidos preservando todos os aspectos de ergonomia no ambiente, como a disposição do mobiliário e dos equipamentos, buscando a qualidade de vida no trabalho;
- Levar em consideração questões ambientais como, por exemplo, o aproveitamento de iluminação natural, cores claras, a divulgação de informações sobre o tratamento de resíduos tóxicos, da água, e a coleta seletiva de materiais danosos à saúde ou ao meio ambiente.

Outro aspecto a ser considerado é que os ambientes educacionais devem facilitar a interação dialógica entre os atores do processo de ensino e aprendizagem, e permitir que o participante realize tarefas sozinho, em autodesenvolvimento, além de favorecer a interação de um participante com o outro e a solicitação de ajuda em atividades mais complexas. Esse intercâmbio na troca de conhecimentos, que não precisa ser somente entre instrutor e participante, mas também entre participante e participante, contribuirá não apenas para a resolução de um problema específico, em um determinado momento, mas para a resolução de outros problemas que se apresentarem.

6 - Organizar o local da atividade de PS

Quando o(a) instrutor(a) chegar ao local para ministrar seu evento, este deverá apresentar as condições e os recursos instrucionais especificados por ele(a) e providenciados pelo(a) mobilizador(a), na forma acordada com a Administração Regional.

7 - Providenciar os recursos instrucionais na quantidade e qualidade necessárias

É fundamental que o(a) mobilizador(a) providencie os recursos instrucionais essenciais e/ou auxiliares conforme a combinação feita entre a Administração Regional e parceiros.

Recursos instrucionais **essenciais** são aqueles considerados indispensáveis e insubstituíveis utilizados durante a execução das ações e atividades.

Exemplos:

- Recursos naturais (plantas, animais, água, alimentos, etc.);
- Máquinas, equipamentos e implementos (fogões, fornos, máquinas de costura, etc.);
- Ferramentas e utensílios (panelas, formas, agulhas, alicates, baldes etc.); insumos (tecidos, palha, sementes, cascas e flores, etc.).

Recursos instrucionais **auxiliares** são aqueles considerados como reforço da aprendizagem dos participantes da atividade, por exemplo: *flip-chart*, cartazes, álbuns seriados; quadro de giz, quadros magnéticos; cartilhas; outros.

Tanto os recursos instrucionais **essenciais** quanto os **auxiliares** devem ser providenciados na forma acordada entre a AR e a entidade parceira que realiza a mobilização, seguindo as especificidades descritas pelo instrutor, na quantidade e qualidade necessárias, e observando a manutenção e o retorno em bom estado de uso.

8 - Informar ao instrutor sobre a atividade

É importante que o(a) instrutor(a) receba informações acerca do grupo de participantes, do local de realização e quaisquer outras necessárias ao bom desenvolvimento do evento, em contato direto com o mobilizador ou em relatórios e registros feitos com esta finalidade, alguns dias antes da realização.

9 - Preencher fichas de inscrição

O(a) mobilizador(a) deverá realizar o preenchimento correto de todos os campos das fichas de inscrições, caso contrário não será possível a emissão do certificado dos participantes.

As inscrições devem ser feitas com antecedência e as fichas, preenchidas por completo, entregues à Administração Regional ou ao instrutor antes do início do evento.

10 - Realizar a abertura e encerramento do evento

É recomendável que o mobilizador(a) e/ou algum elemento da entidade parceira, bem como, se possível, representante da Administração Regional do SENAR, façam a abertura e o encerramento do evento. Nesses momentos, importantes informações podem ser transmitidas e o fortalecimento institucional promovido.

11 - Contribuir no apoio ao instrutor e ao participante

A entidade parceira, representada pelo seu mobilizador, poderá oferecer apoio logístico ao instrutor quanto à hospedagem, ao transporte, à alimentação, bem como aos participantes em eventuais necessidades.

Em especial, tal apoio deverá ser dado também durante o desenvolvimento das atividades de PS, quando o instrutor estará colocando em prática todo o conteúdo elaborado, as técnicas e recursos instrucionais selecionados, a avaliação proposta e a carga horária programada, conforme definição no plano instrucional por ele elaborado e aprovado pela área técnica da Administração Regional.



De forma sucinta, apresentam-se, a seguir, as atividades desenvolvidas na etapa de OPERACIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE PROMOÇÃO SOCIAL.

ETAPA DE OPERACIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE PROMOÇÃO SOCIAL

Estruturação das atividades

1. Atribuições da Administração Regional

- 1.1 Seleção de instrutores.
- 1.2 Preparação de instrutores (Treinamento Metodológico).
- 1.3 Atualização de instrutores.
- 1.4 Procedimentos de credenciamento dos instrutores.
- 1.5 Convite ao instrutor para atuação em evento.
- 1.6 Repasse de recursos para os parceiros.

2. Atribuições do Mobilizador/parceiro

- 2.1 Divulgação das atividades.
- 2.2 Recrutamento e seleção da clientela.
- 2.3 Identificação do tipo de programação.
- 2.4 Composição de turmas (inscrição).
- 2.5 Escolha e organização do local da atividade.
- 2.6 Compra e provimento de recursos instrucionais
- 2.7 Confirmação do local da atividade.

3. Atribuições do(a) instrutor(a)

- 3.1 Elaboração e/ou reelaboração do Plano Instrucional:
 - Determinação de objetivos;
 - Determinação do conteúdo;
 - Seleção das técnicas instrucionais;
 - Seleção dos recursos instrucionais;
 - Definição dos procedimentos de avaliação;
 - Determinação da carga horária.
- 3.2 Comunicação constante com o mobilizador.

Execução das atividades

1. Atribuições da Administração Regional
 - 1.1 Programação e coordenação das formas de supervisão aos eventos
 - 1.2 Produção dos certificados com base nos relatórios do instrutor(a).
2. Atribuições do Mobilizador/parceiro
 - 2.1 Preparação do local da atividade da Promoção Social.
 - 2.2 Preparação dos recursos instrucionais.
 - 2.3 Entrega dos Certificados.
3. Atribuições do(a) instrutor(a)

Avaliação

Atividades executadas

Atividades estruturadas

À Gáo Supervisora Gerencial e Técnica

3 - Avaliação das atividades de Promoção Social

A **avaliação** é a terceira e permanente etapa do processo, pois está presente tanto na etapa de planejamento como na de operacionalização. Deve ser feita em duas fases: de **acompanhamento e controle**, e **avaliação somativa**. Nessa etapa, as ações do supervisor do SENAR e da equipe técnica são fundamentais e resultam na correção de não conformidade e ratificação de procedimentos, além de subsídios para novos planejamentos.

Assim como os indivíduos, as organizações também são cercadas por situações de avaliação, fundamentais para o seu crescimento e desenvolvimento. Avaliação é um instrumento direcionado para o conhecimento e a interpretação, proporcionando tomadas de decisão e a transformação da realidade. Constam de um conjunto de atividades gerenciais, técnicas e metodológicas, que visa a produzir informações úteis para a retificação e ratificação do processo da PS.

Nessa perspectiva, a avaliação implica a busca da eficiência (fazer certo as coisas), da eficácia (fazer as coisas certas) e da efetividade (gerar impacto socioeconômico no ambiente).

Na etapa de avaliação, que permeia todo o processo, os dados registrados pelos mobilizadores sobre os eventos podem auxiliar os supervisores e a equipe técnica das Administrações Regionais, responsáveis pela avaliação supervisora gerencial e técnica, e consequentemente promover a retificação ou ratificação do processo.

3.1 Acompanhamento e controle

Por sua natureza, o acompanhamento e o controle constituem um conjunto de ações gerenciais e técnicas que devem permear todas as atividades executadas durante o desenvolvimento do processo como um todo. São ações básicas de supervisão.

Considerando que o SENAR atua com parcerias, a supervisão realizada por servidores do seu quadro funcional representa instrumento fundamental para que a instituição tenha a coordenação do processo e consiga, assim, manter coerência com sua missão e uniformidade de procedimentos metodológicos, em nível nacional.

O **acompanhamento** refere-se à **presença do supervisor** que deve atuar, gerencial e tecnicamente, junto aos agentes, efetuando o controle via registros e executando avaliações formativas do processo, procedimentos necessários para futuras tomadas de decisão.

O **acompanhamento e controle** comportam análises quantitativas e qualitativas. A análise quantitativa refere-se à verificação dos resultados numéricos alcançados, em relação ao planejado. A análise qualitativa verifica se as ações desenvolvidas estão levando, de fato, ao alcance dos objetivos sociais da instituição (Missão).

3.2 Avaliação somativa

A segunda fase da etapa de avaliação é a avaliação somativa dos trabalhos realizados pela instituição.

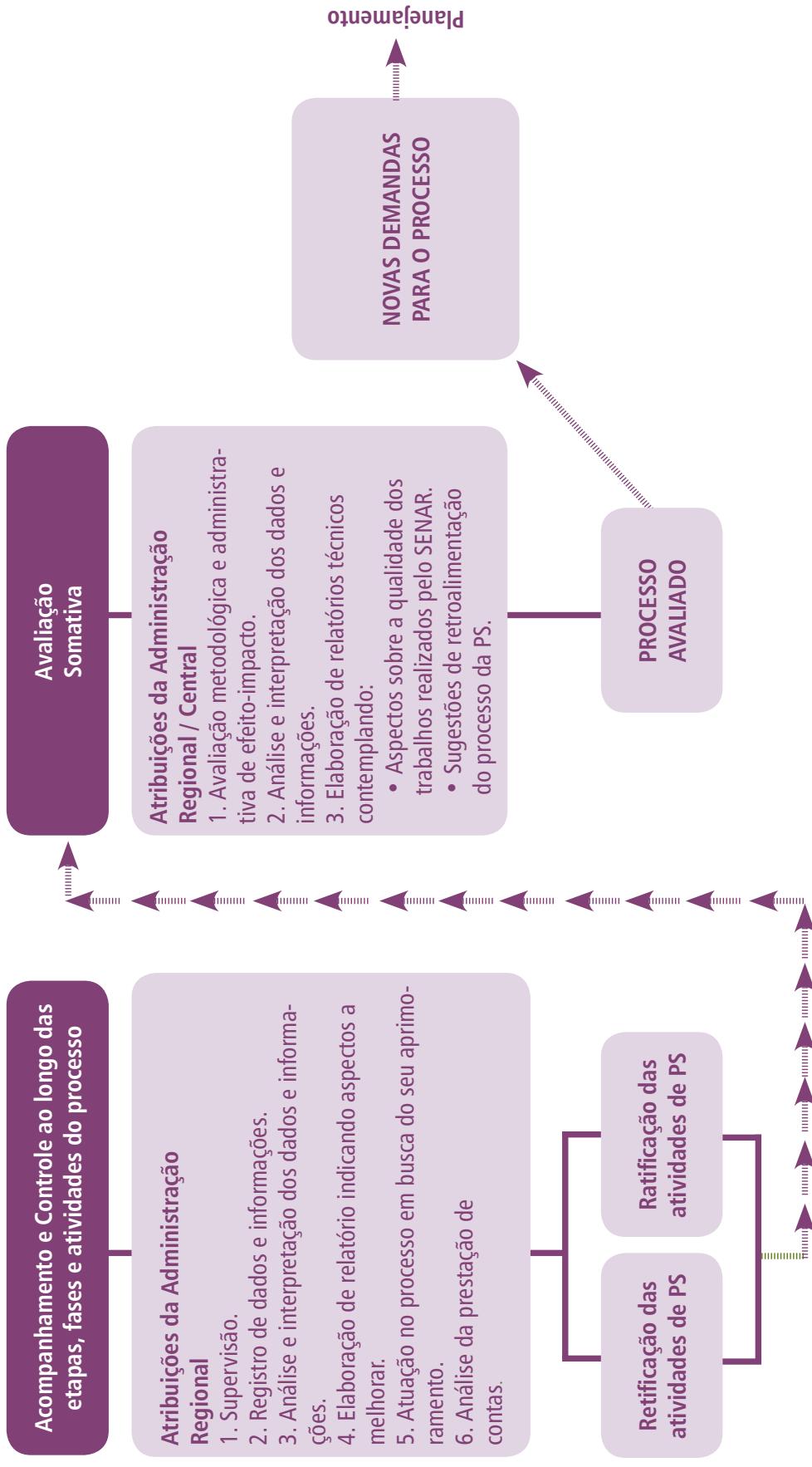
Avaliação somativa é aquela desenvolvida ao final de um ciclo do processo da PS. Tem por objetivo julgar a capacidade de provocar, no egresso e no seu ambiente familiar e social, os efeitos esperados pela instituição.

Esta fase retroalimenta todas as etapas do processo da PS, a começar pelo planejamento, quando se verifica a necessidade de se aprimorar o levantamento e a análise dos ambientes interno e externo à instituição, a compatibilização dos diagnósticos externo e interno e a elaboração do Plano Anual de Trabalho (PAT) - a operacionalização, no que tange à estruturação e à execução das atividades e a própria avaliação, quando considera os aspectos de eficiência, eficácia e efetividade institucional.



A seguir, apresentam-se as atividades pertinentes à etapa de AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES DE PROMOÇÃO SOCIAL:

ETAPA DE AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES DE PROMOÇÃO SOCIAL



Até o Supervisora Gerencial e Técnica

FLUXOGRAMA DO PROCESSO DA PROMOÇÃO SOCIAL

AÇÃO SUPERVISORA GERENCIAL E TÉCNICA

PLANEJAMENTO

POLÍTICAS NACIONAIS DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

SENAR

- MISSÃO
- PRINCÍPIOS
- DIRETRIZES

- POLÍTICAS ESTADUAIS/ MUNICIPAIS
- POLÍTICAS INSTITUCIONAIS
- RECURSOS FINANCEIROS
- RECURSOS HUMANOS
- RECURSOS MATERIAIS

Caracterização do Estado/Região

1. Levantamento de dados e informações:
 - 1.1 Dados demográficos
 - População Economicamente Ativa (PEA) rural
 - População total rural
 - Densidade demográfica
 - Faixa etária
 - 1.2 Políticas públicas sociais
 - 1.3 Planos, programas e projetos
 - 1.4 Instituições públicas e privadas
 - 1.5 Política agrícola estadual
 - 1.6 Infraestrutura de apoio
 - 1.7 Lideranças atuantes
2. Tratamento e análise dos dados e informações

Caracterização do Município

1. Levantamento de dados e informações:
 - 1.1. Indicadores de saúde por faixa etária;
 - 1.2. Indicadores de acidentes de trabalho;
 - 1.3. Incidência de doenças;
 - 1.4. Taxa de mortalidade infantil;
 - 1.5. Escolaridade da população x pessoas fora da escola;
 - 1.6. Incidência de gravidez precoce;
 - 1.7. Matéria prima para artesanato e alimentação com base na produção agropecuária;
 - 1.8. Tradições culturais (manifestações artísticas, pratos típicos, festas, artesanato local);
 - 1.9. Calendário de eventos
 - 1.10. Locais para comercialização de produtos artesanais (feiras, etc.)
 - 1.11. Entidades existentes no município/estado:
 - Assoicações, cooperativas, sindicatos, empresas agro-silvipastorais, etc.;
 - 1.12. Identificação das principais atividades desenvolvidas no município e região;
 - 1.13. Identificação de iniciativas de esporte e lazer;
 - 1.14. Incidência de uso de drogas e alcoholismo;
 - 1.15. Atrações turísticas rurais;
 - 1.16. Identificação das principais atividades desenvolvidas no município e região;
 - 1.17. Saúde e saneamento básico;
 - 1.18. Infraestrutura de apoio;
 - 1.19. Problemas de degradação ambiental;
 - 1.20. Aspectos socioeconômicos;
 - 1.21. Lideranças locais.
2. Tratamento e análise dos dados e Informações.

Determinação da capacidade operativa do SENAR

1. Identificação e análise quantitativa e qualitativa de:
 - 1.1 Contingente humano
 - 1.2 Recursos materiais
 - 1.3 Recursos financeiros
 - 1.4 Recursos instrucionais
 - 1.5 Instalações
2. Parcerias a mobilizar
 - 2.1 Sindicatos
 - 2.2 Prefeituras
 - 2.3 Associações
 - 2.4 Lideranças
 - 2.5 Cooperativas
 - 2.6 Outras instituições públicas e Privadas
3. Tratamento e análise dos dados e informações

Compatibilização dos diagnósticos e elaboração do PAT

1. Listagem das necessidades da PS.
 2. Ordenação das necessidades, por importância, nos municípios.
 3. Compatibilização dos diagnósticos externo e interno
 4. Elaboração do Plano Anual de Trabalho
 - 4.1 Justificativa
 - 4.2 Objetivo
 - 4.3 Estratégia de ação
 - 4.4 Programação física
- Área de atuação
- Quadro demonstrativo de metas /atividades da PS
 - Outras atividades
 - Quadro demonstrativo de metas /desenvolvimento de talentos humanos
 - Recursos instrucionais
 - 4.5 Cronograma de execução
 - 4.6 Orçamento anual
 - Previsão de receita
 - Previsão de despesa
 - Atividade-meio
 - Atividade-fim

DIAGNÓSTICO EXTERNO

MUNÍCIPIOS CARACTERIZADOS

CAPACIDADE OPERATIVA DO SENAR DETERMINADA

DIAGNÓSTICO INTERNO

PLANO ANUAL DE TRABALHO (PAT)

AÇÃO SUPERVISORA GERENCIAL E TÉCNICA

OPERACIONALIZAÇÃO

Estruturação das atividades

- 1. Atribuições da Administração Regional**
 - 1.1. Seleção de instrutores.
 - 1.2. Preparação de instrutores (Treinamento Metodológico).
 - 1.3. Atualização de instrutores
 - 1.4. Procedimentos de credenciamento dos instrutores
 - 1.5. Convite ao instrutor para atuação em evento.
 - 1.6. Repasse de recursos para os parceiros.
- 2. Atribuições do Mobilizador/parceiro**
 - 2.1. Divulgação das atividades.
 - 2.2. Recrutamento e seleção da clientela.
 - 2.3. Identificação do tipo de programação.
 - 2.4. Composição de turmas (inscrição).
 - 2.5. Escolha e organização do local da atividade
 - 2.6. Compra e provimento de recursos instrucionais
 - 2.7. Confirmação do local da ação.
- 3. Atribuições do(a) instrutor(a)**
 - 3.1. Elaboração do Plano Instrucional:
 - Determinação de objetivos;
 - Determinação do conteúdo;
 - Seleção das técnicas instrucionais;
 - Seleção dos recursos instrucionais;
 - Definição dos procedimentos de avaliação;
 - Determinação da carga horária.
 - 3.2. Comunicação constante com o mobilizador.

Execução das atividades

- 1. Atribuições da Administração Regional**
 - 1.1. Programação e coordenação das formas de supervisão aos eventos.
 - 1.2. Produção dos certificados com base nos relatórios do instrutor(a).
- 2. Atribuições do Mobilizador/parceiro**
 - 2.1. Preparação do local da atividade da Promoção Social.
 - 2.2. Preparação dos recursos instrucionais.
 - 2.3. Entrega dos Certificados.
- 3. Atribuições do(a) instrutor(a)**
 - 3.1. Aplicação do Plano Instrucional:
 - Desenvolvimento do conteúdo;
 - Aplicação das técnicas instrucionais;
 - Utilização dos recursos instrucionais;
 - Aplicação dos procedimentos de avaliação;
 - 3.2. Elaboração do relatório de execução da atividade.

AVALIAÇÃO

Acompanhamento e controle ao longo de todas as etapas, fases e atividades do processo

Avaliação Somativa

Atribuições da Administração Regional

1. Supervisão.
2. Registro de dados e informações.
3. Análise e interpretação dos dados e informações.
4. Elaboração de relatório indicando aspectos a melhorar.
5. Atuação no processo em busca do seu aprimoramento.
6. Análise da prestação de contas.

Atribuições da Administração Regional / Central

1. Avaliação metodológica e administrativa de efeito-impacto.
2. Análise e interpretação dos dados e informações.
3. Elaboração de relatórios técnicos contemplando:
 - Aspectos sobre a qualidade dos trabalhos realizados pelo SENAR.
 - Sugestões de retroalimentação
do processo da PS.

• NOVAS DEMANDAS PARA O PROCESSO

ATIVIDADES DA PS ESTRUTURADAS

ATIVIDADES DA PS EXECUTADAS

RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES DO PROCESSO

PROCESSO AVALIADO



X

Perfil recomendado aos agentes da PS: mobilizadores, instrutores e supervisores

Os agentes que realizam a PS na ponta são os mobilizadores, os instrutores e os supervisores.

O **MOBILIZADOR** é o agente responsável, entre outras atribuições, pela organização dos eventos, que consiste na divulgação, composição de turmas e arranjos para os cenários educativos.

O **INSTRUTOR** é o agente que ministra as ações da Formação Profissional Rural e as atividades da Promoção Social, utilizando a metodologia educacional do SENAR.

O **SUPERVISOR** é o agente responsável pelo acompanhamento e avaliação dos processos de FPR e PS, agindo de forma educativa.

Um dos fatores essenciais para a realização bem-sucedida de todas as ações previstas no processo da PS é a escolha dos agentes com base em perfil adequado.

Perfil sugerido para o mobilizador(a):

- Idade mínima de 18 anos;
- Ensino médio completo (ou escrever e ler com desenvoltura);
- Conhecimento do meio rural (conhecimento de práticas produtivas do meio rural);
- Facilidade de comunicação;
- Disponibilidade de tempo para atuar como mobilizador ou ter permissão da entidade parceira para dedicar tempo suficiente para uma mobilização adequada;
- Comprometimento com ambas instituições;
- Conhecimentos básicos de informática;
- Capacitado pelo SENAR na metodologia da FPR e PS para mobilizar com uniformidade e qualidade de procedimentos;
- Pró-atividade.

Perfil sugerido para instrutor(a):

O instrutor do SENAR deve apresentar um conjunto de valores fundamentais que baseiam qualquer decisão profissional considerada ética:

- Flexibilidade;
- Integridade;
- Discrição pessoal e institucional;
- Honestidade;
- Comprometimento;
- Coragem;
- Tolerância;
- Empatia;
- Conhecimento técnico atualizado;
- Humildade;

- Capacidade de comunicação;
- Entonação de voz;
- Pró-atividade;
- Capacidade de ouvir;
- Interação com o participante;
- Capacidade de síntese;
- Equilíbrio emocional.

Além desses valores, o instrutor deve observar sistematicamente características de boas práticas docentes que contribuam para o sucesso do processo ensino-aprendizagem:

- Saber fazer sua apresentação pessoal, do SENAR, do participante, dos objetivos do treinamento/curso;
- Ser pontual;
- Ter capacidade de realizar e cumprir com os contratos de “horário” e “convivência”;
- Zelar pela segurança dos participantes;
- Manter o ambiente organizado de forma a propiciar segurança e clareza;
- Criar um ambiente de liberdade de expressão, certificando-se de que todos estejam participando, sendo para isso bom ouvinte e valorizando o *feedback*;
- Ser bom observador para perceber os sinais verbais e não verbais dos que recebem as mensagens que envia;
- Agir como facilitador para traduzir teorias em ações práticas;
- Estar seguro de que seus objetivos pessoais e profissionais estão em consonância com os objetivos da organização para a qual trabalha e da clientela a quem atende;
- Exercitar a paciência pedagógica, respeitando o tempo de aprendizagem e de mudança do outro e de si próprio;
- Ter equilíbrio para bem administrar as emoções e os conflitos inerentes às relações interpessoais;
- Considerar a cultura local, respeitando e valorizando crenças e costumes das comunidades;
- Aprender a falar fácil sobre coisas difíceis, não sonegando informações, mas decodificando símbolos através da sua relação com a vida real;
- Agir com humildade, sabendo colocar seus conhecimentos sem arrogância e tendo coragem de dizer que não sabe determinadas coisas, mas que se dispõe a aprender;
- Ser honesto com seus princípios e atitudes, para poder inspirar a confiança dos outros;
- Estar atento à questão da ética no exercício do seu trabalho e na relação com as pessoas.



Perfil sugerido para o Supervisor

O supervisor deve ser um técnico que conheça profundamente a metodologia da FPR e da PS, bem como os aspectos legais e administrativos da organização.

Deve também apresentar postura ética e profissional no exercício de sua função no SENAR, atendendo aos seguintes requisitos:

1. Postura pessoal:

- Manter diálogo e comunicação horizontalizada;
- Trabalhar com o supervisionado e, não, para o supervisionado;
- Levar em consideração as potencialidades e limitações dos supervisionados;
- Manter-se atento para com as ações dos supervisionados;
- Ser transparente, deixando claras suas responsabilidades e suas limitações;
- Ser hábil na administração de conflitos dentro de sua alçada.

2. Postura profissional:

- Trabalhar baseado em um planejamento de supervisão com objetivos e estratégias bem definidos;
- Estabelecer bom relacionamento interpessoal com superiores e supervisionados;
- Oportunizar momentos para que os supervisionados expressem suas dificuldades, necessidades, anseios e expectativas;
- Analisar situações, informações, programações, projetos, relatórios e outros dados;
- Trabalhar em grupos interdisciplinares, considerando a experiência profissional e pessoal de cada um dos participantes;
- Trabalhar em grupos multidisciplinares, buscando intercâmbio e estabelecendo parcerias;
- Escutar atentamente opiniões e ideias de terceiros, adotando-as quando conveniente;
- Manter-se atualizado quanto à metodologia da FPR e da PS, bem como às políticas socioeconômicas federais, estaduais e municipais;
- Utilizar-se corretamente da técnica de observação, atentando para não intervir diretamente na condução dos trabalhos;
- Fundamentar o trato com a supervisão nos princípios que norteiam as questões das relações humanas;
- Retratar de forma clara, objetiva e fidedigna as suas observações, sendo fiel ao que vê no local ou, levantando à distância os dados referentes ao evento em questão, sem se deixar levar por suposições ou interferências subjetivas.
- Aplicar os critérios de *feedback* na devolutiva ao observado, de forma que o resultado da interação seja produtivo e observável.

3. Outros requisitos necessários ao supervisor:

- Identificação com o meio rural;
- Conhecimento da região onde atua;
- Fluência verbal;
- Boa comunicação escrita;
- Senso de responsabilidade;
- Memória auditiva e visual;

- Segurança;
- Cautela;
- Espírito de colaboração;
- Equilíbrio emocional;
- Disciplina;
- Imparcialidade;
- Ética;
- Capacidade criativa;
- Visão crítica e holística;
- Capacidade de motivação e de organização;
- Iniciativa e pró-atividade;
- Otimismo;
- Objetividade.



A **supervisão** é um processo educativo, permanente, participativo e orientador, que abrange o acompanhamento, o controle e a avaliação das atividades do processo da Promoção Social, visando a contribuir para a sua melhoria.

O supervisor, pelo seu conhecimento metodológico e técnico deve ser o articulador entre as informações padronizadoras de alinhamento institucional e os demais agentes e parceiros do SENAR. Ele ajuda na identificação das reais necessidades de Promoção Social e na identificação de demandas, além de dar o suporte educacional ao instrutor.

O **acompanhamento** é constituído de avaliações parciais ocorridas ao longo de todo o processo, com o estabelecimento comparativo do desempenho com os padrões preestabelecidos.

O **controle** é a tomada de ações necessárias para a melhoria do desempenho.

A **avaliação** é o procedimento comparativo entre o resultado obtido e sua relação com o planejado, ao final de um processo de trabalho.

Sendo a supervisão um processo, quatro aspectos são fundamentais e distintos, porém, integrados em sua realização:

1. **Aspecto diagnóstico:** objetiva o levantamento sistematizado e a análise crítica das informações para subsidiar o planejamento e identificar pontos positivos e desvios que ocorrem na operacionalização do processo da PS.
2. **Aspecto preventivo:** efetua, a partir do diagnóstico, análise prospectiva, visando a prevenir procedimentos inadequados que possam ocorrer.
3. **Aspecto corretivo:** visa a contribuir para a adequação, imediata e/ou no momento oportuno, dos desvios detectados *in loco* ou a distância, neutralizando e suprimindo deficiências e reorientando as atividades.
4. **Aspecto afirmativo:** ratifica os procedimentos bem-sucedidos nos eventos de PS.

A supervisão deve contribuir para o alcance dos objetivos do SENAR e para a viabilização do processo da PS, visando a assegurar um padrão de qualidade nacional. Sendo assim, seus objetivos são:

1. Proceder ao acompanhamento, controle e avaliação da elaboração do planejamento, da estruturação e da realização das atividades propostas no PAT.
2. Orientar o supervisionado, reforçando os aspectos positivos e corrigindo os desvios observados na realização das atividades.
3. Subsidiar tomadas de decisões técnicas e administrativas.
4. Oportunizar o crescimento pessoal e profissional do supervisor e do supervisionado.

Tipos de Supervisão

A supervisão pode ser realizada *in loco* ou a distância.

A supervisão *in loco* permite ao supervisor a aproximação com a realidade tal qual ela é, podendo ser realizada por meio de:

- Visitas (contatos e entrevistas);
- Reuniões de trabalho;
- Treinamentos em serviço;
- Observações das atividades da PS (cursos, treinamentos, programas etc).

A supervisão a distância permite o acompanhamento das atividades por meio de:

- Análises das programações, relatórios, levantamentos de necessidades, planos instrucionais, presenças de contas e outros;
- Comunicações (informações obtidas por telefone ou em correspondências como ofícios, memorandos, pareceres etc).

Estratégias de Supervisão

As supervisões podem acontecer periodicamente ou eventualmente, com ou sem o conhecimento do supervisionado.

Podem ocorrer no todo ou em parte, sobre todas as atividades do processo da PS.

Algumas alternativas de atuação podem ser adotadas, como estratégias que possibilitem a multiplicação de esforços, visando atender à crescente demanda de atividades da PS do SENAR.

Entretanto, ficará a critério de cada Administração Regional adotar aquela ou aquelas estratégia(s) que mais bem convier(em) à sua realidade, tais como:

- Descentralização da supervisão ou o deslocamento dos supervisores para atuarem em bases (regiões) que estejam mais próximas dos locais onde as atividades são executadas;
- Supervisão por amostragem ou na totalidade dos eventos de PS realizados ;
- Supervisão em momentos do evento ou do seu início à sua conclusão;
- Priorização do acompanhamento *in loco*, durante todo o evento, a mobilizadores e instrutores em início de trabalho na instituição.

1 - Níveis de Supervisão

A supervisão é realizada em dois níveis de atuação: nacional e estadual.

Supervisão nacional

É aquela realizada por técnicos da Administração Central do SENAR, mediante ação direta junto às Administrações Regionais, tanto nos níveis de gerência (envolvendo superintendentes e/ou diretores), como nos níveis técnicos (envolvendo coordenadores e supervisores).

Aspectos a serem abordados em relação ao processo operacional:

- Análise do processo de parcerias;
- Supervisão do processo como um todo, verificando, até mesmo, se os eventos realizados estão contidos no Plano Anual de Trabalho, PAT;
- Verificação do sistema de certificação;
- Verificação e análise dos instrumentos de controle adotados pelas Administrações Regionais;
- Análise de relatórios de supervisões anteriores, referentes à equipe técnica da regional supervisionada.

Aspectos a serem abordados em relação à supervisão nacional:

- Vinculação dos supervisores estaduais ao quadro de servidores do SENAR;
- Capacitação dos supervisores estaduais na metodologia da FPR e da PS e no processo de supervisão;
- Análise dos procedimentos de supervisão adotados pelas Administrações Regionais;
- Verificação da infraestrutura de apoio das Administrações Regionais ao processo de supervisão estadual;

Aspectos a serem abordados em relação à mobilização:

- Capacitação na metodologia da FPR e da PS;
- Capacitação sobre a estruturação das atividades;
- Capacitação em serviço por intermédio da supervisão estadual;
- Instrumentos de envolvimento institucional e motivação com os mobilizadores;
- Integração com os instrutores e supervisores;
- Atividades desenvolvidas pelos mobilizadores e como são conduzidas:
 - Identificação de necessidades
 - Recrutamento e seleção da clientela
 - Definição da natureza e tipo da programação
 - Divulgação das atividades
 - Composição das turmas
 - Escolha do local para as atividades
- Elaboração de relatório da mobilização executada;
- Adoção de instrumentos de supervisão ao mobilizador e sua qualidade técnica.

Aspectos a serem abordados em relação à instrutoria:

- Capacitação na metodologia da FPR e da PS;
- Instrumentos de motivação e envolvimento dos instrutores com a instituição (reuniões periódicas de avaliação, atualização e outros);
- Atualização dos instrutores por meio da capacitação em serviço;
- Apoio necessário à aplicação da metodologia;
- Integração com os mobilizadores e supervisores;
- Elaboração do plano instrucional, segundo a metodologia traçada pelo SENAR;
- Elaboração de relatório da atividade concluída, constando a avaliação dos participantes e o acompanhamento de frequência;
- Adoção de instrumentos de supervisão ao instrutor e sua qualidade técnica.

Supervisão estadual

Em se tratando do supervisor estadual, importante se faz conhecer a realidade do seu estado e de sua região, no sentido de auxiliar o processo de elaboração e análise do PAT.

É aquela realizada por técnicos das Administrações Regionais do SENAR, buscando atender aos seguintes objetivos:

- Acompanhar a elaboração e a implementação do PAT;
- Acompanhar, por meio de ações diretas ou indiretas junto aos instrutores, mobilizadores e outros agentes, a execução das atividades de PS;
- Verificar os resultados do processo da PS no estado.

Aspectos a serem considerados em relação ao processo operacional:

- Realização de supervisão sobre o processo como um todo, verificando, inclusive, se os eventos realizados estão contidos no PAT;
- Análise do processo de parcerias;
- Análise dos planos instrucionais;
- Capacitação metodológica dos instrutores e mobilizadores em serviço;
- Análise do relatório da ação concluída, elaborado pelo instrutor;
- Análise do relatório elaborado pelos mobilizadores;
- Reuniões conjuntas entre instrutores, mobilizadores e supervisores;
- Verificação do sistema de certificação;
- Análise de relatórios de supervisões anteriores, referentes ao supervisionado.

Aspectos a serem considerados em relação à mobilização:

- Identificação e cadastramento dos mobilizadores;
- Análise dos aspectos financeiros e administrativos que interferem na ação finalística do SENAR;
- Capacitação metodológica sobre a estruturação das atividades;
- Capacitação metodológica em serviço;
- Instrumentos de envolvimento institucional e de motivação com os mobilizadores;
- Atividades desenvolvidas pelos mobilizadores e como são conduzidas:
 - Identificação de necessidades
 - Recrutamento e seleção da clientela
 - Definição da natureza e do tipo de programação
 - Divulgação da atividade
 - Composição das turmas
 - Escolha do local para as atividades
- Integração do mobilizador com o público do SENAR, com os instrutores e supervisores.

Aspectos a serem considerados em relação à instrutoria:

- Seleção e cadastramento dos instrutores, conforme a área de conhecimento;
- Capacitação na metodologia da FPR e da PS;

- Instrumentos de envolvimento institucional e de motivação com os instrutores (reuniões de avaliação, atualização e outros);
- Atualização metodológica dos instrutores por meio da capacitação em serviço;
- Apoio dado pela Administração Regional à aplicação da metodologia;
- Integração com o público do SENAR, com os mobilizadores e supervisores;
- Elaboração e aplicação do plano instrucional, segundo a metodologia traçada pelo SENAR;
- Elaboração de relatório da atividade concluída, no qual devem constar a avaliação dos participantes e o acompanhamento de frequência.

2 - Planejamento da Supervisão

O plano de supervisão é fundamental para possibilitar alternativas de ação, visando à escolha da melhor estratégia para alcançar os objetivos pretendidos.

Fases do planejamento

Coleta de informações

A coleta de informações é imprescindível para subsidiar a elaboração do plano de supervisão o mais próximo possível da realidade e assegurar a implementação da supervisão, com nível de qualidade satisfatório, considerando as necessidades efetivas dos supervisionados.

A coleta de informações consiste no levantamento, o mais completo possível, dos dados referentes às fases do processo da PS, do contingente humano envolvido e dos recursos materiais e financeiros utilizados.

As informações deverão ser coletadas de maneira cumulativa, no decorrer do processo.

Esta fase é caracterizada pela investigação e pela reflexão, objetivando definir uma situação real para programar uma ação supervisora.

Por meio da coleta de informações, estabelecem-se as atividades de acompanhamento, controle e avaliação do processo da PS.

Para realizar a coleta de informações em nível estadual, poderão ser utilizados diferentes meios e instrumentos, tais como:

- Plano Anual de Trabalho;
- Disponibilidade de contingente humano (supervisores) e recursos materiais (veículos, equipamentos, etc) e financeiros;
- Outras atividades desenvolvidas pelos supervisores na Administração Regional, como exemplo, da representação do SENAR junto a entidades parceiras;
- Identificar o mobilizador e o instrutor responsáveis pela atividade e analisar a necessidade de supervisão a estes agentes;
- Planos instrucionais;
- Relatórios preenchidos pelos mobilizadores, pelos instrutores e pelos próprios supervisores;
- Informações prévias sobre a mobilização, instrutoria, certificação e outros;
- Dados oriundos de entrevistas, questionários, reuniões, treinamentos, levantamento *in loco*, fichas e outros;
- Rede estruturada de comunicação sobre os eventos;
- Avaliação do próprio processo da supervisão.

Para realizar a supervisão em nível nacional, há que se levar em consideração:

- Planos anuais de trabalho das Administrações Regionais;
- Programação das atividades, contidas nos PATs;
- Relatórios de eventos executados pelas Regionais;
- Dados oriundos de entrevistas, questionários, reuniões, treinamentos, levantamentos *in loco*, fichas e outros;
- Informações prévias sobre mobilização, instrutoria, certificação, apoio técnico-administrativo e outros;
- Demandas de supervisão oriundas das Regionais;
- Avaliação do próprio processo da supervisão nacional.

Análise das informações

Após a coleta das informações, deve ser feita a organização dos dados e sua análise, tendo, como parâmetros, os princípios e diretrizes da PS e do SENAR, além dos padrões e critérios definidos no PAT, documentos sobre procedimentos técnico-administrativos e outras normas estabelecidas.

O resultado da análise deve ser detalhado em:

- Aspectos positivos da operacionalização do processo da PS;
- Desvios identificados que estejam interferindo, direta ou indiretamente, na operacionalização do processo da PS.

Plano de Supervisão

O plano de supervisão é o referencial de trabalho do supervisor. Portanto, deve ser elaborado o mais próximo possível da realidade dos supervisionados.

O plano de supervisão deve ser o meio de assegurar a execução da programação anual de trabalho e viabilizar a execução da ação supervisora, visando a alcançar um nível de qualidade satisfatório dos trabalhos desenvolvidos.

Na elaboração do plano de supervisão deve-se observar o seguinte roteiro:

- Justificativa, consubstanciada no diagnóstico e no prognóstico;
- Objetivos (geral e específicos);
- Estratégias (formas de condução da supervisão);
- Cronograma;
- Tipos de supervisão (*in loco* ou a distância).

Execução da Supervisão

A supervisão é executada por meio do acompanhamento, controle e avaliação de todas as etapas e fases do processo da PS.

Para que aconteça uma supervisão eficiente, eficaz e efetiva, os supervisores devem basear-se nos seguintes questionamentos:

- O que está sendo feito?
- Para que está sendo feito?
- Para quem está sendo feito?

- Como está sendo feito?
- Quem está fazendo?
- Onde está sendo feito?
- Quando? / Quanto?
- Qual o resultado?

A execução da supervisão se dá nas diferentes etapas: planejamento e operacionalização (referente à mobilização, instrutoria e à própria supervisão).

A supervisão nesta etapa direciona-se à mobilização, à instrutoria e à própria supervisão.

Supervisão referente à mobilização:

Visa a garantir a qualidade da estruturação das atividades. Devem ser observados os seguintes aspectos:

- Capacitação metodológica dos mobilizadores;
- Instrumentos de motivação utilizados pelas Administrações Regionais e/ou parceiros;
- Condição de trabalho dos mobilizadores;
- Condução da mobilização;
- Elaboração e qualidade dos relatórios de mobilização;
- Relacionamento do mobilizador com o público do SENAR, com instrutores e com supervisores;
- Conhecimento de sua área de atuação;
- Comprometimento com o SENAR.

Supervisão referente à instrutoria:

Visa garantir a qualidade da execução das atividades. Devem ser observados os seguintes aspectos:

- Capacitação técnica e metodológica dos instrutores;
- Instrumentos de motivação das Administrações Regionais;
- Condição de trabalho dos instrutores;
- Elaboração e qualidade do plano instrucional;
- Desempenho metodológico da instrutoria;
- Critérios de avaliação dos participantes;
- Elaboração e qualidade dos relatórios;
- Relacionamento com o público do SENAR, com os mobilizadores e supervisores;
- Comprometimento com o SENAR.

Supervisão referente ao próprio processo de supervisão:

Visa garantir a qualidade da supervisão. Devem ser observados os seguintes aspectos:

- Capacitação metodológica dos supervisores;
- Instrumentos de motivação das Administrações Regionais;
- Procedimentos de supervisão adotados pelas Administrações Regionais (plano, concepção de supervisão);
- Condução da supervisão (postura do supervisor, avaliação conjunta com o supervisionado);
- Elaboração e qualidade do relatório;
- Relacionamento com o público do SENAR, com os mobilizadores e instrutores;
- Comprometimento com a função e com o SENAR.

Avaliação do Processo de Supervisão

A avaliação da supervisão visa a contribuir para o aprimoramento do próprio processo de supervisão. Quando conveniente, deve ser desenvolvida conjuntamente entre supervisor e supervisionado. Devem ser observados os seguintes aspectos:

- Supervisões executadas em relação às planejadas, tanto no aspecto qualitativo quanto quantitativo, identificando fatores facilitadores e impeditivos para a efetiva execução das supervisões;
- Resultados obtidos em relação aos esperados (alcance dos objetivos do SENAR, aperfeiçoamento do desempenho dos supervisores e dos supervisionados, melhoria da qualidade das atividades);
- Novos problemas e necessidades levantadas durante o processo de supervisão.

Considerações importantes

1. O tempo destinado à supervisão *in loco* deve possibilitar ao supervisor segurança quanto às observações e aos levantamentos realizados, bem como permitir o desenvolvimento da entrevista ou conversa com a(s) pessoa(s) supervisionada(s). Assim, para possibilitar o seu trabalho, sugere-se que o supervisor considere o acompanhamento de todo um objetivo específico, a escolha de um período do dia, no mínimo, ou mesmo outro critério que queira adotar para determinação do tempo de supervisão, que possibilite o levantamento de dados significativos sobre o andamento da atividade.
2. O desafio do supervisor consiste em obter a melhoria constante da eficiência e eficácia do supervisionado. Para tanto, todos os fatos observados, sejam positivos e negativos, são objetos de análise e discussão entre supervisor e supervisionado, em um processo dialógico.
3. O processo da supervisão é algo a ser construído por toda a equipe técnica, com amplo apoio dos dirigentes da Administração Regional.
4. Importante esclarecer que a estruturação das atividades não constitui responsabilidade do supervisor e sim do mobilizador. Supervisão e mobilização são atribuições que requerem procedimentos operacionais diferenciados e devem ser tratados dessa forma, sob pena de comprometer a qualidade dos eventos da instituição.

Instrumentos de Supervisão

Propõem-se, neste documento, dois instrumentos a serem utilizados durante as supervisões estaduais: um direcionado à supervisão à mobilização e outro à instrutoria. Estes instrumentos poderão ser utilizados na íntegra ou reformulados pelas Administrações Regionais, acrescentando ou alterando algum item, quando verificada sua necessidade.

As Regionais que optarem por desenvolver análises **qualitativas** poderão transformar as afirmações (postas nos instrumentos, com o uso de escalas) em questionamentos, cujas respostas serão descritas pelos supervisores. As regionais que optarem por desenvolver análises **quantitativas** poderão utilizar os instrumentos com a formatação apresentada ou adaptá-la para a sua necessidade e/ou interesse.

Vale lembrar que todas as duas formas de análise – qualitativa e quantitativa – são pertinentes e efetivas, se bem trabalhadas e conduzidas pelas regionais.

3 - Instrumentos de supervisão à mobilização da atividade de PS

Nº do evento: _____

Identificação

Entidade mobilizadora:		
Local de realização atividade:		
Município/comunidade:		
Título do evento:		Atividade de PS (<input type="checkbox"/>) Programa de PS (<input type="checkbox"/>)
Área de atividade:	Atividade:	
Tipo da programação:		
Nome do mobilizador/parceiro ou do sindicato rural:		
O mobilizador participou de treinamento de metodologia? (<input type="checkbox"/>) Sim (<input type="checkbox"/>) Não		
Tempo de atuação do mobilizador no SENAR:		
Nome do supervisor:		Data da supervisão:
Tempo de observação (h):	Período de realização do evento: ____ / ____ a ____ / ____ dia mês dia mês	Carga horária total do evento(h):

Para responder às questões seguintes, preencha em cada parênteses, a numeração que corresponde à ocorrência dos fatos. **Por favor, não deixe nenhuma questão em branco.**

Registre sua observação utilizando a seguinte escala:

4	3	2	1
Sim, plenamente	Sim, parcialmente	Não	Não observado

Estruturação das atividades

- () Realizou o levantamento de necessidades/demandas do evento.
- () Divulgou o evento para a comunidade.
- () Os participantes apresentavam graus de escolaridade aproximados.
- () Os participantes apresentavam idade aproximada.
- () Os participantes apresentavam necessidades de PS comuns.
- () Os participantes apresentavam interesses comuns sobre o conteúdo programático.
- () O nível de conhecimento sobre o conteúdo desenvolvido era aproximado.
- () O número de participantes estava adequado, dentro do preconizado pela regional.
- () Os participantes tinham fácil acesso ao local onde o evento ocorria.
- () Os participantes atendiam os pré-requisitos exigidos pela atividade.
- () O local do evento apresentava infraestrutura adequada para a realização efetiva do conteúdo da atividade.
- () O local do evento apresentava condições de conforto aos participantes.
- () O local do evento apresentava boas condições de luminosidade, ventilação e ausência de ruídos impertinentes.

Apoio às atividades

- () Houve organização de transporte aos participantes e/ou instrutor do evento.
- () Houve organização da alimentação aos participantes e/ou instrutor do evento.
- () Houve organização da acomodação adequada para o instrutor ao longo do evento.

- Os recursos instrucionais foram disponibilizados ao instrutor, no momento oportuno.
- Os recursos instrucionais foram disponibilizados na quantidade e qualidade solicitadas.
- O mobilizador apoiou o instrutor quando solicitado.
- O mobilizador apresentou bom relacionamento com o público participante do evento.
- O mobilizador apresentou bom relacionamento com o instrutor do evento.
- O mobilizador mostrou-se aberto a discussões sobre os tópicos supervisionados.
- O mobilizador mostrou-se criativo e hábil na resolução de problemas surgidos.
- O mobilizador informou previamente à regional ou ao instrutor sobre as características da turma e do local do evento.

Aspectos positivos da mobilização:

Aspectos discutidos para melhoria do desempenho e sugestões:

Assinatura do supervisor

_____ de _____/20_____

4 - Instrumentos de supervisão à instrutoria da atividade de PS

Nº do evento: _____

Identificação

Nome do instrutor:		
Local de realização da atividade		
Município/comunidade:		
Título do evento:		Atividade de PS (<input type="checkbox"/>) Programa de PS (<input type="checkbox"/>)
Área de atividade:	Atividade:	
Tipo da programação:		
O instrutor participou de treinamento de metodologia? (<input type="checkbox"/>) Sim (<input type="checkbox"/>) Não		
Tempo de atuação do instrutor no SENAR:		
Nome do supervisor:		Data da supervisão:
Tempo de observação (h):	Período de realização do evento: ____ / ____ a ____ / ____ dia mês dia mês	Carga horária total do evento(h):

Para responder às questões seguintes, preencha em cada parênteses, a numeração que corresponde à ocorrência dos fatos. **Por favor, não deixe nenhuma questão em branco.**

Registre sua observação utilizando a seguinte escala:

4	3	2	1
Sim, plenamente	Sim, parcialmente	Não	Não observado

Objetivos

- () Apresentou, aos participantes, os objetivos instrucionais ou os resultados esperados.
() Seguiu os objetivos planejados, numa sequência lógica.

Conteúdo programático

- () Seguiu a sequência planejada para desenvolvimento do conteúdo.
() Desenvolveu o conteúdo dentro do tempo previsto.
() Compatibilizou o conteúdo com os interesses e necessidades dos participantes.
() Demonstrou segurança em seus posicionamentos.
() Utilizou a linguagem escrita e oral corretamente.
() Foi claro e objetivo na exposição dos assuntos.
() Decodificou os termos técnicos utilizados.
() Evidenciou a aplicabilidade prática do conteúdo ministrado.
() Usou exemplos baseados em situações vivenciadas pelos participantes.
() A parte teórica desenvolveu-se conjuntamente à prática.
() Ao iniciar novo conteúdo, apresentou a sua relação com outros já abordados.
() Abordou questões relacionadas à saúde e segurança do trabalhador e/ou aspectos sobre o meio ambiente, cidadania, qualidade e produtividade, sempre que pertinentes.

Desenvolvimento das técnicas instrucionais

- () Dominou as técnicas instrucionais aplicadas.
() As técnicas utilizadas foram compatíveis com as características dos participantes.
() As técnicas utilizadas foram apropriadas ao conteúdo ministrado.

Recursos instrucionais

- Os recursos instrucionais necessários para o desenvolvimento do evento foram conferidos e testados.
- Facilitaram a compreensão do assunto.
- Foram adequados às características dos participantes.
- Estavam adequados ao local do evento.
- Foram utilizados no momento oportuno.
- Foram disponibilizados na quantidade apropriada ao número de participantes.
- Apresentaram bom estado de conservação, sem defeitos comprometedores para a aprendizagem.

Avaliação

- Aplicou as avaliações diagnóstica, formativa e somativa.
- Aplicou corretamente os procedimentos de avaliação.
- Os procedimentos de avaliação foram compatíveis com as características dos participantes.
- Informou aos participantes sobre seus acertos e erros, apresentando-lhes respostas/comportamentos corretos.

Plano instrucional

- Elaborou plano instrucional.
- O plano instrucional foi elaborado conforme recomendações da regional.
- Seguiu o plano instrucional elaborado.
- Necessitou ajustar/modificar o plano instrucional durante o evento.

Postura do instrutor

- Informou aos participantes os critérios para certificação.
- Estabeleceu, junto aos participantes, contrato psicológico (cumprimento de horário, convivência em grupo, etc).
- Estabeleceu um bom relacionamento com os participantes.
- Exerceu liderança perante a turma, estabelecendo um clima de organização.
- Foi hábil e criativo na resolução de problemas detectados.
- Foi pontual.
- Foi assíduo.
- Estimulou a participação ativa dos participantes.
- Valorizou os participantes pelo desempenho correto nas práticas e/ou na resolução de problemas propostos.
- Socializou as respostas das perguntas individuais.
- Apresentou coerência entre o que apontava como correto e o que executava perante a turma.
- Forneceu as informações necessárias para que os participantes apresentassem o comportamento esperado.
- Realizou as práticas de forma que todos os participantes conseguissem visualizá-las.
- Deu oportunidade a todos os participantes de realizarem cada prática.
- Supervisionou a atividade prática realizada por cada participante.
- Preocupou-se com sua aparência pessoal (traje, higiene, etc).
- Preocupou-se em utilizar traje adequado à situação de trabalho em que se encontrava.
- Organizou o espaço físico para o desenvolvimento do conteúdo.

Aspectos positivos da instrutoria:

Aspectos discutidos para melhoria do desempenho e sugestões:

Assinatura do supervisor

_____ de _____/20_____



As atividades de PS têm características que as diferenciam da Formação Profissional Rural (FPR) e necessitam, portanto, de uma metodologia adequada à elaboração dos conteúdos que nortearão os trabalhos em todo o Brasil.

Importância do Planejamento Educativo

“Não basta que exista educação para que um povo tenha seu destino garantido. É preciso determinar o teor educacional para que se saiba em que direção está caminhando ou deixando de caminhar uma nação (Arduini, 1975, p.117).”

A educação, como processo de reconstrução do ser humano em todas as suas dimensões, provoca uma ruptura na realidade da natureza da própria pessoa, a partir do momento em que há uma interferência no processo evolutivo natural.

Assim, a educação deve estabelecer as direções, traçar os caminhos, indicar as metas e objetivos, ou seja, fazer previsões estruturadas por meio de atitudes científicas.

A primeira dessas atitudes é o planejamento de todo o processo educativo, partindo da realidade das pessoas visando o presente e, ao mesmo tempo, projetando o futuro, permitindo a superação de obstáculos da sua própria existência, de maneira consciente e compromissada.

O processo educativo deve ser planejado não para impor limites, mas sim, vislumbrando o futuro com lucidez e autonomia.

Importância do planejamento para o instrutor:

- Auxilia a definição dos objetivos que atendam aos reais interesses dos participantes;
- Propicia a seleção e organização dos conteúdos mais significativos para os participantes;
- Facilita a organização dos conteúdos de forma lógica;
- Facilita a integração e continuidade do ensino;
- Facilita a seleção dos melhores procedimentos e recursos para uma ação mais eficiente;
- Confere maior segurança ao instrutor;
- Evita a improvisação, a repetição e a rotina;
- Facilita a tomada de decisões, por instrutores e participantes, de maneira cooperativa e participativa.

O planejamento da ação educativa é uma das atividades básicas da qual depende, em grande parte, o êxito do trabalho do instrutor. Este, como facilitador da aprendizagem, não pode considerar o plano instrucional como mera atividade burocrática ou um trabalho a mais a ser cumprido e, sim, como uma ferramenta de trabalho.

Para orientar a ação educativa nas atividades da PS do SENAR, existem dois tipos de planejamento: conteúdo programático e plano instrucional.

O plano instrucional é apresentado e detalhado no documento "Metodologia de Ensino do SENAR".

Assim sendo, este capítulo se restringirá à apresentação dos aspectos relevantes concernentes à elaboração de conteúdos programáticos das atividades de Promoção Social.

Conteúdos programáticos – conceito e características

Conteúdos programáticos são documentos técnicos que apresentam conjuntos de tarefas, operações, passos, informações tecnológicas e procedimentos operacionais próprios de atividades de Promoção Social. Possibilitam um padrão de qualidade e unidade necessário aos trabalhos da PS, levando o SENAR a firmar sua identidade como um dos agentes da PS no meio rural.

Com base em Cruz (1991), os **critérios para a seleção dos conteúdos** devem atender aos seguintes aspectos:

- **significância**: devem ser significativos e contribuir para o desenvolvimento da aprendizagem de conceitos básicos;
- **utilidade**: devem corresponder a uma necessidade de conhecimento do participante;
- **maturidade**: devem ser adequados ao nível de desenvolvimento do participante e contribuir para seu crescimento afetivo, intelectual e social;
- **interesse**: devem ser relacionados com os propósitos do participante, motivando-o no sentido de levá-lo a desenvolver um esforço real; e
- **validade**: devem ser válidos do ponto de vista científico e do conhecimento humano.

A elaboração do conteúdo programático das atividades da PS é de responsabilidade da Administração Central e das administrações regionais do SENAR, servindo de parâmetro para uniformidade de procedimentos metodológicos, em nível nacional.

O SENAR – Administração Central tem como função a coordenação ou solicitação da produção de conteúdos programáticos em todas as suas etapas, desde a elaboração de originais, editoração, fotolitos e impressão, até a distribuição aos estados.

As Administrações Regionais do SENAR, de forma independente ou mediante parceria com o SENAR – Administração Central, organizam e elaboram originais no estado segundo as características regionais. Seguem, ainda, a metodologia para a elaboração de conteúdos programáticos das atividades da PS, que permite uniformidade e facilita o entendimento a todos aqueles envolvidos no processo.

Áreas de atividade da Promoção Social

As áreas de atividades da PS são:

1. Alimentação e Nutrição
2. Apoio às Comunidades Rurais
3. Artesanato
4. Cultura
5. Educação
6. Esporte e Lazer
7. Saúde

Cada uma dessas áreas tem as suas características específicas e contempla diversas atividades que poderão ser trabalhadas após criteriosa identificação de necessidades e estabelecimento de prioridades que beneficiem o trabalhador, o produtor rural e suas famílias.

O planejamento das atividades deve responder às seguintes indagações:

- Está voltada para o trabalhador rural e sua família?
- Possui caráter educativo?
- Possui caráter preventivo?
- Irá contribuir para o incremento da renda familiar?
- Está dentro do contexto sociocultural dos participantes?

Outra característica importante é que as atividades de Promoção Social visam à participação de todos os integrantes da comunidade: homens, mulheres, idosos, jovens, crianças e pessoas com necessidades especiais.

Roteiros para estruturação das atividades em conteúdos programáticos

Tomando por base as atividades da PS, os roteiros para a descrição dos conteúdos programáticos serão divididos em dois grupos.

1. Exemplo de descrição dos conteúdos programáticos de atividades com predominância de aspectos operacionais

1.1 Área de atividade: aquela em cujas atividades predominam os aspectos operacionais.

Exemplo: artesanato

1.2 Atividade:

Exemplo: artesanato em cerâmica

1.3 Tipo de programação:

Exemplo: curso

1.4 Síntese do desempenho esperado:

Exemplo: o que a pessoa será capaz de fazer ao final da atividade?

1.5 Perfil do participante:

Exemplo: trabalhador (registrado, volante, meeiro, arrendatário, parceiro, etc.);
produtor (grande, médio, pequeno, de economia familiar);
familiar (esposa, marido, filho, filha);
e outros critérios que a Administração Regional considerar pertinente.

1.6 Requisitos

Condições necessárias para que o candidato participe da atividade:

- Idade (levando em consideração a Portaria nº 20/01 do MTE e o Decreto 6481/08 da Presidência da República, entre outros);
- Escolaridade;
- Disponibilidade de matéria-prima.

1.7 Número de participantes

Qual o número ideal de participantes para este tipo de evento da PS?

Para responder à questão, deve-se levar em conta o tipo da programação, as técnicas instrucionais, os recursos instrucionais e os procedimentos de avaliação.

1.8 Carga horária

Total de horas necessárias, considerando-se o tipo da programação, as técnicas instrucionais, os recursos instrucionais e os procedimentos de avaliação.

1.9 Produto ou resultado do processo educativo desenvolvido; curto prazo; a médio prazo; a longo prazo.

1.10 Técnicas instrucionais: Aquelas que podem ser utilizadas para o desenvolvimento do processo educativo.

1.11 Avaliação: Qual o procedimento mais adequado de avaliação da aprendizagem para esta atividade?

1.12 Tarefas: Relacionadas na sequência de execução, empregando-se substantivos.

1.13 Operações e passos

Operações: Relacionadas na sequência lógica de execução e iniciadas com verbo no infinitivo.

Passos: Relacionados, na mesma coluna, na sequência de execução e iniciados com verbo no imperativo.

1.14 Informações tecnológicas e de procedimentos operacionais

Informações tecnológicas

São informações técnicas necessárias para a execução correta das operações e dos passos. Devem ser redigidas sem iniciar a frase com verbos no infinitivo ou no imperativo.

Informações de procedimentos operacionais

São informações sobre procedimentos operacionais relacionadas a:

- Segurança e saúde do trabalhador, redigidas após a palavra **Precaução**;
- Questões de preservação do meio ambiente, redigidas após as palavras **Alerta Ecológico**; e
- Questões de qualidade e produtividade, redigidas após a palavra **Atenção**.

1.15 Carga horária

Total de horas necessárias para execução de cada tarefa.

1.16 Recursos instrucionais

É a listagem de todos os recursos instrucionais indispensáveis para a execução das tarefas, das operações e dos passos, sem a necessidade de quantificá-los.

Apresenta-se um modelo para a descrição dos conteúdos programáticos de atividades com predominância de aspectos operacionais, contendo uma proposta de diagramação da primeira folha, da tabela da descrição do conteúdo e da relação de recursos instrucionais.

1 - Modelo para a descrição dos conteúdos programáticos com predominância de aspectos operacionais

1. Área de Atividade	Código					
Aquela em cujas atividades predominam os aspectos operacionais						
Ex.: Artesanato						
2. Atividade						
Ex.: Artesanato de cerâmica						
3. Tipo de programação						
Ex.: Curso						
4. Síntese do desempenho esperado						
O que a pessoa será capaz de fazer apos a atividade?						
5. Perfil do participante						
Trabalhador rural	Produtor Rural	Familiar	Outros			
• Assalariado	• Grande	• Esposa				
• Volante	• Médio	• Marido				
• Meeiro	• Pequeno	• Filho				
• Arrendatário	• De economia familiar	• Filha				
• Parceiro						
6. Requisitos						
Condições necessárias para que o candidato participe da atividade:						
Idade	Escolaridade	Conhecimentos prévios				
7. Número de participantes						
Qual o número ideal para participar deste tipo de evento da PS?						
8. Carga Horária						
Total de horas necessárias						
9. Produto ou resultado do processo educativo desenvolvido						
• A curto prazo	• A médio prazo	• A longo prazo				
10. Técnicas instrucionais						
Aquelas que podem ser utilizadas para o desenvolvimento do processo educativo						
11. Avaliação						
Qual o procedimento mais adequado de avaliação da aprendizagem para esta atividade?						

12. Tarefas	13. Operações/Passos	14. Informações tecnológicas e de procedimentos operacionais	15. carga Horária
Relacionadas na sequência de execução, empregando-se substantivos	<ul style="list-style-type: none"> Operações relacionadas na sequência lógica de execução e iniciadas com verbo no infinitivo <ul style="list-style-type: none"> Passos relacionados, na mesma coluna, na sequência de execução e iniciados com verbo no imperativo 	<p>Informações tecnológicas: são informações técnicas necessárias para a execução correta das operações e dos passos, não iniciadas com verbo no infinitivo ou no imperativo</p> <p>Informações de procedimentos operacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> Segurança e saúde do trabalhador vêm redigidas após a palavra Precaução; Questões de preservação do meio ambiente redigidas após as palavras Alerta Ecológico; Questões de qualidade e produtividade, redigidas após a palavra Atenção. 	Total de horas necessárias para execução de cada tarefa

16. Recursos Instrucionais	
Item	Especificações
1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	É a listagem de todos os recursos instrucionais indispensáveis para o desenvolvimento dos temas e dos subtemas ou para a execução das operações e dos passos, sem a necessidade de quantificá-los.

2. Exemplo de descrição dos conteúdos programáticos de atividades com predominância de aspectos conceituais

2.1 Área de atividade: Aquela em cujas atividades predominam os aspectos conceituais.

Exemplo: Saúde

2.2 Atividade:

Exemplo: Saúde na infância e na adolescência

2.3 Tipo de programação:

Exemplo: Seminário

2.4 Finalidade: Após o evento, qual o resultado esperado?

2.5 Perfil do participante:

Exemplo: Trabalhador (registrado, volante, meeiro, arrendatário, parceiro, etc.);

Produtor (grande, médio, pequeno, de economia familiar);

Familiar (esposa, marido, filho, filha);

E outros critérios que a Administração Regional considerar pertinente.

2.6 Requisitos

Condições necessárias para que o candidato seja aceito na atividade:

- Idade (levando em consideração a Portaria nº 20/01 do MTE e o Decreto nº 6481/08 da Presidência da República, entre outros);
- Escolaridade;
- Conhecimentos prévios.

2.7 Número de participantes

Qual o número ideal de pessoas para participar de evento da PS?

Para responder à questão, deve-se levar em conta o tipo da programação, as técnicas instrucionais, os recursos disponíveis e os procedimentos de avaliação.

2.8 Carga horária

Total de horas necessárias de acordo com a complexidade do conteúdo, tipo da programação, etc.

2.9 Produto ou resultado esperado

- A curto prazo;
- A médio prazo;
- A longo prazo.

2.10 Técnicas instrucionais

Aquelas que podem ser utilizadas para o desenvolvimento do processo educativo.

2.11 Avaliação

Qual o tipo mais adequado de avaliação da aprendizagem para o evento?

2.12 Assunto

Desdobramento da atividade, devendo ser expresso usando-se um substantivo.

2.13 Temas e subtemas

Temas são o desdobramento de cada atividade. Devem ser relacionados na sequência lógica de entendimento, empregando-se um substantivo. Caso os temas sejam operacionais, relacioná-los em sequência lógica de execução, iniciando com o verbo no infinitivo.

Subtemas são os desdobramentos dos temas, quando o conteúdo assim o determinar. Devem ser relacionados na mesma coluna, na sequência lógica de entendimento, com substantivo. Caso os subtemas sejam operacionais, relacioná-los em sequência lógica de execução e iniciar com verbo no imperativo.

2.14 Informações tecnológicas, de procedimentos operacionais e sociais

Informações tecnológicas

São informações necessárias para o correto desenvolvimento dos temas e subtemas.

Caso os temas ou subtemas sejam operacionais, as informações técnicas são necessárias para a correta execução das operações e dos passos. Devem ser redigidas sem iniciar a frase com verbos no infinitivo ou no imperativo.

Informações de procedimentos operacionais

São informações de conduta profissional relacionadas a:

- Segurança e saúde do trabalhador, redigidas após a palavra **Precaução**;
- Questões de preservação do meio ambiente, redigidas após as palavras **Alerta Ecológico**;
- Questões de qualidade e produtividade, redigidas após a palavra **Atenção**.

Informações sociais

São relacionadas às questões de reforço da conduta social e redigidas após a palavra **Lembrete**.

2.15 Carga horária

Total de horas necessárias para execução de cada tema.

2.16 Recursos instrucionais

Trata-se da listagem de todos os recursos instrucionais indispensáveis para o desenvolvimento dos temas e subtemas ou para a execução das operações e dos passos, sem a necessidade de quantificá-los.

Apresenta-se um modelo para a descrição dos conteúdos programáticos de atividades com a predominância de aspectos conceituais, contendo uma proposta de diagramação da primeira folha, tabela da descrição do conteúdo e relação de recursos instrucionais.

2 - Modelo para a descrição dos conteúdos programáticos com predominância de aspectos conceituais

1. Área de Atividade	Código					
Aquela em cujas atividades predominam os aspectos conceituais						
Ex.: Saúde						
2. Atividade						
Ex.: Saúde na infância e na adolescência						
3. Tipo de programação						
Ex.: Seminário						
4. Síntese do desempenho esperado						
Após o evento, qual o resultado esperado?						
5. Perfil do participante						
Trabalhador rural	Produtor Rural	Familiar	Outros			
• Assalariado	• Grande	• Esposa				
• Volante	• Médio	• Marido				
• Meeiro	• Pequeno	• Filho				
• Arrendatário	• De economia familiar	• Filha				
• Parceiro						
6. Requisitos						
Condições necessárias para que o candidato participe da atividade:						
Idade	Escolaridade					
Condições físicas necessárias	Conhecimentos prévios					
7. Número de participantes						
Qual o número ideal para participar deste tipo de evento da PS?						
8. Carga Horária						
Total de horas necessárias						
9. Produto ou resultado do processo educativo desenvolvido						
• A curto prazo	• A médio prazo	• A longo prazo				
10. Técnicas instrucionais						
Aquelas que podem ser utilizadas para o desenvolvimento do processo educativo						
11. Avaliação						
Qual o procedimento mais adequado de avaliação da aprendizagem para esta atividade?						

12. Assunto	13. Temas/Subtemas	14. Informações tecnológicas, de procedimentos operacionais e sociais	15. carga Horária
Desdobramento da atividade, devendo ser expresso usando-se um substantivo	• Temas Relacionados na sequência lógica de entendimento, empregando-se um substantivo. Caso os temas sejam operacionais, relacioná-los em sequência lógica de execução, iniciando com verbo no infinitivo.	Informações tecnológicas são informações técnicas necessárias o correto desenvolvimento dos temas e dos subtemas. Informações de procedimentos operacionais são informações relacionadas com: • Segurança e saúde do trabalhador vêm redigidas após a palavra Precaução ; • Questões de preservação do meio ambiente redigidas após as palavras Alerta Ecológico ; • Questões de qualidade e produtividade, redigidas após a palavra Atenção .	Total de horas necessárias para execução de cada assunto

16. Recursos Instrucionais	
Item	Especificações
1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	É a listagem de todos os recursos instrucionais indispensáveis para o desenvolvimento dos temas e dos subtemas ou para a execução das operações e dos passos, sem a necessidade de quantificá-los.
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

3. Seleção de técnicos elaboradores

A seleção de técnicos elaboradores deve-se processar com base no conhecimento e na competência técnica.

Recomenda-se que sejam especialistas que atuem na mesma atividade, mas com diferentes objetivos, ou seja, o grupo pode ser formado por especialistas oriundos da pesquisa, do ensino, da extensão ou autônomos. Com isso, promove-se maior enriquecimento do conteúdo, já que os elaboradores têm vivências distintas e enfoques diferentes sobre um mesmo assunto.

Para garantir um trabalho de alta qualidade, recomenda-se que os técnicos especialistas sejam selecionados a partir dos seguintes requisitos:

- Vivência e conhecimentos (práticos e teóricos) da atividade - objeto do documento;
- Atualização com referência às inovações tecnológicas e aos resultados de pesquisas relacionados ao conteúdo da atividade;
- Facilidade de expressão escrita, para fins didáticos;
- Capacidade de utilizar formas de comunicação claras, precisas, diretas, objetivas e simples;
- Flexibilidade em aceitar e adotar normas de trabalho;
- Interesse em participar da elaboração e dos objetivos específicos do trabalho;
- Receptividade para aceitar as recomendações resultantes do processo de acompanhamento, críticas oriundas das reuniões técnicas de validação e disposição para incorporar as modificações decorrentes.

4. Requisitos para Elaboração

- A coordenação dos trabalhos deverá ser realizada por especialista em metodologia de produção de recursos instrucionais;
- Preferencialmente, os elaboradores deverão ter sido treinados na metodologia do ensino da FPR e da PS.

5. Esquema de execução de atividades que não exigem conteúdos programáticos

Existem atividades que não precisam de conteúdos programáticos, como é o caso de dias especiais, cavalegadas, excursões e outros que poderão ocorrer. Nesse caso, o instrutor pode fazer um programa do evento, no qual devem constar os seguintes elementos:

- Área de atividade;
- Atividade;
- Tema;
- Finalidade;
- Perfil do participante;
- Requisitos;
- Número de participantes;
- Cronograma do evento;
- Orçamento;
- Relatório.

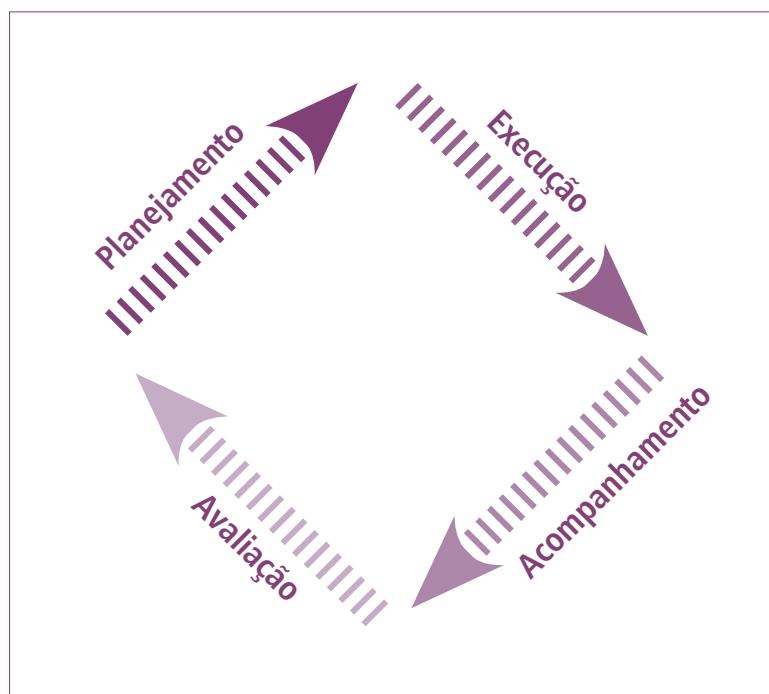
XIII Programas Especiais da PS

As necessidades que demandam uma maior concentração de esforços, diagnosticadas como emergenciais ou contingenciais pelo SENAR, serão alvo de programa desenvolvido com base na metodologia que norteia a realização de atividades de Promoção Social, preservando sua finalidade, de modo que possam intervir positivamente na situação identificada. Essas iniciativas podem ter prazo pré-determinado de início, meio e fim, e contar com as parcerias que se julgarem necessárias, para o fomento e a execução, sempre buscando promover a melhoria da qualidade de vida das populações atendidas. As atividades dos programas especiais poderão ser desenvolvidas com apenas um ou uma conjugação de tipos de programação e ainda outras estratégias educativas para dinamizar a oferta formativa, que forem consideradas pertinentes e necessárias.

Sugestão de Roteiro para Implantação de Programas de PS

- Objetivo do Programa
- Justificativa
- Área de Atividade
- Atividade
- Tipo de programação
- Título do Curso/Treinamento
- Carga Horária
- Limite de vagas (mínimo e máximo)
- Público-alvo
- Estrutura física necessária
- Requisitos para os participantes
- Centro de custos
- Recursos financeiros por turma
- Descrição das despesas
- Custo unitário
- Custo total
- Prestação de serviços – xx horas
- Mobilização
- Material instrucional
- Contrapartidas de entidades parceiras, conforme o caso.
- Anexos:
 - Plano Instrucional
 - Orientações para agendamento, execução e prestação de contas

FLUXO DO PROCESSO DE PROGRAMAS ESPECIAIS DA PS	
Planejamento	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar as necessidades • Compatibilizar a necessidade identificada com a missão institucional, atividades preconizadas e recursos financeiros e materiais disponíveis
Execução	<ul style="list-style-type: none"> • Selecionar os instrutores • Elaborar o plano instrucional • Elaborar o documento para operacionalização das atividades • Mobilizar • Aplicar atividade piloto, avaliar e ajustar • Certificar
Acompanhamento	<ul style="list-style-type: none"> • Supervisão regional • Acompanhamento dos técnicos da AR
Avaliação	<ul style="list-style-type: none"> • Prestar contas • Decidir por novas ativações ou pela desativação



XIV Manual de Orientação à Entidade Parceira com relação aos procedimentos de mobilização

Para esclarecer, orientar e uniformizar os procedimentos da mobilização realizada pelas entidades parceiras, por meio de seus **mobilizadores**, recomenda-se a elaboração de um **Manual de Orientação à Entidade Parceira** com relação aos procedimentos de mobilização, que contenha todas as informações e orientações definidas pela Administração Regional a fim de viabilizar a sua atuação. Como sugestão, sugere-se que tal manual contenha:

1. Informações sobre o estabelecimento formal de um instrumento de parceria para prestação de serviços contendo todas as especificidades necessárias à elaboração dos termos entre a Administração Regional e a entidade parceira.

2. Informações sobre o SENAR:

- Estrutura organizacional e funcionamento (organização interna, arrecadação, contas);
- Missão, objetivos, descrição do processo de PS com suas etapas, fases, e atividades;
- Agentes envolvidos no processo de PS (superintendentes, equipe técnica, supervisores, instrutores e mobilizadores);
- Características da clientela da PS e da clientela dos programas especiais da instituição;
- Informações sobre pré-requisitos para a composição de turmas, local e recursos instrucionais (como descrito neste documento).

3. Informações institucionais e de funcionamento sobre o Sistema CNA/Federações/Sindicatos/SENAR, bem como a CONTAG; sintetizadas, mas elucidativas.

4. Informações sobre como fazer o levantamento de necessidades de PS por meio de indicadores de mercado de trabalho, vocação econômica do município, existência de programas de desenvolvimento oficiais ou privados e visitas a outras instituições que fomentam a PS do meio rural.

5. Definição de critérios pela Administração Regional para a seleção do agente da mobilização ou mobilizador.

A Administração Regional do SENAR deverá estabelecer o perfil da pessoa que fará a mobilização para seus eventos. A entidade parceira deverá escolhê-la conforme esses critérios. Isso garantirá um trabalho de qualidade, o sucesso dos esforços empreendidos para realização das atividades de PS, bem como a continuidade da parceria.

Perfil sugerido para o mobilizador (a):

- Ter idade mínima de 18 anos;
- Ter ensino médio completo (ou escrever e ler com desenvoltura);
- Ter conhecimento do meio rural (conhecimento e prática de atividades produtivas do meio rural);
- Apresentar facilidade de comunicação;
- Ter disponibilidade de tempo para atuar como mobilizador ou ter permissão da entidade parceira para dedicar tempo suficiente para uma mobilização adequada;
- Mostrar comprometimento com ambas as instituições;
- Ter conhecimentos básicos de informática.

6. Descrição de todas as atividades que devem ser executadas pelo mobilizador antes, durante e após os eventos (como descrito neste documento).

7. Informações sobre a capacitação dos mobilizadores e das necessidades de atualização promovidas pela Administração Regional ou pela Administração Central para os integrantes da entidade parceira.

8. Catálogos com listagem das atividades (PS) e programas especiais trabalhados pela Administração Regional com a síntese de seus conteúdos ocupacionais e programáticos, carga horária e pré-requisitos de cada uma, (podendo ser anexado ou em documento próprio)

9. Informações sobre contato, escolha e agendamento com instrutor.

Sugere-se que a Administração Regional estabeleça com a entidade parceira como serão pagas as despesas de custo com o instrutor, hora/aula, transporte, hospedagem, alimentação etc.

10. Informações sobre todos os procedimentos de apoio ao instrutor durante a execução dos eventos.

11. Informações e formulários sobre planejamento e realização dos eventos.

12. Normas para elaboração e encaminhamento de propostas ou demanda de eventos para a Regional – formulários, prazos e procedimentos.

13. Informações sobre o apoio logístico necessário à execução da mobilização pelo mobilizador (meio de transporte, de comunicação, hospedagem, etc)

14. Informações sobre a verba de mobilização:

A “verba de mobilização” constitui-se em uma quantia repassada pela Administração Regional à entidade parceira para arcar com despesas de pequeno valor oriundas da parceria, (telefone, fax, correio, combustível, recursos instrucionais, CPMF etc.)

Aspectos quanto à “verba de mobilização” a ser feita à entidade parceira, deverão ser mencionados de acordo com o que estiver estabelecido nos termos do acordo com a Regional, bem como incentivos e benefícios a este agente.

15. Informações sobre os requisitos para a certificação dos participantes dos eventos (como descrito nesse documento) e procedimentos de entrega destes certificados:

Exemplo:

- Providenciar que os certificados encaminhados pela Administração Regional do SENAR sejam entregues aos concluintes aprovados, via entidade parceira, sem adulterações – outras assinaturas, carimbos ou logomarcas – em um prazo máximo de 30 dias após o recebimento dos registros sobre o evento das mãos do instrutor.
- Realizar a entrega dos certificados fornecidos pela Administração Regional do SENAR e, posteriormente, enviar o comprovante de recebimento de certificado devidamente assinado.

16. Modelos de relatórios e prestação de contas

Os modelos de formulários devem vir anexos ao manual.

Recomenda-se que sejam claros e que contenham os campos para preenchimento considerados necessários às diversas finalidades:

- **Diferentes comunicações:** cancelamento e alterações de eventos, dúvidas, emergências;
- **Prestação de contas:** modelos de recibos, orientações para preenchimento informatizado (se for este o caso);
- Fichas de inscrição, lista de presença, relatório de execução e conclusão do evento;
- Planejamento das ações para curto, médio e longo prazo.

17. Conteúdo comportamental

Sugere-se que o **Manual de Orientação à Entidade Parceira** com relação aos procedimentos de mobilização contenha informações de conteúdo comportamental (poderão vir anexadas ou em documento próprio) que irão contribuir para a execução do trabalho. O mobilizador deve desenvolver as competências necessárias a sensibilizar as pessoas para o processo educativo ofertado e entender as expectativas e necessidades a ele relacionadas, orientando, direcionando e compatibilizando demanda e oferta por esta formação.

Alguns temas fundamentais:

- Relações interpessoais;
- Comunicação eficaz e significativa;
- Postura ideal do mobilizador junto à clientela;
- Técnicas de aproximação e forma adequada de abordar as pessoas;
- Estratégias corretas para apresentar os eventos de PS;
- Forma adequada de abordar e ofertar as opções de PS às pessoas com necessidades especiais e às comunidades onde estão inseridas.

18. Documentos de referência

É importante que o Manual também apresente documentos necessários à operacionalização da mobilização, tais como:

- Portaria nº 88 do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE);
- Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008, Casa Civil da Presidência da República;
- Portaria MTE nº- 723, de 23 de abril de 2012;
- Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde no trabalho da Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura - NR 31 do Ministério do Trabalho e Emprego;
- Cronograma de encontros com os demais agentes do processo de FPR e PS e/ou equipe técnica da Administração Regional;
- Formulário de Estrutura Física e Capacidade Operacional a ser preenchido com as informações solicitadas pela Portaria no 486/05 do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE);
- Informações quanto aos Programas Especiais desenvolvidos e realizados pela Administração Regional;
- **Notas e recomendações** quanto a medidas de controle e ação corretiva realizadas pela Administração Regional, informações quanto à suspensão de convênio ou parceria, descrição das responsabilidades do SENAR, da entidade parceira e do **mobilizador** selecionado por esta.

Em suma, o “Manual de Orientação à Entidade Parceira” com relação aos procedimentos de mobilização servirá como importante instrumento de esclarecimento e norteador para o estratégico papel da mobilização na atuação institucional. Sua distribuição deverá ser abrangente e as atualizações que se fizerem necessárias, constantes.



Referências

- ARDUNI, J. *Homem e liberação*. São Paulo: Paulinas, 1975.
- ANDRADE, A. F. de. *Educação: Solução ou desatino?* Belo Horizonte: SENAI. 1976.
- ARAÚJO, S. A. *Possibilidades pedagógicas do cinema em sala de aula*. Revista Espaço Acadêmico – Nº 79 – Ano III. Dezembro. 2007. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/079/79araujo.htm>
- BRANDÃO, C. R. *O que é educação*. 40ª reimpressão. São Paulo: Brasiliense. 2001.
- BRASIL. *Princípios e diretrizes da Formação Profissional e da Promoção Social*. Brasília: SENAR, 1995. 18p. (Série Metodológica, 1).
- BRASIL. *Procedimentos recomendados para o desenvolvimento de atividades de Promoção Social*. Brasília: SENAR, 1995. 16p.
- CANDEIAS, N. M. F. *Conceitos de educação e de promoção em saúde: mudanças individuais e mudanças organizacionais*. Rev. Saúde Pública, vol 31, n. 2, 209-213. 1997.
- CHIAVENATTO, Idalberto. *Treinamento e Desenvolvimento de Recursos Humanos*. SP: Atlas S.A., 1990 - p. 288.
- COSTA, C. B. et al. (Coord.). *Série metodológica: Missão, princípios e diretrizes*. 3. ed. Atual. Brasília: SENAR. Vol. 1. 2005.
- COSTA, C. B. et al. (Coord.). *Série metodológica: atividades da promoção Social*. 3ª. ed. Atual. Brasília: SENAR. Vol 3. 2005.
- COSTA, C. B. et al. (Coord.). *Série metodológica: metodologia do ensino da Formação Profissional Rural e da Promoção Social*. 3ª. ed. Atual. Vol 6. Brasília: SENAR. 2005.
- CRUZ, E. C. *Princípios e critérios para o planejamento das atividades didáticas*. In: CASTRO, A. A. D. Didática para a escola de 1º e 2º graus. 1991.
- CSIKSZENTMIHALYI, M. Design and order in everyday life. Design issues. Vol. III, Nº1, 1991.
- DAMASCENO, M. N. e BESERRA, B. *Estudos sobre educação rural no Brasil: estado da arte e perspectivas*. Educ. Pesqui., vol.30, no.1, 73-89. 2004.
- Dicionário Aurélio da língua portuguesa. Ed. Positivo. 2010. 2272p. Disponível em: www.aureliopositivo.com.br
- FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 16. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.
- FURTER, P. *Educação e reflexão*. Petrópolis: Vozes, 1973.



GOHN, M. da G. *Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais*. Rev. Saúde e Sociedade. v.13, n.2, 20-31. 2004.

LACKI, P. *A educação e o subdesenvolvimento rural: Jardins Suspensos da Babilônia ou hortas caseiras? Ensinar o exótico ou o ÚTIL e APLICÁVEL?* Disponível em:<http://www.polanlacki.com.br/br/artigosbr/babiloniabr.htm>

LEAL, P. F da G. *Formação Profissional Rural: uma visão do processo*. IN: COSTA, C. B. e TORRES, P. L. (Orgs.). Cenário Rural. Brasília: SENAR, 41 a 48. 2003.

LEFÈVRE, F. e LEFÈVRE, A. M. C. *Saúde, empoderamento e triangulação*. Rev. Saúde e Sociedade, v.13, n.2, 32-38. 2004.

MENGOLLA, M.; SANT'ANNA, I. M. *Por que planejar? Como planejar?* Petrópolis: Vozes, 1998.

PEREIRA, J. C. C. *Artesanato: definições, evolução e ação do Ministério do Trabalho*. Brasília: MTb, 1979. 153 p., Programa Nacional de Desenvolvimento do Artesanato.

PERACI, A. S. *Os desafios para a educação de jovens e adultos na agricultura familiar: a experiência do Projeto Terra Solidária*. Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar-FRETAF/Sul-CUT. 2002.

PIOVESAN M.F., PADRAO, M.V.V., DUMONT, M.U. et al. *Vigilância Sanitária: uma proposta de análise dos contextos locais*. In: Revista Brasileira de Epidemiologia. 2005, vol. 8, no. 1.

REIS, M. I. N. *Educação no meio Rural: Estudo das propostas de um programa de desenvolvimento integrado*. Dissertação de Mestrado. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa. 1981.



ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

Acre	https://faeac.wordpress.com/senar/	Paraíba	www.senarpb.com.br
Alagoas	www.senar-al.org.br	Paraná	www.sistemafaep.org.br/SenarPR/
Amapá	http://www.senar-ap.org.br	Pernambuco	http://senar-pe.com.br
Amazonas	www.senar-am.org.br	Piauí	http://www.senarpiaui.com.br/
Bahia	www.senarbahia.org.br	Rio de Janeiro	sistemafaerj.com.br
Ceará	senarce.org.br	Rio Grande do Norte	www.senarrn.com.br
Distrito Federal	www.senardf.org.br	Rio Grande do Sul	www.senarrs.com.br
Espírito Santo	www.faes.org.br	Rondônia	http://www.senar-ro.org.br/
Goiás	www.senargo.org.br	Roraima	http://www.faerr-senar.com.br/
Minas Gerais	www.senarminas.org.br	Santa Catarina	www.senar.com.br
Maranhão	senar-ma.org.br	São Paulo	www.faespsenar.com.br
Mato Grosso	sistemafamato.org.br	Sergipe	http://senarsergipe.org.br/site
Mato Grosso do Sul	www.senarms.org.br	Tocantins	www.senar-to.com.br
Pará	http://www.faepanet.com.br/		



Compromisso com o Brasil

SGAN 601 - Módulo K
Edifício Antônio Ernesto de Salvo - 1º andar
Brasília - CEP 70830-021
Telefone: 61 2109 1300

www.senar.org.br